

Ano XV, nº 12, janeiro de 1996

Raízes

Revista de Ciências Sociais e Econômicas

12

○ MEIO AMBIENTE: UM CAMPO DE PESQUISA EM
FORMAÇÃO • PERÍMETROS IRRIGADOS E
MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA • ○ QUE É
PARTICIPAR? • Δ REORGANIZAÇÃO DO TRABALHO
NOS BANCOS • Δ REORGANIZAÇÃO DO TRABALHO
INDUSTRIAL DE CAMPINA GRANDE-PB • Δ
DESTRUIÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E A LUTA
EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA • Δ SECA,
FERROVIAS E MÃO-DE-OBRA (SÉCULO XIX) • NOS
DESTINOS DE FRONTEIRA: A INVENÇÃO DO
NORDESTE • TRABALHADORES CAMPONESES
MIGRANTES - HISTÓRIA DE VIDA E IDENTIDADE

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
MESTRADOS EM ECONOMIA E SOCIOLOGIA
Campus II - CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

Ano XV, nº 12, janeiro de 1996

Raízes

Revista de Ciências Sociais e Econômicas

12

○ MEIO AMBIENTE: UM CAMPO DE PESQUISA EM
FORMAÇÃO • PERÍMETROS IRRIGADOS E
MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA • ○ QUE É
PARTICIPAR? • Δ REORGANIZAÇÃO DO TRABALHO
NOS BANCOS • Δ POLÍTICAS PÚBLICAS E O SETOR
INDUSTRIAL DE CAMPINA GRANDE-PB • Δ
DESTRUIÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E A LUTA
EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA • Δ SECA,
FERROVIAS E MÃO-DE-OBRA (SÉCULO XIX) • NOS
DESTINOS DE FRONTEIRA: A INVENÇÃO DO
NORDESTE • TRABALHADORES CAMPONESES
MIGRANTES - HISTÓRIA DE VIDA E IDENTIDADE

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
MESTRADOS EM ECONOMIA E SOCIOLOGIA
Campus II - CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

RAÍZES

Ano XV, nº 12, janeiro/1996

Uma publicação dos Mestrados em Economia e Sociologia
UFPB Campus II – Campina Grande - PB

EDITORES RESPONSÁVEIS

Clodoaldo R. D. Bortoluzi (Coord. do Curso de Mestrado em Economia)

Ghislaine Duqué (Coord. do Curso de Mestrado em Sociologia)

CONSELHO EDITORIAL

Antônio Gomes (UFPB/CG)

Bernard Roux (INRA/Paris)

Gian Mario Giuliani (UFRJ)

Hughes Lamarche (Université Paris X/França)

João Otávio P. Barros (UFPB/CG)

Jorge Romano (UGRRJ/CPDA)

José Heleno Rotta (UFPB/CG)

Josefa Salete B. Cavalcanti (UFPE)

Jurandir Antonio Xavier (UFPB/CG)

Manoel Luiz Malaguti (UFES)

Maria da Guia Santos Gareis (UFPB/CG)

Maria N. Baudel Wanderley (UNICAMP)

Manoel Correia de Andrade (UFPE)

Márcio de Matos Caniello (UFPB/CG)

Maria L. Gonçalves de Carvalho (UFPB/CG)

Otávio Ianni (PUC/SP)

Paola Cappelin Giuliani (UFRJ)

Paulo Nakatani (UFES)

Paulo Ortiz Rocha Aragão (UFPB/CG)

Raimundo Nonato Santos (UFRRJ)

Regina Célia Reyes Novaes (UFRJ)

Reinaldo Antonio Carcanholo (UFES)

Sebastián Sánchez Martín (UFPB/CG)

Theotônio dos Santos (UFF)

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Antônio Gomes (UFPB/CG)

COMITÊ DE REDAÇÃO

Cláudio Cavalcanti (UFPB/CG)

Fernando Garcia de Oliveira (UFPB/CG)

Ivony L. M. Saraiva (UEPB)

Josemir Camilo de Melo (UFPB/CG)

Lúcia Helena Oliveira Cunha (UFPB/CG)

Maria Cristina de Melo Marin (UFPB/CG)

Magnólia Gibson da Silva (UFPB/CG)

DIAGRAMAÇÃO E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Lamarek Bezerra de Melo

APOIO

UFPB (Centro de Humanidades)

UNIV. FEDERAL DA PARAÍBA

Reitor:

Neroaldo P. de Azevedo

Vice-Reitor:

Roberto S. de Siqueira

Pró-Reitora de Pós-Graduação:

Rosa M. Godoy da Silveira

CENTRO DE HUMANIDADES

Diretor:

João Rodrigues dos Santos

Vice-Diretor:

Jurandir A. Xavier

ENDEREÇO DA REDAÇÃO

Universidade Federal da Paraíba
CH – Mestrados em Economia e Sociologia
Av. Aprígio Veloso, 882
58109-970 - Campina Grande – PB
Tel.: (083) 333-1000 r. 558 ou 143
Fax: (083) 333-1833
E-Mail: raizes@brufpb2.br

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RAÍZES, Ano XV, nº 12, jan. 1996.
UFPB, Campus II
CH/Mestrados em Economia e Sociologia
CDD-330
CDU-338-43(05)

ISBN 0102-252 X

Raízes, 1996

Raízes

Revista de Ciências Sociais e Econômicas

Nº12

Ano XV, janeiro/1996

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
MESTRADOS EM ECONOMIA E SOCIOLOGIA
Campus II - CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

SUMÁRIO

<i>Marcel Jollivet e Alain Pavé</i> O MEIO AMBIENTE: UM CAMPO DE PESQUISA EM FORMAÇÃO _____	3
<i>Claudia N. de Queiroz, Paulo O. R. de Aragão e Elbio T. Pakman</i> PERÍMETROS IRRIGADOS E MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA _____	15
<i>Eric René J. Durousset</i> O QUE É PARTICIPAR? O EXEMPLO DE UMA REUNIÃO PARA A IMPLANTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE IRRIGAÇÃO NO CARIRI DA PARAÍBA _____	33
<i>Manoel Luiz Malaguti</i> A REORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NOS BANCOS (UM ESTUDO DE CASO) _____	51
<i>Maria L. G. de Carvalho, Gelfa M. C. Aguiar e Leiliam C. Dantas</i> POLÍTICAS PÚBLICAS E O SETOR INDUSTRIAL DE CAMPINA GRANDE - PB* _____	89
<i>Sebastián Sánchez Martín</i> A DESTRUIÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E A LUTA EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA _____	99
<i>Josemir Camilo de Melo</i> SECA, FERROVIAS E MÃO DE OBRA (SÉCULO XIX) _____	117
<i>Duryal Muniz de A. Júnior</i> NOS DESTINOS DE FRONTEIRA: A INVENÇÃO DO NORDESTE _____	139
<i>Marilda A. de Menezes</i> TRABALHADORES CAMPONESES MIGRANTES HISTÓRIAS DE VIDA E IDENTIDADE _____	147
RESUMOS DAS DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS NO MESTRADO EM ECONOMIA, COM ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM ECONOMIA RURAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB) CAMPUS II CAMPINA GRANDE-PB _____	157

O MEIO AMBIENTE: UM CAMPO DE PESQUISA EM FORMAÇÃO¹

Marcel Jollivet e Alain Pavé***

Tradução: Maria Cristina de Melo Marin***

As pesquisas sobre meio ambiente têm tido nos últimos vinte anos um rápido e importante desenvolvimento. Isto é explicado ao mesmo tempo pelo sentimento de urgência que prevalece neste domínio e pela multiplicidade de questões a tratar.

Até um passado próximo, o campo de pesquisa foi sendo construído passo a passo, de maneira eminentemente pragmática: as pesquisas eram feitas sobre objetos precisos, apenas na medida em que eram identificados, particularmente a partir de numerosos relatórios feitos a partir dos anos 70, tanto ao nível dos problemas gerais² quanto sobre questões mais específicas (estudo de diversas poluições, em particular do ar e da água; efeitos das recaídas das poluições atmosféricas; evolução de diversos meios e

¹ Original publicado sob o título *L'environnement, un champ de recherche en formation* pela revista *Natures, Sciences, Sociétés*, Paris, Dunod, 1993, 1 (1), p. 6-10. Versão mais extensa será publicada em *VIANA, Paulo Freire & WEBER, Jacques* (organizadores). *Novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo, Cortez, 1996. (Col. Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento).

* Marcel Jollivet: Diretor de pesquisas do CNRS; Diretor do GRS-UPR18; Conselheiro Científico do Programa Meio Ambiente do CNRS.

** Alain Pavé: Diretor do Laboratório de Biologia das Populações; Diretor/adjunto do Programa Meio Ambiente do CNRS.

*** Maria Cristina de Melo Marin: Professora adjunto do DSA/UFPB.

² Citemos o célebre "Relatório Meadows" (*The Limits to Growth*, 1972) ou "Desenvolvimento e Meio Ambiente" (relatório preparatório da conferência das Nações Unidas, junho 1971), *utilization et conservation de la biosphère* (UNESCO, 1970). Mais recentemente o Relatório Brundtland (1985), o *Raport sur la planète terre* (*Earth report*, E. Goldsmith et N. Hildyard, 1988, éd. Fr. Stock, 1990). Ou ainda o último relatório de conjuntura do CNRS (1989) e o texto de orientação e de programação científica do Programa Meio Ambiente (1990).

ecossistemas; futuro da camada de ozônio estratosférico...)³

Pouco a pouco foram efetuados reagrupamentos que permitiram lançar grandes programas científicos internacionais, tais como "O Homem e a Bio-esfera" da UNESCO (MAB: Man and Biosphere). O Programa Internacional Geo-esfera-Bio-esfera (PIGB); ou nacionais, como, na França, o Programa Nacional do Estudo do Clima (PNEDC) ou o Programa Interdisciplinar de Pesquisa sobre o Meio Ambiente (PIREN) do CNRS.

Apesar dos esforços setoriais de estruturação, as pesquisas sobre meio ambiente apresentam-se agora mais freqüentemente como uma lista de temas mais ou menos bem ordenados e não como um conjunto construído e corrente.

Tanto é assim que estas pesquisas abordam questões extremamente diversas nos seus conteúdos e apelam de fato para múltiplas disciplinas que pertencem a quase todos os grandes setores da pesquisa. Esta característica, que sem dúvida não lhe é específica, mas que elas têm num grau particularmente elevado e as marca profundamente, é um fator ao mesmo tempo de dispersão temática e de dificuldades próprias, notadamente metodológicas. Ela demanda uma interdisciplinaridade que permanece embrionária: com efeito, a conduta dos grupos de pesquisa de várias disciplinas resume-se freqüentemente a uma justaposição de trabalhos monodisciplinares.

O pragmatismo que prevaleceu até agora deu ao campo de pesquisa sobre meio ambiente a flexibilidade e a abertura de que necessitava em seu período pioneiro: é conveniente aliás que se mantenha toda a sua plasticidade. Paralelamente, porém, a experiência e os resultados alcançados, as operações parciais de reestruturação que foram realizadas pedem por um balanço. Este balanço é sobretudo indispensável se se quer aproveitar a dinâmica científica interna deste campo de pesquisa, isto é, as problemáticas que são suscetíveis de organizar e dirigir a aquisição de conhecimentos a partir de questões singulares e originais que o jus-

³ Por exemplo, *La pollution de l'air en France* (A documentação francesa, 1973); o Programa DEFORPA de estudo das chuvas ácidas sobre as florestas...

tificam.

A questão posta é simples: é a de saber se as pesquisas sobre o meio ambiente surgem globalmente de uma conduta de pesquisa própria, ou se são apenas a expressão, ou aplicação — específica e particular — no universo da pesquisa, das múltiplas facetas das preocupações científicas e sociais que dizem respeito ao meio ambiente.⁴

Gostaria de mostrar aqui:

- que elas formam por si mesmas um campo de pesquisa em vias de estruturação;
- que se pode fazer emergir um conjunto de questões que o constituem enquanto tal;
- que seria conveniente, então, acelerar este processo agindo, no plano metodológico, de maneira prioritária e privilegiada, em cinco direções: a problematização, a integração das escalas de tempo e de espaço, a interdisciplinaridade, a construção de modelos, a relação pesquisa-ação.

UM CAMPO DE PESQUISA EM CONSTITUIÇÃO

A dificuldade de se encontrar uma unidade nas pesquisas sobre o meio ambiente e a impressão de fluidez que daí decorre tem três origens:

- o caráter polissêmico do próprio termo;
- as dificuldades próprias de um enfoque científico sobre o meio ambiente;
- a multiplicidade de preocupações que se reagrupam na sensibilidade com o meio ambiente.

⁴ Esta questão se coloca bem particularmente quando da concepção de uma programação das pesquisas sobre o meio ambiente. Assim, as reflexões apresentadas neste texto resultam de uma tentativa feita neste sentido dentro do Programa Meio Ambiente do CNRS. (Cf. Jollivet, M. e Pavé, A. (1992)). O meio ambiente: questões e perspectivas para a pesquisa, *Lettre du Programme Environnement du CNRS*, 6, 3-29.

Uma Polissemia a ser Explorada

No sentido mais comum, o meio ambiente é aquilo que está em torno ou aquilo que envolve; todo meio ambiente é definido em relação a um objeto central. Isto já introduz uma grande variedade no sentido do termo para os cientistas. Para um biólogo de populações, o objeto central é a população que ele estuda; o meio ambiente é o que envolve esta população. Para um fisiologista, o objeto central é um organismo, um indivíduo ou um órgão; o meio ambiente é aquilo que envolve este organismo, (o “ambiente”) ou este órgão (o “meio interno”). Para um molecularista, o objeto central é uma molécula, uma macro-molécula; o meio ambiente é o “meio celular”. Para um sociólogo, o meio ambiente pode ser o meio familiar, o grupo social, as condições de trabalho, as condições de vida... Observa-se um enriquecimento constante do senso comum. Assim, fala-se de um meio ambiente na informática para designar-se o conjunto de dispositivos e programas de aplicação necessários para efetuar tarefas de alto nível.

Foi também a partir deste ponto-de-vista que surgiu o sentido mais específico em que o termo é aqui utilizado, o centro sendo o homem. Foi assim que se chegou à definição de meio ambiente como sendo “o conjunto de agentes físicos, químicos e biológicos e os fatores sociais susceptíveis de ter um efeito direto ou indireto, imediato ou não sobre os seres vivos e as atividades humanas”⁵

Sabe-se que este ponto de vista que coloca o homem no centro e considera a eco-esfera⁶ como seu ambiente é hoje recusado por alguns. Este ponto de vista não muda nada sobre a constatação que está na origem das preocupações de que esta definição faz eco. É justamente porque o meio ambiente tal como é definido torna-se ameaça para o homem — este estando, portanto, no cen-

⁵ Definição do Conselho Internacional da língua francesa, retomada com variações pelo Petit Robert (edição de 1979). Esta definição é citada a título de exemplo e não como uma definição que levamos em conta.

⁶ Tomamos aqui por comodidade o termo de eco-esfera preferentemente ao termo bio-esfera sem ignorar as controvérsias em torno destes dois termos. Pode-se, por exemplo, consultar: Polunin N. et J. Grinevald (1988). Vemadsky and Biosphere Ecology, Environmental Conservation, 15, 2, 117-122.

tro — que ele se torna um meio ambiente com o qual ele se importa e que se designa, se nomeia, precisamente porque ele importa.

Isto coloca em evidência a dupla face que a noção de meio ambiente absorve de sua dupla origem: uma antiga e científica, a outra recente e social.

A origem científica remete ao processo de conhecimento da “natureza”, do “meio natural”. É assim que certas questões atuais foram formuladas desde há muito tempo. Por exemplo, desde 1824 Joseph Fourier interrogava-se sobre as conseqüências da atividade das sociedades humanas sobre os grandes equilíbrios do planeta; há um século Arrhenius debatia sobre os efeitos da acumulação, suposta na época, de CO₂ na atmosfera. As correntes higienistas do século XVIII provocaram a questão das condições de vida e de saúde. No século XIX, os organismos geradores de recursos naturais já se perguntavam sobre seu esgotamento (exemplo dos solos, dos peixes ou das florestas...). Pode-se dizer, em suma, que o termo meio ambiente sucedeu aos termos “natureza” e “meio” e que os substituiu.

Esta substituição data, grosseiramente, dos anos 60 e corresponde à tomada de consciência de um certo número de problemas postos pelo desenvolvimento das sociedades: poluição, deterioração dos ambientes, limitação dos recursos naturais, urbanização acelerada e caótica, perturbação dos grandes ciclos biogeoquímicos... Desta tomada de consciência data o que se poderia chamar da questão do meio ambiente, face social de um conjunto de problemas naturais.

Esta dualidade que lhe é intrínseca é bem característica da noção de meio ambiente. Ela é uma fonte de ambigüidades e de mal-entendidos nas trocas interdisciplinares. Quando empregam o termo meio ambiente, os especialistas das ciências da natureza continuam implicitamente a pensar “meio” e “natureza”; os especialistas das ciências sociais, de seu lado, pensam “debate social” e “problema da sociedade”. Esta dicotomia reducionista não corresponde à natureza dos problemas postos: os problemas do meio ambiente são ao mesmo tempo problemas naturais com dimensões sociais e problemas da sociedade com dimensões naturais. É desta

dupla natureza que a pesquisa deve dar conta.

Problemas Fundamentais a Controlar

Os problemas do meio ambiente obrigam a considerar os processos tomados em seu conjunto, de suas causas às suas consequências, passando por todas as etapas de seu desenvolvimento. É assim tanto com a “poluição” como com os fenômenos relativos à mudança climática; estabelecer a realidade, é ao mesmo tempo colocar em evidência as mudanças significativas no desenvolvimento destes processos, demonstrar que se pode esperar consequências precisas e desagradáveis, e fornecer os meios de se conhecer as causas. A ausência de qualquer uma destas três dimensões deixa de dar sentido às outras duas.

O processo científico tem como essencial fundamentar-se no recorte do meio natural em subconjuntos ou em componentes elementares; trata-se de isolá-los para melhor estudá-los e desenvolver a seu respeito um arsenal metodológico, técnico e teórico. É assim que foi feita a edificação das disciplinas e, com mais razão, de suas especialidades. Ora, trata-se agora de reunir tudo o que foi assim separado, dando-se atenção às inter-relações, às interfaces e suas propriedades e fornecer assim os meios de considerar o conjunto.

Isto só pode levar a perturbar a imagem “canônica” da ciência e a tornar-se perplexo sobre a pertinência científica de um “objeto” que causa tal perturbação.

De fato, as pesquisas sobre meio ambiente, porque elas obrigam a aceitar uma complexidade inusitada dos fenômenos estudados, não podem deixar de obrigar a invenção de novas técnicas de pesquisa e o aprofundamento das questões metodológicas e teóricas maiores no quadro de uma verdadeira prática interdisciplinar.

Além das dificuldades inevitáveis relacionadas à interdisciplinaridade, as pesquisas sobre o meio ambiente devem enfrentar outras que dizem respeito às próprias características das questões abordadas, tais como:

- a debilidade das causas em relação aos efeitos, a debilidade de certos efeitos por si mesmos ao menos em sua fase inicial; isto situa uns e outros no limite do perceptível, diante de causas incertas, de efeitos contestados;
- a dificuldade de distinguir as flutuações e a variabilidade naturais daquelas que são induzidas pela atividade humana;
- a multiplicidade e os “encaixes” das escalas de espaço e de tempo, assim como dos níveis aos quais se expressam esses fenômenos: do local ao global, da segunda à era geológica, da macromolécula aos ecossistemas, às paisagens, enfim, a biosfera em seu conjunto;
- a diversidade e a importância dos efeitos da atividade humana por uma quádrupla intervenção: difusão, concentração de componentes do meio ambiente que conduzem uma modificação de sua distribuição espacial (é verdade para os recursos minerais, mas o é também para os recursos vivos), síntese de novos “produtos”, de novas “raças” — veja-se as novas “espécies” — não “naturais” (produtos da química de síntese, elementos radioativos, novas variedades animais e vegetais, bactérias geneticamente modificadas...), destruição voluntária ou involuntária de certos ecossistemas tendo por consequência uma diminuição da diversidade biológica, ao menos localmente, e uma modificação maior das condições de vida das populações humanas que vivem desses ecossistemas.

Tudo isto remete à noção intuitiva de complexidade dos fenômenos e dos objetos estudados. Esta noção foi freqüentemente discutida, por isto é útil cercá-la e dar-lhe um enfoque mais formal. Hoje certos autores propõem distinguir, de um lado, a complexidade “aleatória” e, de outro, a complexidade “organizada”. Esta definição da complexidade é evidentemente muito redutora e não recobre todas as acepções deste termo. Mas ela tem ao menos o mérito de existir. Cabe a cada um colocá-la à prova em seu do-

mínio de intervenção⁷.

Enfim, acrescenta-se àquela uma complexidade de origem metodológica relacionada à diversidade dos métodos e instrumentos utilizados no estudo experimental e na modelização dos problemas do meio ambiente aos quais voltaremos na parte relativa à modelização.

Enfim, estas características freqüentemente perturbaram a reflexão científica. É assim, por exemplo, que a noção fundamental de causalidade foi posta em xeque e que alguns viram mesmo na análise dos sistemas um enfoque que permitiu não mais levá-la em conta. De fato, trata-se mais de uma generalização do esquema causal que leva em conta a não-proporcionalidade dos efeitos em relação às causas (devido às não-linearidades), a multiplicidade das causas e dos efeitos, etc.

Estas dificuldades complicam a atuação de uma pesquisa sobre o meio ambiente que satisfaça às exigências de uma pesquisa de qualidade. Mas, ao mesmo tempo, situam de pronto as pesquisas sobre meio ambiente entre as pesquisas de ponta, pois obrigam imediatamente a se recorrer aos avanços metodológicos e teóricos mais atuais.

Uma Herança Múltipla de Questões de Primeiro Grau

As pesquisas sobre meio ambiente situam-se na convergência de muitas correntes de preocupação de origens diversas. Carece-se duma história do conjunto das questões que hoje estão reagrupadas sob este termo e que formam, em conjunto, o que chamou-se "a questão do meio ambiente". Na ausência desta história, e a título puramente indicativo, propomos a enumeração seguinte, grosseira, sobre a qual temos consciência de que está na desordem e bastante incompleta:

- questão da diversidade biológica, de sua caracterização,

⁷ Pode-se consultar: Solbrig O. F. et Nicolis G., (éd.) (1991). *Perspectives on biological complexity*, IUBS monographs series, no. 6, Paris. Ou ainda o excelente artigo de divulgação: Delahaye J. P. (1991). *Complexités, la profondeur logique selon C. Bennett*, *Pour la Science*, 166, 102-104.

- de sua dinâmica e de seu papel para a manutenção e desenvolvimento das sociedades humanas, que remete atualmente ao problema de sua conservação⁸;
- receio de um esgotamento dos recursos naturais não-renováveis e interrogação sobre as modalidades do desenvolvimento industrial;
 - preocupações referentes à “gestão” dos recursos naturais renováveis;
 - inquietação sobre as utilizações civis e militares da energia nuclear;
 - problemas da fome no mundo e do subdesenvolvimento;
 - preocupações referentes à evolução da composição da atmosfera (estado da camada de ozônio, efeito estufa, oxidantes...);
 - preocupações relativas à chuva ácida, à evolução do clima;
 - problemas de saúde relacionados com as condições de trabalho;
 - problemas de saúde relacionados às condições de vida (particularmente urbana);
 - problemas de saúde relacionados à água e ao ar;
 - problemas de epidemias e da higiene social;
 - problemas de saúde relacionados à alimentação;
 - aspirações de melhoria da qualidade de vida e gosto pela “natureza”;
 - questão da diversidade das culturas humanas e da conservação do patrimônio cultural;
 - questão bem recente dos meio ambientes artificiais, colocada pela pesquisa social.

⁸ Para se ter um ponto-de-vista atual sobre o problema da diversidade biológica, pode-se remeter à obra coletiva: Solbrig O. T. (éd.), *From genes to ecosystems: a research agenda for biodiversity*. IUBS, Cambridge (Mass.), 1991. Aliás, surgiu recentemente uma interrogação sobre as conseqüências da engenharia biológica, em particular as manipulações genéticas.

Poder-se-ia esperar que todos os problemas relativos aos “riscos naturais” (fenômenos sísmicos, erupções vulcânicas, ciclones, avalanches, inundações...) figurassem nesta lista. Com efeito, estes diferentes problemas são objeto de pesquisas antigas, ao menos no domínio das ciências da Terra. Mais precisamente, esta antiguidade tem tradição e garante assento nas comunidades científicas bem estabelecidas. Ainda que os mecanismos que os produzem permaneçam mal conhecidos, os problemas em si são conhecidos, como as provações porque as sociedades humanas têm que passar por isto. Não há mais o caráter de novidade — ou, ao menos, de descoberta — no risco embutido na origem da “questão do meio ambiente”. E, sobretudo, o homem não aparece como responsável por estes fenômenos: estes têm uma origem totalmente natural e não apresentam o caráter híbrido, dualista, dos fenômenos do meio ambiente. Ao contrário, eles serão incluídos logicamente nos problemas do meio ambiente, assim que a ação humana entre em jogo, seja porque ela aumenta as probabilidades de ocorrência destes fenômenos (como no caso das inundações ou das avalanches, por exemplo), seja porque ela agrava as conseqüências humanas (por exemplo, com as construções nas zonas de risco sísmico).⁹

Os “riscos naturais” entram, por outro lado, — e entrarão cada vez mais — em composição com os processos induzidos sobre o meio ambiente pela ação do homem. Que se pense, por exemplo, na ação das erupções vulcânicas sobre a composição química da atmosfera ou às incidências das modificações do clima sobre as inundações, as avalanches, deslizamentos de terra, os ciclones, etc. Uma das questões centrais das pesquisas sobre o meio ambiente é poder perceber a parte respectiva da variabilidade natural e da variabilidade induzida pelo homem na evolução dos fenômenos estudados. Consequentemente, um melhor conhecimento de todos os processos naturais que concorrem para a evolução natural da ecosfera é evidentemente uma necessidade para as pesquisas sobre o meio ambiente.

⁹ Sobre este ponto pode-se consultar os trabalhos de Ph. Roqueplo.

Todas estas preocupações e sensibilidades estão mais ou menos presentes como pano-de-fundo das grandes questões que estão reagrupadas hoje sob o termo “meio ambiente”. Elas constituem o substrato comum. São, então, os elementos a partir dos quais uma unidade do campo de pesquisa é susceptível de ser construída. Elas continuam a ser seu quadro geral de referência.

PERÍMETROS IRRIGADOS E MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA¹⁰

*Claudia Nascimento de Queiroz**
*Paulo Ortiz Rocha de Aragão***
*Elbio Troccoli Pakman****

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo realizar algumas reflexões sobre a trajetória do Perímetro Irrigado de São Gonçalo,¹¹ localizado no município de Sousa, Estado da Paraíba, à luz das discussões sobre as transformações que têm ocorrido no agro brasileiro em período recente.

Nas três últimas décadas, o perfil do setor agropecuário brasileiro sofreu profundas modificações em sua base técnica, ao mesmo tempo em que se deu uma reestruturação das relações sociais no campo. Um intenso processo de modernização foi implementado intensificando a penetração do capital na base do processo produtivo agrícola.

¹⁰ Este texto retoma dados e informações da Pesquisa que serviu de base à Dissertação de Mestrado "O Processo de Construção da Pequena Produção Familiar Modernizada (O Caso do Perímetro Irrigado de São Gonçalo)", defendida junto ao Curso de Mestrado em Economia da UFPB, Campus II — Campina Grande, em setembro de 1993.

* Professora Assistente da Universidade Federal de Sergipe, Mestre em Economia Universidade Federal da Paraíba.

** Professor Titular de Economia Rural da Universidade Federal da Paraíba, Ph.D em Sociologia, Universidade de Maryland, College Park, U.S.A.

*** Professor Adjunto do Departamento de Economia e do Mestrado em Economia da Universidade Federal da Paraíba, Campus I — João Pessoa. Ph.D em Economia, Instituto de Economia da Academia de Ciências da Tchecolováquia.

¹¹ Com uma superfície irrigada de 2.364 ha e distante 440 km da capital, João Pessoa.

Esse período caracterizou-se por uma redefinição das relações entre a agricultura e a indústria. Através da ação estatal, a agricultura passou a se constituir em mercado consumidor da indústria produtora de insumos e máquinas agrícolas, e em fornecedora de produtos para o processamento e beneficiamento industrial. É nesse contexto que o processo de modernização tecnológica, instaurado no país no período considerado, representou antes de mais nada, a expansão de setores industriais ligados à agricultura: de um lado, as indústrias fornecedoras de insumos modernos e máquinas e de outro, a expansão dos setores processadores de alimentos e matérias-primas agrícolas.

Dentro dessa estratégia — denominada de modernização conservadora — o Estado teve um papel fundamental fornecendo incentivos e subsídios e viabilizando a criação de demanda para os insumos industriais através da expansão de crédito subsidiado, notadamente, a partir dos anos 60. Esta estratégia modernizante, ao privilegiar certas áreas, como o Centro-Sul do país, e determinados produtos, acabou por acentuar o caráter já bastante desigual da agricultura brasileira revelando-se um processo excludente no que se refere a regiões econômicas, produtos e grupos sociais. Só a partir da década de 70, movido pela lógica de unificação das economias regionais ao mercado nacional, é que o processo de modernização da agricultura se generalizou nos diferentes espaços, guardadas as desigualdades e especificidades próprias do processo de penetração capitalista no campo brasileiro.

A permanência de tais desigualdades levou ao surgimento dos chamados Programas de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRIs), criados com o objetivo de corrigir tais distorções, mediante o aproveitamento mais intensivo dos recursos e potencialidades de cada região (CARVALHO 1988, 243). Destaca-se, no marco dessa concepção, a criação de pólos de desenvolvimento rural com a constituição de programas tais como o POLONORDESTE (Programa de Desenvolvimento Integrado do Nordeste do Brasil), POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), POLOAMAZÔNIA (Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia) e por fim, o POLONOROESTE (Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil).

Esperava-se com os referidos programas reverter as condições de baixa produtividade e de pobreza social dos agricultores, bem como favorecer o avanço do capitalismo no conjunto da economia. Os estudos já realizados sobre o tema demonstram que as experiências do desenvolvimento rural integrado não lograram, no campo social, os resultados positivos que seus formuladores pretendiam, seja pela limitação, ou mesmo conflito, dos seus objetivos, embora existam algumas experiências localizadas bem sucedidas como pretendemos mostrar com a experiência do perímetro de São Gonçalo.

O PROGRAMA DE IRRIGAÇÃO DO NORDESTE

No bojo desse processo de unificação ao mercado nacional, a modernização tecnológica também abarcou o Nordeste, região tradicionalmente considerada de agricultura atrasada e que até o final dos anos 50, via-se à margem do processo de industrialização instaurado no país. Nesta região, a modernização se concentrou basicamente, em produtos da grande propriedade, restringindo-se à zona canavieira e ao movimento de pecuarização (CASTRO et al. 1979, 153).

Não obstante esse fato, outras estratégias foram procuradas no sentido de transformar a agricultura de subsistência praticada na região, predominantemente por pequenos produtores e com base no trabalho familiar. A modernização da produção de subsistência no Nordeste, demandou uma atuação direta do Estado, através da criação de programas específicos para a região e, em particular, para a zona semi-árida, devido ao baixo nível de capitalização dos produtores em questão.

Nesse contexto, foram criados os chamados "Programas Especiais", que buscavam fortalecer as pequenas e médias unidades produtivas agropecuárias das áreas afetadas pelas secas, tornando-as mais resistentes aos seus efeitos. Dentre esses programas, tem-se como exemplo, o Projeto Sertanejo (Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida), cujos beneficiários potenciais compreenderiam desde trabalhadores sem-terra a

grandes proprietários rurais (com área superior a 500 ha). Já no que se refere à irrigação e às suas implicações sobre os pequenos produtores, pode-se dizer que alterações importantes se verificaram, a partir dos anos 70, quando a ênfase principal dessa política passou a ser a implantação dos chamados Projetos (ou Perímetros) Públicos de Irrigação mediante o sistema de colonização (CARVALHO 1988, 233).

A análise da trajetória de modernização de pequenos produtores no Nordeste semi-árido, via projetos de irrigação, pelas suas próprias especificidades e por se constituir em nosso objeto de estudo requer, portanto, uma atenção mais cuidadosa. Este é especialmente o nosso propósito a seguir, quando trataremos de delinear um breve histórico da evolução recente da política de irrigação, com vistas a situar o sentido e a direção principais dados a essa política, enquanto estratégia capitalista de modernização da zona semi-árida do Nordeste no que toca à pequena produção local.

EVOLUÇÃO RECENTE DA IRRIGAÇÃO NO NORDESTE (1950-1986)

A Política de Irrigação, por já ter sido objeto de vários estudos terá sua evolução descrita aqui de forma sumária, com base em grande parte, no trabalho de Carvalho (1988), que a analisou de forma minuciosa, apontando as razões do seu lento avanço em áreas como o semi-árido do Nordeste, bem como as políticas anti-seca direcionadas para a região, discutindo e indicando suas possibilidades de desenvolvimento. Procuraremos delinear alguns dos traços mais relevantes da modernização reformista e o da modernização conservadora buscando resgatar elementos da política de irrigação que possam auxiliar na discussão do nosso objeto de estudo.

Não se pode dizer que o Nordeste tenha uma tradição em irrigação, embora as primeiras iniciativas do poder público relacionadas à construção de obras de combate às secas e ao armazenamento de água em açudes tenham sido registradas ainda no século passado, por volta de 1880, como resultado da seca de

1877/79. Com a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas - IOCS, em 1909, e as suas posteriores reorganizações — a primeira em 1919, denominando-a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) e depois em 1945, passando a Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) — são acentuadas as atividades relacionadas à construção de barragens e perfuração de poços (CARVALHO 1998, 201).

Com isso, o primeiro período da implantação da irrigação no país teve, como ênfase maior, a construção de barragens e o armazenamento de água em açudes. Dessa ênfase, a partir dos efeitos da seca de 1877-79 resultou a adoção da chamada solução hidráulica. Assim, só na medida em que se pôde dispor de volumes razoáveis de água acumulada para uso animal e humano, é que se começou a pensar em aproveitar parte destes volumes para a irrigação.

Até a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959, a ação do Estado reduzia-se à linha de execução de medidas referentes, principalmente, à construção de açudes, não havendo praticamente nenhuma ligação entre as políticas anti-seca e o desenvolvimento da irrigação. A criação da SUDENE ocorreu, portanto, num momento em que se buscava formular alternativas econômicas para a região Nordeste e, em particular, para a zona semi-árida. Tais alternativas buscavam estimular a agropecuária local de forma a orientá-la de acordo com a lógica do processo de expansão do capitalismo em curso no país. Assim, segundo a formulação da SUDENE, os efeitos das secas tenderiam a desaparecer ou a serem minimizadas na medida em que a região fosse se desenvolvendo.

O problemático, porém, era que a reorganização econômica da zona semi-árida, tal como preconizada pela SUDENE, envolvia a adoção de medidas que fossem capazes de provocar alterações na estrutura agrária da região. No que se refere à expansão da agricultura irrigada, a SUDENE passou a trabalhar com cautela, procurando sempre as linhas de menor resistência no tocante às medidas de reestruturação agrária que a irrigação requeria. Para evitar de enfrentar diretamente os interesses mais conservadores, passou-se a considerar como ênfase, a promoção de estudos e pes-

quisas para a definição de uma política de água efetiva para toda a região, tendo o semi-árido como uma das suas prioridades. Os referidos estudos deveriam investigar formas de aumento da oferta de água, o disciplinamento na construção de açudes e uma utilização mais econômica da água na irrigação, entre outros aspectos que, além de não ferir interesses maiores, serviriam de suporte à penetração do capital na região.

Porém, a partir de 1964, com a instalação do Governo Militar, as propostas de caráter reformista formuladas pela SUDENE em sua fase inicial (1959-64) foram alteradas. Assim, a ênfase na indústria regional deu lugar a uma política de modernização com base na tecnificação do campo, sem maiores preocupações com mudanças na estrutura agrária. A partir de então, tratava-se de compreender a agricultura como mercado consumidor de máquinas e insumos modernos e, ao mesmo tempo, fornecedora de matérias-primas para as indústrias processadoras. O problema, mais uma vez, era que o desenvolvimento da irrigação em regiões como o Nordeste, continuava a exigir mudanças na estrutura agrária, e assim, a irrigação não podia avançar, pois os resultados nessa direção eram sempre contrários aos interesses conservadores locais. A SUDENE mantinha apenas no discurso o caráter reformista da sua fase anterior.

Mesmo diante desse "impasse", uma solução para os problemas do Nordeste continuou sendo buscada através da ação estatal. No início dos anos 70, o Estado lançou uma nova retórica que pregava a conciliação dos diversos interesses em questão. São concebidos os já mencionados Programas de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI's), que passaram a ser considerados como a solução para os problemas agrários de áreas como o semi-árido do Nordeste. A irrigação, embora tenha feito parte do discurso, mereceu nesses programas, pouca ênfase prática. A irrigação no Nordeste, ao longo dos anos 70, prosseguiu sua caminhada tendo que se adequar aos interesses de grupos econômicos e políticos que dominavam na região. Ao longo do seu desenvolvimento, o processo de expansão da agricultura irrigada continuava a exigir mudanças no sentido de promover a alteração no uso de terras mais férteis e desapropriáveis por interesse social.

Os grupos locais, mesmo aqueles mais conservadores, passaram a apoiar a articulação de esquemas que, se não evitavam a irrigação pelo sistema de colonização, ampliavam as possibilidades de não terem suas terras irrigáveis desapropriadas para uso em projetos de irrigação pública. Assim, em lugar de destinar essas terras exclusivamente ao uso por pequenos produtores, o Estado começou a facilitar a sua utilização por empresários. Foi quando se deu início ao sistema de irrigação pelo arrendamento empresarial, especialmente no âmbito do Vale do Rio São Francisco. Um outro campo de atuação passou também a receber atenção especial: o da pequena irrigação, ao nível da propriedade privada. A prioridade dada a esse tipo de irrigação se apoiava no argumento de que a sua utilização se constituía em uma forma mais econômica de expansão da produção agrícola, com a “vantagem” de não implicar em ações de desapropriação de terras (CARVALHO 1988, 344).

FATOS RECENTES DA IRRIGAÇÃO NO NORDESTE

O início da década de 80 na região Nordeste, foi marcado por um prolongado período de estiagem, que se iniciou em 1979 e se estendeu até 1983. Embora as secas já tivessem deixado de ser consideradas, segundo alguns segmentos, o maior problema da região, continuou-se recorrendo a elas para se pontuar as diferenças entre o Nordeste e o resto do país. Assim, em meio a pressões exercidas por parte de grupos econômicos e políticos (da região ou mesmo externos a ela), a atuação do Estado, durante os anos da seca de 1979/83 passou a se nortear no sentido de criar uma “política de emprego a curto prazo”, capaz de amenizar a tendência à agudização dos problemas sociais, freqüentemente agravados na região, nos períodos de estiagens prolongadas.

Com esse propósito foram instituídos programas emergenciais de caráter assistencialista, as chamadas “frentes de trabalho” e as “frentes de serviços”. Esses programas tinham em comum o fato de incorporarem trabalhadores rurais: moradores, parceiros, meeiros e até pequenos proprietários, que deveriam retornar aos seus locais de origem tão logo se iniciassem as chuvas.

Afora essa semelhança, se diferenciavam no seguinte aspecto: enquanto que as frentes de serviço tinham por base a execução de obras públicas (maiormente açudes e estradas), as frentes de trabalho eram instituídas a nível das propriedades privadas. As atividades consistiam em construir açudes (pequenos e médios), plantar pastagens, desmatar, enfim, em realizar obras e serviços que acabavam, fundamentalmente, por valorizar as terras particulares beneficiadas.

Passado o prolongado período de estiagem continuou-se, ao longo dos anos 80, com a mesma linha de atuação que já vinha sendo conduzida no Nordeste ao final da década de 70 isto é, manteve-se a prioridade na implantação dos projetos de irrigação, com estímulos à iniciativa privada (tanto a nível da pequena irrigação, quanto das empresas rurais), além de incentivos à integração da agricultura irrigada à agroindústria.

Em janeiro de 1986 foi instituído o Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE), com vistas à expansão da irrigação no Nordeste, e cuja meta era irrigar um milhão de hectares no período de 1986/90. Desse total, 400 mil através da irrigação pública e os 600 mil restantes a cargo da iniciativa privada (MARA/SENIR, 1990). Dois meses após a criação do PROINE, foi criado o Programa Nacional de Irrigação (PRONI), com a função de atuar nas demais regiões do país.

No quadro da Política de Irrigação ao longo dos anos 80, além da criação dos referidos programas, alterações de ordem institucional também iriam marcar o período. Ainda no ano de 1986, foi criado um Ministério Extraordinário para Assuntos de Irrigação. A este ministério caberia a gestão das ações do PROINE/PRONI, ao qual foram vinculados o DNOCS e a CODEVASF, que, em 1989, passariam a integrar a estrutura do Ministério da Agricultura devido à extinção do então recém-inaugurado Ministério da Irrigação.

No âmbito dessas mudanças, foi criada uma Secretaria Executiva para o PRONI, a qual seria extinta em 1990, no mesmo tempo em que se criava mais uma Secretaria — a Secretaria Nacional de Irrigação - SENIR, no âmbito do Ministério da Agricul-

tura e Reforma Agrária (MARA), à qual se destinariam as mesmas atribuições que antes eram de competência da extinta Secretaria Executiva do PRONI. Até o final dos anos 80, diversas alterações de natureza institucional foram realizadas no campo da irrigação. Porém, esse conjunto de modificações não tem necessariamente atuado a favor do desenvolvimento da agricultura irrigada no país, não só pela falta de uma maior integração entre os diversos órgãos e entidades envolvidas, como também pela própria descontinuidade que essa mobilidade institucional pode provocar. Nesse contexto de descontinuidade institucional e de ausência de integração entre os diversos órgãos executores da política de Irrigação, destacaremos a seguir, ainda que brevemente, alguns aspectos que têm marcado a linha de atuação das duas principais autarquias, vinculadas à irrigação, no âmbito da região Nordeste, o DNOCS e a CODEVASF.

DOS OBJETIVOS INICIAIS DO DNOCS/CODEVASF À IMPLANTAÇÃO DOS PROJETOS DE IRRIGAÇÃO

A criação do atual Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) em 1909, ocorreu num momento em que a preocupação maior do Estado com relação ao Nordeste era o abastecimento de água às populações freqüentemente atingidas pelos efeitos das secas. Por isso, ao surgir, o DNOCS apresentava objetivos bastante gerais, cabendo-lhe diversas atribuições na linha da solução hidráulica, tais como: construção de açudes, perfuração de poços, construção de estradas, enfim, quaisquer atividades ligadas à construção de uma infra-estrutura destinada a amenizar os efeitos das estiagens prolongadas.

Só a partir da década de 70, quando a Política de Irrigação foi redefinida, é que a implantação dos projetos irrigados passou a ser prioritária. O DNOCS começou a atuar como entidade de promoção da irrigação na zona semi-árida do Nordeste. Por sua vez, a CODEVASF teve desde a sua criação, nos anos 70 (embora de fato já atuasse desde inícios dos anos 40) um objetivo específico: "o aproveitamento dos recursos de água e solo da Bacia do São

Francisco, com vistas a promover o desenvolvimento da irrigação naquela área” (CARVALHO 1988, 12).

Tanto o DNOCS quanto a CODEVASF implantam e operam projetos de irrigação na região semi-árida do Nordeste. Os projetos de irrigação do DNOCS são, em sua maioria, do modelo público, que tem por base o assentamento de colonos. Em geral, os colonos são pequenos produtores rurais, que exploram lotes familiares, com área variando entre 3,5 e 7,0 hectares. Nos perímetros do DNOCS, a área média dos lotes gira em torno de 5,0 hectares, enquanto que nos da CODEVASF, a área média se situa entre seis a sete hectares. A diferença tem sido justificada pelo fato dos perímetros de irrigação do DNOCS disporem, em geral, de superfícies irrigáveis menores do que as dos administrados pela CODEVASF e também pela circunstância de que a redução da área média dos lotes possibilitaria ao DNOCS a instalação de um maior número de famílias.

A EMANCIPAÇÃO DOS PROJETOS PÚBLICOS

A emancipação dos perímetros públicos de irrigação é uma ação prevista desde a concepção desses projetos, que deveria ocorrer de forma gradativa, à medida em que as organizações dos irrigantes (cooperativas/associações) fossem se fortalecendo (KAGEYAMA et al. 1987, 115). Essa política — de acordo com o discurso oficial — teria como objetivo repassar para as organizações de agricultores, através de convênios com os órgãos executores (DNOCS/CODEVASF), todas as atividades relativas ao funcionamento dos projetos de irrigação, assim como os respectivos encargos de sua manutenção. Por sua vez, aos órgãos executores caberia a reabilitação da infra-estrutura dos projetos, o repasse de máquinas, implementos, veículos, materiais e instalações disponíveis, como também, a prestação de assessoria técnica e a fiscalização dos referidos convênios. A emancipação não deveria representar portanto, uma simples transferência de atividades para os agricultores, mas a efetiva responsabilidade dos produtores sobre as atividades dos projetos (CORRÊA 1990, item b).

Na prática, a forma de encaminhamento da política de emancipação não tem correspondido com o discurso oficial. Sua implementação tem sido diferenciada segundo os principais órgãos executores. Isto é o que atesta um amplo estudo realizado por pesquisadores da UNICAMP em Perímetros Irrigados do Nordeste, que entre outras questões ligadas à irrigação, discute o processo de emancipação dos perímetros públicos. Afirma que a emancipação promovida pela CODEVASF é uma política bem delineada, onde as atribuições dos irrigantes na gestão dos perímetros se encontram determinadas de forma clara e bem definida, já tendo sido, inclusive, formalizada a transferência das atividades de administração dos perímetros, através da assinatura dos contratos com as referidas cooperativas/associações dos produtores (KAGEYAMA et al. 1988, 115).

Ao contrário da CODEVASF, o DNOCS, até o final da década de 80, ainda não tinha um processo de emancipação bem definido, embora muitas discussões internas ao órgão estivessem sendo realizadas sobre a questão. De acordo com o estudo já referenciado, o processo de emancipação desenvolvido pelo DNOCS tem correspondido muito mais a uma reação administrativa do órgão ao problema da falta de recursos institucionais para a manutenção dos perímetros públicos, do que uma necessidade sentida pelos próprios produtores. Surgiu, portanto, como uma mera alternativa de transferência de responsabilidades, apesar de que as associações dos colonos/irrigantes já haviam atingido o grau de amadurecimento necessário para sua implementação.

A emancipação só passou a ser uma diretriz prioritária do DNOCS a partir de 1991. Tal distinção, na forma de encaminhar o processo de emancipação dos perímetros públicos, é apenas mais um dos aspectos que revelam a falta de integração entre as ações dos diversos órgãos e entidades encarregados de promover a irrigação. Isto ilustra uma gestão incompetente da coisa pública e constitui mais um fator limitante ao desenvolvimento da irrigação no país.

PERÍMETRO IRRIGADO DE SÃO GONÇALO: ANTES E DEPOIS

A implantação do Perímetro Irrigado de São Gonçalo se deu nos moldes costumeiros do assentamento oficial, com desapropriação da área, desestruturação do sistema tradicional de produção e remoção da população local para a instalação dos lotes irrigados¹². Somar-se-iam ao projeto, também, outros produtores oriundos da área de sequeiro e, em alguns casos, mesmo de outros estados da região Nordeste. Alguns aspectos relevantes, que caracterizavam a área da pesquisa anteriormente à instalação do Perímetro, podem ser sintetizados a seguir¹³:

- 1 - a **mecanização agrícola** era quase ausente e o uso de **insumos industriais** (fertilizantes e defensivos) inexpressivo;
- 2 - o trabalho agrícola era feito basicamente através da utilização de **mão-de-obra familiar**, abrangendo homens, mulheres e crianças;
- 3 - só os grandes proprietários, mais dedicados à criação de gado, empregavam **mão-de-obra temporária**, embora de forma reduzida;
- 4 - os **rendimentos** resultantes da produção agrícola só davam para garantir a reprodução familiar;
- 5 - o sistema de **drenagem** do solo era deficiente, resultando em salinização de uma parte da área e inundação de outra.

A criação do Perímetro Irrigado deveria representar, de acordo com o discurso oficial, a introdução de práticas agrícolas mais eficientes, através dos colonos/irrigantes, considerados como verdadeiros "agentes modernizadores", e, conseqüentemente, a mudança das características acima apontadas.¹⁴

¹² O trabalho de campo que deu origem a este artigo foi realizado em diferentes momentos: fevereiro de 1988, abril de 1989, abril/setembro de 1992 e, por fim, janeiro de 1993. Foram aplicados questionários sobre uma amostra proporcional estratificada de 83 colonos irrigantes, correspondendo a 19,5% de um total de 426 produtores que compunham o universo da pesquisa.

¹³ Para mais detalhes, veja p. ex. o trabalho de Costa (1984, 29-31)

¹⁴ No decorrer da análise dos resultados obtidos, verificamos que as diferenças entre os três núcleos habitacionais lá formados, se existiram no passado, não adquiriram relevância posteri-

A rigor, a primeira mudança importante, vivenciada por parcela significativa desses produtores, está ligada à obtenção de um lote de terra (89 %). Para muitos deles é também sinônimo de liberdade (53 %), em contraste com a subordinação a que se sentiam submetidos enquanto trabalhadores rurais, fossem moradores/parceiros ou arrendatários.

Além disso, o Perímetro de São Gonçalo, a exemplo de outros projetos públicos, está organizado sob o sistema de agrovilas. Cada colono selecionado, ao ser instalado no projeto, passa a dispor de uma casa com 2 salas, 2 ou 3 quartos, banheiro, cozinha, despensa e terraço. A exemplo dos lotes agrícolas, os colonos mantêm com o DNOCS contratos experimentais e não pagam aluguéis. Embora, as casas em suas dimensões não atendessem por completo ou confortavelmente ao tamanho médio das famílias instaladas (média de 7 filhos por família), lhes proporcionaram uma base segura para usufruir várias vantagens importantes: eletrificação, água encanada, telefonia; a escolarização dos filhos passou a ser viabilizada; a cesta básica de alimentos sofreu alterações importantes (a composição alimentar, anteriormente, consistia basicamente em cereais e grãos — arroz, feijão, milho e farinha, alimentos básicos aos que se agregam agora, regularmente, carne, laticínios, frutas e verduras; há grande diversificação no uso de eletrodomésticos.

Os colonos de São Gonçalo têm assegurado o crédito no comércio local, especialmente os sócios (85 % dos colonos instalados no projeto) da Cooperativa dos Irrigantes - CAMISG, pois a inadimplência no mercado local pode obstaculizar a liberação do crédito oficial.

Os resultados da pesquisa de campo inicialmente indicaram um baixo nível de renda monetária familiar.¹⁵ Porém, as informações prestadas pelos produtores acerca dessa questão revelaram a

or.

¹⁵ As condições de realização da pesquisa, durante um período de estiagem prolongada (sem produção regular, em decorrência do racionamento de água para a irrigação), não permitiram uma avaliação mais precisa de resultados quantitativos em termos do alcance do valor bruto da produção total e do valor da produção comercializada pelos produtores do Perímetro.

importância da renda não monetária ao serem comparados a renda monetária com os gastos do consumo corrente.¹⁶ Assim, não causa estranheza que 85,5% dos entrevistados afirmaram que sua vinda para o Perímetro trouxe mudanças qualitativamente positivas em suas condições de vida.

A exemplo do que ocorreu nos demais Projetos de Irrigação Pública sob a responsabilidade do DNOCS, a definição do que plantar era uma imposição do órgão executor. Os produtores afirmam que mesmo em terrenos desfavoráveis a determinados tipos de produtos, os cultivos, previamente definidos pelo sistema de produção necessariamente deviam ser introduzidos nos lotes agrícolas. Atualmente, pode-se observar a existência de uma relativa autonomia na organização das unidades produtivas, quanto à decisão da área e do sistema de cultivo, assim como pela opção de comercializar (ou não), através da cooperativa.

Esse tipo de comportamento impositivo inicialmente adotado pelo DNOCS, ao desconsiderar quase totalmente as experiências anteriores trazidas pelos produtores, acabou por provocar prejuízos consideráveis e frustrações das expectativas criadas por parte de vários colonos, sendo inclusive apontado como o principal motivo de desistência de alguns irrigantes que abandonaram ou repassaram os seus lotes agrícolas e residenciais, já nos primeiros anos de operação do projeto.

A expansão dos cultivos irrigados no Perímetro de São Gonçalo tem se dado muito mais no sentido de uma maior utilização de produtos químicos e insumos agrícolas do que no uso de máquinas e equipamentos. Mas, no final, de uma situação de baixo uso de tecnologia, os agora colonos/irrigantes passaram por um processo de tecnificação, não homogênea entre produtores e mesmo entre as diversas fases do processo produtivo, com crescente

¹⁶ Por exemplo, o item alimentação, o de maior participação nos gastos totais, ao ser comparado às demais despesas correntes, obtém-se um resultado, em termos de despesas, que em muito ultrapassa a renda familiar (aproximada) que tenha sido espontaneamente declarada. Isto sem falar que 41% dos entrevistados afirmaram que após deduzidas as despesas mensais, ainda há uma "sobra".

envolvimento com a lógica modernizante.¹⁷

Embora o trabalho familiar continue a ter uma participação importante no processo de trabalho das unidades produtivas analisadas, verificamos que as necessidades de mão-de-obra ultrapassam a capacidade das famílias¹⁸, não obstante a pequena dimensão dos lotes agrícolas (em torno de 4,28 ha). No trabalho da roça no lote rural predominam os homens, e a força-de-trabalho feminina não se faz presente neste tipo de atividade. Por isso, parcela importante da mão-de-obra que hoje atua no Perímetro, passou a ser constituída, efetivamente, de trabalho contratado de áreas circunvizinhas ao Perímetro. Enquanto que na fase do plantio se aglutina um maior número de contratações de mão-de-obra (68,8%), estas passaram a ser menos importantes (23,4%) na fase de preparo do solo por ser um processo mais mecanizado. Quanto à forma de pagamento utilizada, verificamos que o pagamento "por diária" substituiu a tradicional forma "por empreitada".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ausência da participação dos colonos na gestão da Cooperativa dos Irrigantes de São Gonçalo e no direcionamento das atividades produtivas na fase inicial do projeto resultou em sérias distorções ao nível do processo de gestão da Cooperativa e em baixa moral entre os colonos que não identificavam a Cooperativa como uma entidade da qual eles faziam parte e que servia para

¹⁷ Por exemplo, o item alimentação, o de maior participação nos gastos totais, ao ser comparado às demais despesas correntes, obtém-se um resultado, em termos de despesas, que em muito ultrapassa a renda familiar (aproximada) que tinha sido espontaneamente declarada. Isto sem falar que 41% dos entrevistados afirmaram que após deduzidas as despesas mensais, ainda há uma "sobra".

¹⁷ Como se sabe, a relação entre modernização tecnológica e absorção de mão-de-obra nem sempre apresenta a mesma direção. A utilização de insumos modernos pode aumentar o emprego de mão-de-obra, enquanto que a introdução de máquinas, em geral, libera trabalhadores.

¹⁸ Não foram encontrados, entre os entrevistados, casos da mão-de-obra familiar que tenham precisado vender a sua força-de-trabalho como estratégia de sobrevivência.

defender seus interesses. Há indícios de que estes problemas estão sendo superados a partir do início do processo de emancipação do perímetro que instituiu a autogestão da cooperativa e conseguiu aglutinar os colonos em torno desta.

A nova opção de vida para os colonos ao se instalarem no perímetro representou uma ruptura com o antigo universo referencial, uma redefinição completa dos processos produtivos antes desenvolvidos, começando pela própria passagem de áreas de sequeiro a áreas irrigadas, da prática de uma agricultura típica "de subsistência" para cultivos comercializáveis, com as vantagens e desvantagens destes. Mas, em síntese, os produtores que se instalaram no projeto tiveram mudanças positivas, como aumento da produção, elevação do padrão alimentar, crescente urbanização do consumo familiar, melhora da condição financeira e maiores possibilidades de escolarização para os filhos, estabilizando esses colonos na terra.

Pode-se, agora, retomar alguns aspectos relevantes antes descritos, colocados agora do ângulo das mudanças ocorridas:

- 1 - A **mecanização agrícola**, antes quase ausente, atingiu um estágio aceitável, enquanto que o inexpressivo uso de **insumos industriais** (fertilizantes e defensivos) passou a ser imprescindível na prática produtiva dos colonos/irrigantes;
- 2 - O trabalho agrícola, que para esses pequenos produtores era basicamente **familiar**, abrangendo homens, mulheres e crianças, passou a contar com a contratação de trabalhadores diaristas, enquanto que uma maior divisão do trabalho retira parcialmente as mulheres/esposas do trabalho agrícola e permite que as crianças freqüentem mais a escola do que a lavoura;
- 3 - A contratação de **mão-de-obra temporária** passou a ser utilizada por todas as categorias e não só pelos grandes proprietários, mesmo que estes recorram a trabalhadores assalariados em maior escala e empreguem também trabalhadores permanentes;
- 4 - Os **rendimentos** resultantes da produção agrícola passaram a garantir não apenas a reprodução familiar, mas serviram para

reinvestimentos na produção, recorrendo a um sistema mais absorvedor de insumos industriais e mais produtivo, bem como para sustentar um padrão de vida mais elevado;

- 5 - O sistema de **drenagem** do solo, que era muito deficiente, teve melhorias substanciais, enfrentando melhor o problema das inundações, enquanto que a questão da salinização da área passou a ser tratada com maior consciência.

A transformação dos ex-produtores tradicionais e/ou de sequeiro em modernos colonos/irrigantes com alta produção/produktividade, entretanto, deverá levar mais tempo de maturação do que o desejado e estipulado nos projetos de colonização, sem que por isso possam se minimizar os avanços detectados. O aprimoramento dos métodos de gestão pública na implantação e desenvolvimento inicial dos perímetros irrigados certamente contribuirá para a desejável modernização agrícola e para o aumento do bem-estar da população envolvida.

Bibliografia

- ARAGÃO, Paulo Ortiz Rocha de & QUEIROZ, Claudia Nascimento. "Cooperativismo e pequena produção familiar modernizada". *Raízes*, N° 10, dezembro/94.
- BNB/ETENE. *Avaliação do PROHIDRO e do Programa de Irrigação*. Fortaleza, 1985. (Projeto Nordeste, 16).
- CAMISG. *Projeto de Desenvolvimento Econômico e Social. Perímetro Irrigado de São Gonçalo*. 1992.
- CARVALHO, Otomar de. *A Economia política do Nordeste (seca, irrigação e desenvolvimento)*. Rio de Janeiro: CAMPUS; Brasília: ABID — Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem, 1988.
- CASTRO, Ana Célia et al. *Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira*. Brasília, BINAGRI, 1979.
- CODEVASF. *Proposta de Autogestão das Cooperativas de Irrigantes*. Fortaleza, 1983. (Documento preliminar.)
- CORRÊA, José B. *Emancipação dos Projetos de Irrigação do DNOCS: Fundamentos do Programa*. S.l., 1990. (Mimeo).
- COSTA, Antonieta P. *Cooperativismo e Estado (o caso do Projeto São Gonçalo)*. João Pessoa, UFPb, 1984. (Dissertação de Mestrado). DNOCS. *Normas de Colonização. Manual de Ocupação Es-*

pacial. Brasília, 1979

KAGEYAMA, Angela et al. *Irrigação e a Problemática Fundiária do Nordeste*. In: Graziano da Silva, José (Org.) Campinas, Instituto de Economia: PRONI, 1988.

KAGEYAMA, Angela et al. *O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: do complexo rural aos complexos agro-industriais*. Campinas, Unicamp, 1987. (Mimeo).

MARA/SENIR. *Atuação da CODEVASF e do DNOCS no Desenvolvimento da Irrigação no Nordeste*. Brasília, 1990. (Versão preliminar).

PROINE. *Programa de Irrigação do Nordeste. Legislação*. Brasília, 1986.

_____. *Programa de Irrigação do Nordeste. Proposta Básica: Síntese (1986-1990)*. Brasília, 1986.

QUEIROZ, Claudia Nascimento. *O Processo de Construção da Pequena Produção Familiar) Modernizada (O Caso do Perímetro Irrigado de São Gonçalo - Pb)*. Campina Grande, MER/UFPb, 1993. (Dissertação de Mestrado).

O QUE É PARTICIPAR?

O EXEMPLO DE UMA REUNIÃO PARA A IMPLANTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE IRRIGAÇÃO NO CARIRI DA PARAÍBA¹⁹

*Eric René Jean Duroisset**

Hoje, todo mundo parece estar de acordo em afirmar a importância da participação dos trabalhadores do campo (ou camponês) no sucesso ou no fracasso dos programas de desenvolvimento. Entretanto, o sucesso de tais programas é muitas vezes aleatório. Pergunta-se então se não existem numerosas ambigüidades na noção de participação. Como ela se efetua na realidade? Que tipos de relações sociais se criam quando há uma participação dos trabalhadores do campo?

Concretamente, a participação pode apresentar muitas faces. Pode tratar-se de uma participação financeira do produtor, de uma participação em uma associação gestora de uma intervenção, de uma participação através do voto, etc. A reunião de informação com a população beneficiária do projeto é uma dessas técnicas freqüentemente utilizada. Para se conseguir a participação quando se encontra "resistências" (o termo é freqüentemente utilizado pelos planejadores que encontramos por ocasião da nossa pesquisa) para realizar um projeto, a reunião com os beneficiários do mesmo gera tensões e conflitos ligados à intervenção. A reunião e a comunicação são apresentadas como transparentes, situando-se muito além dos eventuais conflitos de interesses ou mesmo permitindo ultrapassá-los. Ora, queremos mostrar neste artigo que, como em toda relação social, a reunião entre interventores e be-

¹⁹ Este artigo se inscreve num trabalho coletivo coordenado por Ghislaine Duqué intitulado "RECURSOS HÍDRICOS E DINÂMICA SOCIAL NO SEMI-ÁRIDO", financiado pelo CNPq. Agradeço aqui, muito particularmente a Maria Cristina de Melo Marin para ajuda na tradução e Francimar Fernandes de Sousa por sua preciosa colaboração na pesquisa de campo e na escuta das fitas resultantes do registro da reunião.

* Doutor em Sociologia; Professor Visitante do Mestrado em Sociologia da UFPB.

neficiários de uma intervenção efetua-se seguindo regras que podem traduzir relações de força, de oposição, de conflito ou ainda de colaboração.

Propomo-nos analisar aqui como se constróem as relações sociais no seio de uma reunião de informação. Quais são as relações sociais ligadas aos mecanismos de uso da palavra e de tomada de decisão durante o desenvolvimento da reunião? Como se constrói um intercâmbio? E, finalmente, o que é participar?

Tomemos o exemplo de uma reunião apresentada como “participativa” pelas autoridades que se propuseram a organizá-la. Após apresentarmos rapidamente o contexto da reunião, passaremos a analisar a realização das trocas com a ajuda de duas técnicas de pesquisa, a observação e a análise de conteúdo. Pela observação analisaremos a organização do espaço físico da reunião, pois a maneira como os participantes se colocam no espaço físico não é neutra: ela traduz e simboliza as relações sociais (de poder, de conflito, de colaboração, etc.). Pela análise de conteúdo entenderemos como se organiza o discurso dos interventores, como também dos beneficiários da intervenção e, finalmente, como se constrói uma representação dos temas e das questões legítimas abordadas durante a reunião.

O CONTEXTO

O Cariri Paraibano é uma região ingrata e ressecada. Nestas terras a seca é muito marcante: apenas 300 a 500 mm de média de chuvas anuais, concentradas em três meses e às vezes menos. Trata-se de chuvas irregulares. Isso traz dificuldades para o homem em relação ao cultivo da terra.²⁰ Poder-se-ia pensar que, face a esta situação, os produtores locais estivessem receptivos a projetos cujo objetivo fosse a melhor utilização da água. Em 1983 o Estado da Paraíba propôs-se a implantar nesta região um projeto

²⁰ A este respeito consultar H. Therry, Modesto Siebra Coelho, Cariris Velhos. A difícil e indispensável penetração da inovação no coração da “diagonal seca”, in *Géographie et Ecologie de la Paraíba*, t II, Centre d’Études de Géographie Tropicale, CNRS/UFPA.

de irrigação bastante ambicioso visando atingir 71 famílias . Em agosto de 1995 o desenvolvimento do projeto parece bloqueado. A infra-estrutura foi montada, mas as famílias não parecem motivadas para utilizá-la. Constatando esta situação, as autoridades propõem um encontro com os produtores. A reunião é precedida, algumas semanas antes, de uma campanha de informações, inclusive pela imprensa. Vale ressaltar que a iniciativa da reunião vem das autoridades e não dos produtores. A participação destes vai, portanto, se construir como resposta a uma decisão das autoridades e não como movimento coletivo e autônomo dos próprios produtores.

Isto não significa que os produtores não tivessem expectativas em relação à reunião. Escutando o registro das intervenções feitas durante a reunião e o das entrevistas realizadas com os produtores, percebe-se que o problema principal para eles é o preço da energia necessária para acionar as bombas, julgado alto demais. Os produtores pensavam que a reunião tinha por objetivo a solução do referido problema (pois a maior parte dos produtores não utilizam a infra-estrutura do projeto por conta do preço elevado da eletricidade).

Entretanto, esse problema central dos agricultores não é discutido pelos organizadores da reunião²¹. Estes propõem outros objetivos, que aparecem como os objetivos "legítimos" do encontro. Para os organizadores, a reunião tem dois objetivos: "dinamizar os produtores" e "explicar o projeto" (expressões que apareceram com frequência no seu discurso. A nosso ver, por trás desses dois objetivos se escondem na realidade, relações de poder. "Dinamizar significa, para os organizadores, "convencer" os produtores, "fazê-los cooperar", "fazê-los aderir" à visão do projeto proposta pelas autoridades. A utilização do verbo "explicar" contribui para fixar uma relação de imposição do saber. A reunião de informação é vista como um instrumento pedagógico. A situação é escolar: de um lado os atores dotados de saber (os organizadores), de outro lado

²¹ Apesar de haver uma representante de companhia de eletricidade, ela não estava na mesa dos organizadores. Ela sentou-se no auditório praticamente ao mesmo nível que os produtores. Não foi previsto que usasse a palavra durante a reunião

os produtores que são desprovidos de saber e que não entendem bem o objetivo e a razão do projeto proposto.

A DISPOSIÇÃO ESPACIAL

A disposição física dos participantes da reunião nos oferece informações sobre as relações de poder que se estabelecem durante a reunião. Vista sob este ângulo, a reunião é dividida em dois tempos: um tempo de espera e o tempo da reunião propriamente dita.

O Tempo de Espera

A reunião é prevista para às 9 horas mas só começa com mais de uma hora de atraso²². Durante esse tempo de espera, os protagonistas se dividem em dois grupos claramente distintos. No pátio, local previsto para a reunião, encontram-se “as autoridades”²³, isto é, os responsáveis do projeto (o secretário de agricultura do Estado, o diretor da EMPASA, o coordenador da EMATER, dois agrônomos, o coordenador geral da irrigação, dois assistentes sociais), os políticos (deputado, prefeito), um representante da companhia de eletricidade, os dois sociólogos. As autoridades têm em comum o mesmo espaço de convívio. Elas se cumprimentam e mostram que compartilham (ou dão a impressão de compartilhar) o mesmo universo. Fora do pátio, a uns vinte metros de distância, mais exatamente na praça do vilarejo, encontram-se os produtores e suas famílias que, por sua vez, compartilham igualmente um mesmo universo de sociabilidade. Esta separação física dos prota-

²² A grande maioria dos participantes chegou na hora prevista. Falta, entretanto, o deputado estadual, por que se espera. Um único indivíduo conseguiu atrapalhar o desenvolvimento da reunião. Assim, antes mesmo que a reunião começasse, o deputado impõe-se como um personagem importante do encontro. O tempo de espera é utilizado para fortalecer uma relação de poder. Dessa forma, fazendo-se esperar, de um lado, que a reunião depende de sua presença e, de outro lado, que ele é sobrecarregado de coisas importantes a fazer (ao menos tão importantes quanto a espera de 150 pessoas).

²³ Não citaremos os nomes dos interventores, pois estamos falando de lógicas sociais e não de indivíduos.

gonistas parece demarcar a existência de uma fronteira invisível, e revela logo uma divisão social entre os dois grupos. Mostra que o encontro que vai se efetuar coloca frente a frente os interlocutores que, na vida cotidiana, se situam à distância. É provável que muitas coisas tenham sido expressas neste momento que antecede a reunião sem que tenham vindo à tona publicamente no momento seguinte. A palavra expressa naquele momento se dirige apenas ao grupo no seio do qual cada um se reconhece e não à totalidade dos protagonistas da reunião.

O Tempo de Troca

A disposição espacial da reunião é concebida segundo um modelo escolar. O espaço físico divide-se em três partes: de um lado, a mesa das "autoridades oficiais", que se situam face a um "auditório", este dividido em duas partes, uma disposta de cadeiras e outra onde as pessoas são obrigadas a ficarem de pé.

A Mesa da "Oficialidade"

Os doze organizadores da reunião beneficiam-se de uma mesa e podem sentar-se. Por trás deles encontra-se o mapa do perímetro irrigado e dois esquemas cujo objetivo é de sintetizar o desenvolvimento do projeto e mostrar interesse em se engajar.

"O Auditório" — Pessoas Sentadas

Diante da mesa dos organizadores encontram-se vinte pessoas sentadas; doze destas pessoas são mais ou menos diretamente ligadas às autoridades oficiais. Trata-se das assistentes sociais, dos dois sociólogos, do representante da companhia de eletricidade, etc., oito produtores também estão sentados.

"O Auditório" — Pessoas em Pé

Atrás daqueles que estão sentados encontram-se cento e trinta pessoas em pé. Trata-se dos produtores e de suas famílias.

Esta disposição espacial não é por si mesma neutra. A falta de cadeiras obriga os produtores a ficarem mais de três horas em

pé. O sofrimento físico que este fato provoca não é considerado como problema para as autoridades, nem aparentemente para os produtores. A partir do direito de sentar ou não os produtores são colocados em pé de desigualdade com as autoridades. A falta das cadeiras contribuiu para criar uma hierarquia entre autoridades e produtores, instaurando-se, desse modo, uma relação de poder.

Por outro lado, esta disposição é tipicamente escolar. Os produtores são colocados numa situação de "público", de "auditório" recebendo a palavra dos promotores numa atitude passiva. O uso da régua, pelos organizadores do projeto para a leitura do mapa e dos esquemas, reforça o aspecto escolar do encontro. Aliás, um dos objetivos da reunião é "explicar" como as dificuldades de colocar o projeto em prática estava ligada à falta de informações dos produtores.

Assinalamos, aqui, que existem outros modelos espaciais para organização de reuniões deste tipo²⁴. Existe igualmente o modelo do tribunal que divide a população em três blocos: na frente o presidente ou coordenador da reunião, de um lado os promotores do projeto e de outro lado os beneficiários. As "autoridades" e os beneficiários do projeto se situam, então, sobre o mesmo plano, favorecendo a relação de igualdade.

A ORGANIZAÇÃO DA PERMUTA

A permuta dividiu-se em duas etapas:

Num primeiro tempo, cada um dos responsáveis é apresentado. Cada apresentação é seguida de aplausos da parte do público. Desta maneira, o poder é encenado. Mesmo que os produtores aplaudam por gentileza, aplaudir, é implicitamente aprovar e reconhecer a legitimidade de uma autoridade. Esta permuta (apresentação seguida de aplauso) contribui então, de maneira mais ou menos consciente, para posicionar os produtores num pa-

²⁴ Sobre este assunto, pode-se consultar o artigo de DEFRANCE. (J) — "*Donner la parole. La construction d'une relation d'échange*" — in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n^o. 73, p. 52-66.

pel passivo e de aceitação. De outra parte, enquanto os responsáveis são apresentados e nomeados por seus títulos distintivos (secretário de agricultura, deputado, etc.), os produtores não são individualizados. Eles formam um bloco e apresentam apenas tomam a palavra que eles se apresentam, ou, mais freqüentemente, que eles são apresentados (pelo deputado ou técnico que os conhece).

O segundo tempo da permuta é constituído pelas intenções dos responsáveis numa ordem previamente definida. Num primeiro momento fala o coordenador geral de irrigação, que explica o projeto, em seguida o secretário da agricultura, depois os políticos (o deputado, o prefeito de uma das comunidades), uma assistente social, etc.

Diferentemente dos responsáveis do projeto, os produtores não têm espaço para palavra previsto anteriormente. Eles são obrigados a interromper, cortar a palavra dos responsáveis para intervir. Para se exprimir, eles são obrigados a quebrar a organização regular da reunião. Por outro lado, quase sempre, o responsável que é interrompido no seu discurso “faz com que” os produtores que tentam falar retomem seu lugar, o que significa que devem esperar sua vez, quer dizer, no fim do discurso do responsável. Os produtores são colocados em situação de perturbadores do desenvolvimento da reunião (“não é preciso interromper”).

Esta oposição entre uma organização argumentativa da tomada de palavra das autoridades e a ausência da organização da palavra dos produtores reflete numa relação de poder. Como a possibilidade de falar é dada lance por lance pelos organizadores da reunião, estes últimos controlam o direito à palavra. Eles obrigam os produtores a reconhecer-se como interlocutores e a respeitar sua autoridade. Concedendo aos produtores direito à palavra, os detentores da autoridade constroem igualmente os produtores a se situar como perguntadores. Encontra-se aqui um mecanismo clássico do poder que descreve Mauss²⁵, o processo do dom.

²⁵ Cf. MAUSS (M) — “*Essai sur le don*”, in *Sociologie et Anthropologie*, p. 144-279, Paris, PUF, 1989.

Aquele que se dá concede um poder. A pessoa que recebe está em posição de inferioridade, porque ela tem que entregar; deve dar contas. Guardando o direito da palavra e, sobretudo, dando em conta-gotas aos produtores, as autoridades reforçam, consciente ou inconscientemente, seu poder, eles tentam dirigir e controlar a participação dos camponeses.

O cálculo do tempo da palavra dado às autoridades e aos produtores mostra bem a desigualdade assim criada. Deste modo numa reunião que tem a duração aproximadamente de três horas, os produtores falaram no geral apenas quinze minutos. Num plano quantitativo, a participação das duas partes é então muito desigual.

Outro elemento deve ser levado em conta na análise da permuta. Os meios através dos quais a população se expressa e participa são diversos e uma simples retranscrição dos discursos ou simples contagem do tempo da palavra não é suficiente para os refletir na totalidade. Deste modo, os produtores participam viuse, aplaudindo. Longe de ser passivo, eles vão igualmente tentar escapar da ordem imposta participando das reações de povo sob a forma de murmúrios. Em certos momentos da reunião os produtores puseram-se a falar entre si, como se não escutassem mais o discurso das autoridades. São concedidos espaços de falas livres e escondidas. Livres porque não são controladas pelos organizadores da reunião; escondidas, porque do murmúrio não provém um discurso estruturado. Pode-se supor que este tipo de manifestação é igualmente mais importante numa reunião em que o produtores sentem que é difícil falar com as autoridades. O murmúrio está no espaço da palavra contestadora, maneira de quebrar o contexto da interação tal qual foi definida pelos oficiais. Por outro lado, o secretário da agricultura, diante desta situação, chamou os produtores à ordem, um pouco como se faz com crianças na escola que não conhecem as regras da sociabilidade e o respeito à autoridade ("aqueles que não se interessam podem sair, vocês devem respeitar os que falam"). Esta intervenção do secretário da agricultura reforça o aspecto escolar da reunião. Os produtores aparecem para as autoridades como ignorantes em dois níveis: eles desconhecem o projeto e seu objetivo, e é por esta razão "que eles se opõem a

isso e que é preciso lhes explicar”, mas, além disso, eles ignoram as regras de participação e de boa conduta por ocasião de um encontro, regras entretanto fixadas antes pelas autoridades.

QUEM PARTICIPA?

Até o momento, nós apresentamos a reunião como uma relação de permuta entre duas partes, os produtores ligados ao projeto de um lado, e de outro, as autoridades responsáveis. Ora, esta distinção entre as autoridades e os produtores é negada por alguns atores da reunião, — os *políticos*. Aqueles, dentre eles, que falaram (o deputado local e o prefeito da comunidade principalmente atingida pelo programa) apresentaram-se como sendo os representantes da comunidade e fazendo parte do povo: “Eu gostaria de falar em nome deste povo, dizer o que eu escuto dia a dia da parte dos irrigantes” (o deputado). O prefeito explica que é filho de produtor e o deputado se diz “produtor” ele mesmo. O deputado, durante a reunião, tem igualmente outra estratégia para aparecer ao lado dos produtores: ele explica que possui também terras incluídas no perímetro do projeto e intervém junto ao secretário da agricultura em nome de dois produtores que se beneficiam de bombas para sugar água da irrigação. Assim, ele tenta mostrar que ele entende e defende os interesses dos pequenos produtores. Do seu lado, o prefeito tenta também mostrar que ele está próximo dos interesses dos irrigadores, criticando os técnicos que mal conhecem os camponeses: “eu sou filho de agricultor. Tenho o hábito de me opor aos técnicos que não conhecem a realidade daqui. O técnico deveria falar menos e escutar mais. Os que freqüentam a universidade deveriam conhecer a linguagem do povo”.

O deputado e o prefeito tentam assim confundir seus papéis sociais. Embora eles se situem de maneira evidente do lado das autoridades (eles estão sentados à mesa dos promotores do projeto, eles falam de maneira familiar com os técnicos e engenheiros, eles têm um tempo de palavra previsto antes, etc.), eles tentam situar-se ao lado do “povo”, dos “produtores”.

Esta estratégia (consciente ou inconsciente) permite que se

dê o direito da palavra no lugar dos pequenos produtores que, mais uma vez, são colocados no lugar de espectadores da reunião. Esta negação da distinção intervenientes/beneficiários é o primeiro mesmo criada da negação da relação da autoridade que está creditada durante a reunião. Como pode haver uma relação de poder, se as duas partes têm os mesmos interesses? Pode-se dar um exemplo concreto desta estratégia de negação. Por ocasião da reunião o problema do custo da eletricidade permitindo o funcionamento das bombas para irrigação é levantado pelos camponeses. Isso é muito enfatizado por eles. Diante desta questão, o deputado toma a palavra e explica que “é também um problema que me concerne, porque eu também sou produtor”.

Desta maneira, ele diz dividir os mesmos interesses com o conjunto dos produtores. Entretanto, alguns minutos depois ele elogia a companhia de eletricidade “que faz um esforço muito importante concedendo tarifa reduzida para os produtores”, reencontrando seu lugar junto dos promotores do projeto e defendendo sua posição.

Isso mostra que o problema deste tipo de reunião não é tanto saber se há participação ou não, mas de ver como ela se efetua concretamente, quem realmente participa, quem escutou, quem se apropriou da palavra. A participação, como é aqui o caso, pode estar delegada a um ator que diz representar os interesses dos camponeses.

De outro lado, participar de uma reunião deste tipo supõe saber antes de tudo falar em público. Os produtores têm frequentemente dificuldades de tomar a palavra porque eles têm medo de não poder se expressar corretamente e não chegam a se situar sobre o mesmo plano que seus interlocutores. Falar com alguém é, em certa medida, pensar já sobre o mesmo nível de igualdade do seu interlocutor, é refletir que uma comunicação possa ser estabelecida. Assim, durante a reunião, só três produtores vão falar e, entre eles, só um vai falar muito mais que os outros. Este último domina bem os problemas que são destacados durante a reunião (tarifas de eletricidade, etc.). Este problema de participação é claramente expresso por um dos produtores “todos os agricultores estão lá, mas todos eles têm medo de explicar a situação e de falar

dos problemas que nos importunam”.

O CONTEÚDO

Como vimos, a participação pode ser analisada por sua organização formal, com estudo da organização espacial dos intervenores e modos de intervenção dos atores. Mas, a participação tem também um conteúdo. Trata-se de saber quem diz o quê, quem é escutado, como são colocados os legítimos assuntos da conversa, quais são os problemas que se considera como importantes, etc.

Numa reunião, cada uma das diferentes partes tenta impor um assunto legítimo para se discutir. Assim, para os produtores engajados no projeto de irrigação, o principal problema que deve ser ressaltado é o custo da eletricidade, que eles consideram como sendo muito elevado; a maioria de suas intervenções giram em torno desta questão. Em sua mente, a reunião foi organizada essencialmente para resolver este problema. Ora, para os organizadores, o encontro foi organizado, já dissemos, para dinamizar e “explicar” o projeto. Pode-se observar desde o início a existência de um mal-entendido com relação ao próprio conteúdo da discussão.

Na realidade, o conteúdo da reunião é essencialmente dirigido e dominado pelos organizadores. Em sua mente, trata-se não somente de explicar, mas também de convencê-los a mudar radicalmente seu modo de trabalho e sua maneira de conceber sua profissão de agricultor. A discussão deste tema efetuou-se em várias etapas. Vamos retomar por ordem cronológica o desenrolar das intervenções:

A Intervenção do Secretário da Agricultura.

A reunião inicia-se com a intervenção do principal responsável pelo projeto. Sua intervenção divide-se em três fases.

Na primeira fase, ele apresenta o *objetivo do projeto* para a região e principalmente para os agricultores. Explica que se trata de um projeto muito ambicioso que visa a transformar a região. O interesse da irrigação para os agricultores é que eles vão se tornar

independentes. Ele critica outros projetos de irrigação onde o colono é considerado como um verdadeiro funcionário público. Aqui a liberdade do agricultor será conservada.

Numa segunda fase, ele apresenta o *próprio objeto da discussão* que, segundo ele, deve ocorrer. Ele explica que o principal problema para os agricultores é a escolha da cultura a ser feita.

“O que plantar? É a pergunta fundamental. É sobre isto que nós devemos discutir hoje”. Ele coloca, pois, o problema, antes mesmo que os agricultores tenham começado a intervir.

Numa terceira fase, ele começa a responder às perguntas que acaba de fazer. Explica que a agricultura irrigada é de natureza fundamentalmente diferente. Ela precisa de um grande investimento e de um acompanhamento técnico. O produtor deve considerar isso. Por outro lado, a agricultura irrigada é feita para a venda. É preciso, pois, encontrar saídas, é preciso que a atividade seja “rentável”.

Durante toda a reunião, em cada uma de suas intervenções, o Secretário da Agricultura tenta conduzir os agricultores para o tema da discussão: “o que plantar?” Ora, os agricultores não reagiram face a essa pergunta. No meio da reunião, constatando a ausência de reação dos agricultores, ele é conduzido a repreendê-los. Pede aos produtores para levantar o dedo (colocando-os deste modo numa situação escolar com obrigação a responder) para que digam o que eles plantam. Só uma pessoa levanta a mão e responde: “Oh! Aqui, planta-se de tudo: feijão, milho, tomate”. É a única intervenção de um agricultor durante a reunião sobre este tema. Vê-se então que não há absolutamente demanda por parte dos agricultores sobre esta questão. O conteúdo da participação constrói-se em torno dos objetivos feitos pelos organizadores da reunião.

As Intervenções dos Políticos.

Num segundo momento, um deputado e um prefeito pedem a palavra. Retomaremos apenas o discurso do prefeito. Esse divide-se em três fases:

Na primeira fase, o prefeito invoca a *necessidade da partici-*

pação da população. “É preciso dar a palavra ao povo. Vocês devem participar. Tem-se necessidade de sua opinião”. Ele explica em seguida que, ele mesmo, na qualidade de eleito, é representante do povo e se sente na necessidade de participar.

Numa segunda fase, *ele explica o conteúdo desta participação e define os objetivos para os agricultores.*

Ele diz que esta participação deve-se fazer em torno “de objetivos comuns”. Nós devemos ter objetivos comuns. As divergências devem desaparecer. Devemos falar a mesma linguagem. Devemos fazer uma agricultura rentável”. Esta intervenção, vê-se, contribui uma vez mais para construir a participação como uma resposta aos objetivos expressos pelos organizadores. Com a utilização do “nós”, o político tenta, de um lado, negar a existência de divergências potenciais entre interventores e produtores. De outro lado, quando fala da agricultura rentável, ele mesmo define o único objetivo “comum”.

Na continuação de sua intervenção, detalha o que entende por “rentabilidade”. Pega um copo de plástico, explica que, para fabricá-lo, é preciso comprar máquinas, plástico, energia, pagar salários, encargos sociais. Ele termina sua explicação com “Eis o que vocês devem aprender. Eu falo de economia, de composição de custo”. Através deste discurso escolar, na forma de um “curso”, ele postula implicitamente que os agricultores são ignorantes em matéria de economia. Pode-se lembrar rapidamente aqui que os agricultores têm sua própria “racionalidade econômica” que o homem político tenta ignorar. Sua lógica de funcionamento faz com que eles estejam sempre reticentes para engajar-se na especialização e comercialização da totalidade de sua produção. A diversificação e autoconsumo são estratégias para limitar os riscos econômicos ligados às indecisões do mercado.

Numa terceira fase, *ele precisa qual deve ser a produção na região.* Dando o exemplo de uma outra região do Brasil que se desenvolve graças à goiaba, ele explica “que aqui há um enorme potencial para a fruticultura. “Diante desta proposta, um agricultor intervém, colocando logo sua própria lógica econômica. Ele explica que os pequenos produtores não podem se atirar a esta

produção “porque, para a fruticultura, é preciso esperar vários anos antes que isso dê; nós não podemos”. Esta proposta, que poderia ser assunto de debate, não é ressaltada pelos organizadores da reunião.

A Intervenção da Assistente Social e do Presidente da EMATER.

Até o momento, os produtores não tem absolutamente nenhuma tomada de decisão face ao que lhe é proposto. Eles essencialmente ressaltaram-se de dificuldades: o preço da eletricidade ligada à irrigação e, de outro lado, a longa espera pelas primeiras colheitas que implicaria sua especialização na fruticultura.

Apesar destas objeções, os interventores seguintes agem como se já houvesse um acordo sobre o princípio da escolha de um nova agricultura, como se a cooperação entre as autoridades e os produtores já estivesse em andamento. Assim, a assistente social explica “que pode-se pensar em outra cultura. Vai reunir-se em conjunto para discutir o que produzir. As culturas tradicionais não valem nada. É preciso deixar cair o sistema milho/tomate/feijão”.

O presidente da EMATER, por sua vez, explica “que é preciso discutir uma alternativa para a agricultura competitiva. Sabe-se já que a fruticultura é uma boa via”. Desta maneira, age como se a resposta da pergunta “o que plantar” já tivesse sido dada. Ele postula que a opção pela fruticultura já está obtida, como se houvesse um acordo de todos sobre esta questão.

A Conclusão do Secretário da Agricultura.

A conclusão do secretário da agricultura divide-se em dois momentos.

No primeiro momento, ele propõe uma síntese da reunião. A exemplo dos políticos, ele invoca a legitimidade da participação e, portanto, a legitimidade das decisões que foram tomadas. “Foi uma reunião extremamente participativa”. Ele explica que há dois pontos que foram ressaltados, o da tarifa da eletricidade e o da discussão “o que plantar?”. Este exercício da síntese tem a apa-

rência da neutralidade, já que o interventor parece repetir o que foi dito. Na realidade, esta síntese é uma maneira de dar sua própria posição. Deste modo, para o problema da eletricidade, ele utiliza o "nós" negador das diferenças de interesses, agindo como se os interesses da companhia de eletricidade fossem de encontro aos dos pequenos produtores: "não é segredo para ninguém que nossa companhia de eletricidade passa um momento difícil e dificilmente pode baixar suas tarifas. Nós não queremos que nossa companhia de eletricidade entre em falência".

No que concerne ao segundo ponto, quer dizer, a mudança da agricultura da região, ele utiliza o termo "discussão": "Foi a discussão sobre a questão o que plantar?", como se o enunciado da palavra tivesse poder de fazer aparecer a realidade. Ora, está claro que esta discussão não teve lugar, ou somente entre as próprias autoridades.

Depois desta "síntese", ele lança várias idéias e projetos. Propõe-se a informar aos agricultores sobre o mercado e toma, de maneira unilateral, a decisão de criar uma associação para informá-los sobre esta questão. Em seguida, lança algumas pistas para reflexão e coloca o modelo de agricultura que lhe parece adaptada para a região. "O melhor é articular o produtor com a empresa industrial. Esta garante acesso aos mercados. O produtor torna-se um prestador de serviços, o que, para ele, diminui os riscos. Ele recebe as sementes, tudo. Para o produtor, não há mais necessidade de comprar. Vocês não terão mais problemas de administrar o dinheiro". E ainda, mais longe: "É preciso modernizar-se. Na era da informática, vocês não podem mais plantar milho, feijão e tomate". "O Estado faz um esforço financiando este projeto. Não podem mais continuar fazendo como seus avós faziam. Damos o dinheiro, é preciso que agora vocês utilizem bem".

Toda a ambigüidade do projeto revela-se aqui. Em troca, sob a forma de infra-estrutura de irrigação, os agricultores são obrigados a voltar o contra-dom; eles devem mudar radicalmente o modo de funcionamento e, talvez, no limite, delegar toda a responsabilidade e liberdade a sua empresa. Deste modo o projeto de irrigação é um presente, mas que vai começar a custar caro para o agricultor. Este último, diante desta situação tenta defen-

der sua própria lógica de funcionamento. Várias vezes os produtores vão intervir para falar de sua recusa em inserir sua atividade em relações unicamente comerciais: "Nós temos necessidade de dinheiro, não de ganhar dinheiro", e mais além: "o produtor não trabalha para enriquecer, mas para viver". Mas, apesar da oposição dos produtores ao projeto exatamente como é proposto pelas autoridades, o próprio assunto do encontro foi essencialmente conduzido pelos organizadores. Num primeiro momento, eles propõem, por si mesmos, o objeto de discussão: "o que plantar". Em seguida, eles delimitam progressivamente qual deve ser a resposta a esta pergunta num primeiro instante eles falam de "uma agricultura rentável e técnica", em seguida "de um potencial da região para a fruticultura"). Enfim, eles fazem como se esta resposta fosse adquirida e lançam o objetivo de uma agricultura ligada às empresas industriais.

CONCLUSÃO

A noção de participação é extremamente delicada e diversificada. Ela pode se realizar concretamente através de múltiplas situações. Às vezes, é sinônimo de colaboração, refletindo uma relação de poder: é o caso quando os agricultores aplaudem os organizadores de uma reunião. Ela pode ser igualmente sinônimo de contestação (por exemplo, quando os produtores se expressam fazendo murmúrio). Mas sobretudo, ela pode ser utilizada pelos organizadores das intervenções como técnica de poder. Confundindo "participação" e "colaboração", pode ser utilizada como meio de justificar uma intervenção. Deste modo as decisões tomadas em uma reunião de informação como a que vimos analisar têm aparência de legitimidade, porque elas foram oficialmente "discutidas democraticamente". Ora, esta visão das coisas negligencia o fato de que, como em toda relação social, as relações que invocam a noção de "participação" se estabelecem entre atores que não têm o mesmo nível de poder na vida social, nem o mesmo nível de instrução, nem simplesmente o mesmo lugar no seio da estrutura social. Deste fato, decorre que as discussões que podem surgir numa reunião "participativa" e as eventuais decisões que são to-

mas durante esta, realizam-se num clima de desigualdade.

Concluindo, pode-se citar o artigo do jornal local que prestou conta da reunião que analisamos. Ele cita a presença “dos principais atores” da reunião: o secretário da agricultura, o deputado local, vice-secretário da agricultura, o diretor da EMPASA, o coordenador da EMATER, um agrônomo, prefeito... esquecendo de falar da presença dos produtores!

A REORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NOS BANCOS (UM ESTUDO DE CASO)²⁶

*Manoel Luiz Malaguti**

A direção das empresas parece dividida entre o fascínio dos novos métodos e a tentação das práticas tradicionais.

O modelo japonês será, portanto, invocado cada vez mais, principalmente neste cenário da política industrial onde sobressai a competitividade e a abertura à concorrência.

O movimento sindical, por sua vez, ameaçado pelo desemprego e controle dos salários, está dividido entre um projeto de cidadania e participação ou o afrontamento.

O discurso da participação está na ordem do dia. Mas de qual participação?

(Souza-Lobo, E.)

IMPRESSÕES INICIAIS

O lado mais visível da reorganização do trabalho nos Bancos de Campina Grande é a diminuição do número de bancários por agência. De janeiro de 1994 a agosto de 1995 foram demitidos 97 funcionários: segundo informações do Sindicato dos Bancários de Campina Grande este número representa, aproximadamente, 10% da categoria (1.096 bancários em setembro de 1995). Dentre os

²⁶ A maior parte das referências a aspectos organizacionais ou tecnológicos do setor financeiro de Campina Grande baseia-se na observação direta e nas entrevistas realizadas, entre março e agosto de 1995, em várias agências do *Bradesco* e do *Banco do Brasil* localizadas nesta cidade. Neste período também entrevistamos dirigentes sindicais e pessoas que, embora trabalhando no interior dos Bancos, não possuíam o "status" de bancário.

Queremos agradecer ao CNPq, cuja concessão de uma bolsa de Iniciação Científica à aluna Regina Maria de Albuquerque Souza muito colaborou na execução deste ensaio.

* Professor dos Mestrados em Economia e Sociologia da UFPB. Doutor em Economia pela Universidade de Picardie, Amiens, França.

Bancos que mais demitiram, encontra-se em primeiro lugar o Banco do Brasil com 26 demissões, seguido do Bradesco e do Unibanco — os dois últimos com 9 demissões cada um. (Jornal da Paraíba, de 27/08/1995). A nível nacional, os Bancos de Campina Grande parecem ser líderes neste processo de enxugamento de quadros. Eles detêm uma taxa de demissões 70% superior aos indicadores (que dispomos) da média nacional:

<i>Bancos</i>	<i>Taxa de demissões (dez.94/jun.95)</i>
Bancos de Campina Grande	10%
Mercantil de São Paulo	6%
Nacional	6%
Bamerindus	6%

Fonte: Confederação Nacional dos Bancários (agosto de 1995).

Outro aspecto também facilmente constatável, é o aumento da informatização. Ao entrarmos numa agência ou posto bancário da cidade deparamo-nos, imediatamente, com “Caixas Automáticas”. Estas máquinas fornecem desde o saldo em conta corrente até o valor atualizado dos investimentos em fundos, poupança, etc. Ali pode-se ainda fazer saques, receber talões de cheques ou transferir haveres para quaisquer agências do país.

Seguindo ainda esta mesma linha de observações, também é facilmente verificável a enorme gama de atividades que cada bancário deve desempenhar simultaneamente. Pudemos observar, enquanto conversávamos com alguns funcionários, que seus colegas exerciam concomitantemente uma série de funções: Caixa, Sub-gerência, venda de apólices de seguro, assessoria para investimentos e, algumas vezes, vigilância. Um de nossos informantes chegou a declarar que o que mais lhe estressava era a tarefa de constante vigilância, de observação das expressões e dos movimentos das pessoas que entravam nos Bancos (o número crescente de assaltos a Bancos parece explicar esta tensão).

Continuando nossas entrevistas, ficamos sabendo que esta

mobilidade funcional e espacial faz parte de um processo de diminuição de chefias (relativização das hierarquias), visando agilizar as tomadas de decisões. Mas este processo também transparece na dificuldade cada vez maior de se identificar o gerente como “aquele senhor bem vestido sentado à mesa no fundo do Banco”. Hoje, quase todos sentam-se à mesa. Hoje, quase todos “assumem o Caixa”. Da mesma forma, alguns “Caixas”, conhecidos como “gerentes do cliente”, trabalham em computadores sofisticados e possuem uma aparência impecável. Eles também são, em geral, “vendedores de seguros” e “assessores para investimentos”.

Para dar suporte a este processo de diversificação das atividades e de “deshierarquização”, foram criados os “Cursos Contínuos de Aperfeiçoamento”. Mas estes cursos não pretendem apenas fornecer a habilitação necessária ao bom desempenho de várias funções: tudo nos leva a crer que a consolidação de uma “cultura empresarial” seja seu objetivo primordial. Todos os gerentes entrevistados pareciam conhecer bem a distinção entre seus interesses e os da empresa. Alguns deles respondiam nossas questões enfatizando a duplicidade de seu “status”: gerente e bancário. Como gerentes, eles demonstravam a necessidade dos processos de modernização, da informatização, da polivalência de atividades, dos estágios de formação e até mesmo das demissões. Pareciam, pois, convencidos da inevitabilidade das reestruturações. Como bancários, porém, o discurso era outro. Começavam ressaltando sua filiação sindical (várias lideranças sindicais nos confirmaram que “mais de 90% dos gerentes são sindicalizados”). Em seguida, lamentavam as demissões e “o destino dos colegas”. Reconheciam que os salários “nunca estiveram tão baixos” e as condições de trabalho “muito mais duras”. O *conflito* de identidades parecia evidente: respondiam com se fossem “duas pessoas”, confundido seus interesses como gerentes com os da empresa, e os seus “próprios” interesses com os do restante dos funcionários. Frente a este conflito, o conteúdo dos cursos de aperfeiçoamento e a idéia transmitida de “cultura empresarial” assumiram uma outra dimensão em nossos questionamentos.

Mas este problema de “identidade” não se manifestou apenas nas conversas com gerentes ou ocupantes de postos de chefia.

Ele reapareceu com intensidade nos contatos que travamos com trabalhadores sem "status" jurídico de bancário e, portanto, também sem filiação sindical (como depois viemos a constatar). Verificamos que em alguns setores eles eram os responsáveis pela maior parte das atividades: num determinado setor — considerado estratégico — eles chegavam mesmo a representar a maior parte dos trabalhadores em atividade.

O que nos chamou logo a atenção foi a sua idade: todos muito jovens (18-22 anos). O afincamento com que trabalhavam também não nos passou despercebido. Afinal, os outros funcionários nos observavam, perguntavam quem éramos, o que fazíamos... Enfim, ficavam curiosos com nossa intromissão em seu ambiente de trabalho. Os jovens trabalhadores, por outro lado, não demonstravam a menor curiosidade. Pareciam sequer se dar conta de nossa presença. Na realidade, constatamos depois, pouco se importavam com o que se passava nos Bancos em que trabalhavam. Com muita dificuldade conseguimos adquirir a confiança de alguns. Marcamos algumas entrevistas e confirmamos que, na verdade, não eram bancários. No entanto, tinham contratos de trabalho, recebiam remuneração e tíquetes alimentação dos Bancos. Além do mais tinham livre acesso aos dados cadastrais dos clientes e trabalhavam num "setor de elite". Não haveria aqui uma quebra do sigilo bancário? Tudo nos conduzia a uma discussão sobre os limites éticos da racionalização econômica em curso.

Estes jovens se autodenominam "estagiários". Mas na verdade são estudantes... São mesmo estudantes? Esta dúvida quanto à sua identidade ainda nos persegue. Procuramos dirimi-las, é verdade, mas nossas pesquisas foram inconclusivas. Até hoje não sabemos como classificá-los, embora façamos algumas sugestões nas partes subseqüentes deste trabalho.

Sabemos que estes (admitamos) estudantes-estagiários-bancários 1) passam de 6 a 8 horas trabalhando nas agências; 2) organizam dados confidenciais; 3) compõem parcela considerável dos efetivos de departamentos bancários de "elite" e, ainda, 4) são legalmente remunerados pelos Bancos. No entanto, estes "jovens" não são juridicamente bancários, nem querem sê-los. Seus "colegas" não os vêem com bons olhos, embora tenham que respei-

tá-los. Quem são estes trabalhadores dedicados? Qual o seu papel no processo de reestruturação dos Bancos de Campina Grande? As atividades que eles executam podem ser consideradas terceirizadas?

Foi a partir deste conjunto inicial de impressões que reformulamos algumas questões, alteramos pressupostos e recriamos um “guia de entrevistas” fundamentado nas interrogações propostas pela “própria” realidade empírica. Mais precisamente, este contato direto com nosso objeto de estudo permitiu-nos reavaliar e precisar nossas primeiras representações sobre o processo de reorganização do trabalho nos Bancos de Campina Grande.

A DINÂMICA DA RACIONALIZAÇÃO

A Informatização

As tecnologias microeletrônicas já fazem parte do cotidiano bancário. Elas não mais despertam emoções radicais como o medo e a admiração. Elas vieram para facilitar a vida dos clientes, agilizar os serviços e liberar os funcionários das atividades rotineiras. Com a informatização, os esforços produtivos podem ser dirigidos para atividades mais criativas, que dependam de iniciativa ou de “calor humano” (venda de seguros, por exemplo).

Além disso, a necessidade de lidar diariamente com equipamentos de ponta estaria permitindo a qualificação dos bancários. Seja através de aprendizado prático, no uso concreto dos equipamentos, seja por intermédio de cursos de computação (noções de DOS, Windows e utilização de processadores de texto e planilhas).

Este foi, em síntese, o posicionamento dos gerentes de Banco frente à informatização.

No que diz respeito aos funcionários subalternos, no entanto, suas opiniões e avaliações foram substancialmente divergentes. Para estes, o que mais chama a atenção é a dificuldade que os clientes estão encontrando no manuseio dos novos equipamentos. Constantemente, dizem eles, “somos chamados para explicar o

funcionamento do Caixa eletrônico”. E continuam: “Isto já era esperado, haja visto que a maior parte de nossa clientela é analfabeta. Como eles podem entender as instruções do visor [do Caixa eletrônico]?”. Outro problema também ressaltado foi o “geracional”: “os mais idosos não se acostumam. Eles querem um atendimento personalizado, como sempre tiveram ao longo de suas vidas. Não é depois dos 60 ou 70 anos que as pessoas vão mudar”.

De início imaginávamos que estas dificuldades aparecessem com maior intensidade num Banco com finalidades sociais, no caso, no Banco do Brasil. Afinal, o Banco do Brasil lida com muitos aposentados (pessoas idosas) e faz o pagamento de boa parte dos funcionários públicos (alfabetização precária). No entanto, esta impressão inicial logo se desfez.

O Bradesco, um dos mais importantes Bancos privados do país, depara-se também com problemas semelhantes — embora seus gerentes, mais “competitivos” e “agressivos”, realcem ainda com maior intensidade as virtudes do atendimento informatizado. Esta supervalorização da informatização choca-se aqui com sua política de captação de pequenos depósitos, visto que a maior parte de sua clientela é composta por pessoas com baixo poder aquisitivo e com precárias condições de vida. Isto foi constatado nos vários dias em que não conseguíamos ali realizar entrevistas, quando postávamo-nos fora do Banco, na calçada, observando o fluxo e a composição da clientela, assim como a rapidez no seu atendimento. Num destes dias, constatamos que mais da metade das filas era composta por pessoas sem sapatos, com disritmias motoras, deficiências físicas gerais ou em estado de embriagues evidente. Como seria possível, nestas condições, privilegiar o autoatendimento ou os Caixas automáticos? Não era possível. Para grande parte de seus correntistas, arriscamos dizer, a informatização nada representa — a não ser filas cada vez maiores. E seus funcionários? Eles estão satisfeitos com a crescente informatização do Bradesco? Aparentemente não. Com o aumento das filas, eles são constrangidos a atender um número crescente de clientes por intervalo de tempo. Além disso, seu trabalho passa a ser controlado pelo número de vezes que acessam pequenos terminais de

computadores “escondidos” atrás dos balcões de atendimento: verifica-se, pois, uma clara *intensificação* de um trabalho cada vez mais controlado. E não seria de se estranhar que, nestas condições, se prolongasse (como de fato ocorre) o número de horas trabalhadas após fechadas as portas exteriores das agências.

Qual, então, o sentido da informatização? Fica evidente que o objetivo das políticas tecnológicas dos Bancos de Campina Grande não é o bem estar de sua clientela. Nesta mesma direção interpretamos a insatisfação dos bancários. Para eles, informatização identifica-se com trabalho mais intenso e rotinizado (banal), acréscimo das horas trabalhadas e, conseqüentemente, um atendimento menos “personalizado” e “eficiente”. Isto sem falar na principal conseqüência da informatização bancária, o desemprego setorial: todos têm ao menos um conhecido demitido depois de 1990. A modernização tecnológica dos Bancos tem promovido não apenas um clima de insatisfação, mas também um clima de enorme tensão frente à instabilidade do emprego. Por tudo isso, clientes e funcionários parecem ressentir de uma mesma maneira — negativamente — a aplicação da microeletrônica nos serviços bancários. Para que serve, então, a informatização bancária? Se clientes e funcionários estão insatisfeitos, por que as administrações insistem tanto numa modernização, crescente e irreversível, como fator de satisfação e qualidade?

A explicação deste aparente paradoxo é muito simples. Tanto no Banco do Brasil quanto no Bradesco, os rumos da informatização estão determinados pelas necessidades dos titulares das grandes contas: empresários e rentistas. São estes médios e grandes empresários que — em troca de alguns favores da administração dos Bancos — determinam onde seus empregados receberão seus salários. E frente ao crescente desemprego regional, os assalariados sequer pensam em discutir pormenores deste gênero (filas, mal-atendimento etc.) com seus empregadores.

Estes empresários, por sua vez, não enfrentam filas. Para eles existe o atendimento personalizado. Eles dirigem-se diretamente para as mesas dos “gerentes de clientes” (agora sabemos que “cliente” significa aqui apenas um *tipo* de cliente). Por outro lado, ir ou não ir ao Banco passa a ser uma opção para este cliente

especial (alguns gerentes a eles se referem como “clientes vips”). O Banco do Brasil, por exemplo, coloca à sua *exclusiva* disposição um “soft” (programa de computador) que permite o movimento de suas contas pelos microcomputadores de suas empresas ou residências. Como simples correntistas, por várias vezes perguntamos aos gerentes do BB sobre a existência deste “soft”. A resposta mais freqüente foi: “não sabemos do que se trata”. Numa determinada ocasião, após a resposta de sempre, mostramos o “soft” (conseguido de um empresário-amigo). “Como ele foi conseguido”?, perguntaram todos. Após nossa resposta, nos foi dito que só as grandes contas podiam utilizá-lo. E a razão para esta restrição, disseram, é a insuficiência do sistema. Em outras palavras, eles não podem difundir o seu uso em razão das dimensões do projeto de informatização posto em prática.

A partir deste momento verificamos, na prática, a enorme distância entre o discurso e a realidade da informatização. Esta não se efetua para permitir um trabalho mais criativo e gratificante por parte dos funcionários. Da mesma forma, não se pretende que ela propicie a agilização dos serviços bancários *em geral* (mas apenas de alguns). O real objetivo (não confessado) é uma crescente segmentação da clientela: de um lado ficam aqueles que não podem escolher onde colocar suas economias; de outro, aqueles que determinam onde estas “economias” (salários) serão depositadas.

Esta segmentação, tudo indica, é uma tendência que tende a se aprofundar. Principalmente porque os empresários encontram-se ainda insatisfeitos com a atenção que lhes é dada. Segundo uma pesquisa efetuada em 1993 pelo consultor de empresas José Orlando Portugal Danti, diretor de marketing do Banco Chase Manhattan de 1987 a 1990, os empresários se queixam muito da ausência de *seus* gerentes. “Estes gerentes”, dizem os empresários pesquisados, “quando acionados, não se encontram em seus postos”. Ainda segundo J. Danti, “inconformados, alguns empresários chegam a sugerir que estes gerentes possam ser localizados via telefonia celular ou mesmo via um prosaico ‘bip’.” Enfim, conclui Danti, “aí fica uma mensagem aos grandes Bancos — bem equipados com tecnologia e recursos humanos: que considerem uma

segmentação no atendimento da pessoa jurídica, de modo que possam atender às necessidades do pequeno e médio empresário". (Danti, Folha de São Paulo de 07/02/1994)²⁷.

Este apelo de Danti parece ter sido escutado pela alta administração do Bradesco. Esta propõe que "os Diretores possam tratar, em particular, com seus clientes". Além de sua matriz na Cidade de Deus, as agências também "estão ganhando espaços novos, com salas onde os clientes podem tratar de seus negócios de forma personalizada". Nesta mesma direção apontam as declarações de Edson Borges, Vice-Presidente Executivo do Bradesco: "O Banco vem investindo firme na autonomia dos Gerentes. Eles têm ao alcance das mãos, a depender da Agência, uma alçada de até US\$ 100 mil". (Arquivos Eletrônicos do Bradesco, agosto de 1995). Seus gerentes, logo, devem estar disponíveis — como reivindica nosso consultor — para um atendimento "vip" às grandes contas.

Além destas conclusões provisórias, esta *elitização da clientela* bancária também nos fornece um importante retrato de dinâmicas mais complexas da modernidade subdesenvolvida brasileira. Entendemos ver nesta *elitização* uma das facetas da continuada decadência econômica das "classes médias", assim como uma das mais claras manifestações da crescente concentração de rendas. Se nas décadas de 1960-1970 (milagre econômico) os Bancos se esforçavam na captação dos rendimentos salariais da então florescente classe média urbana, hoje, com o empobrecimento desta, a lucratividade financeira depende, fundamentalmente, das grandes contas de pessoas físicas e dos depósitos institucionais (governo) e jurídicos (empresas).

O Just-in-time e a Gestão 'Japonesa' dos Bancos

O Que é o Just-in-time

Todos os setores da economia brasileira discutem hoje a

²⁷ Foram consideradas como pequenas empresas aquelas cujo faturamento vai de 1 a 20 milhões de dólares. Já o "status" de média empresa foi atribuído àquelas que faturam de 20 a 75 milhões de dólares anuais.

conveniência de se adotar, ou não, o *just-in-time* (JT): produzir exatamente o que é necessário e em tempo hábil. Por este método, a produção apenas se realiza quando estimulada pela demanda. Os estoques de mercadoria e força de trabalho são minimizados, devendo ambos estar preparados para satisfazer novas ou inesperadas necessidades. Esta forma de "management", inspirada no funcionamento dos supermercados americanos, foi copiada, aperfeiçoada e implantada pelos japoneses, em meados dos anos 1950, nas empresas Toyota. Em inícios dos anos 70, em pleno auge do milagre japonês, administradores de empresas e acadêmicos interessados na experiência japonesa tentaram encontrar uma explicação para seu sucesso. No centro das explicações oferecidas aparecia, com destaque, o *just-in-time*. Daquela época em diante, os métodos japoneses de gestão — sempre com destaque para o JT — nunca mais deixaram de atizar a curiosidade de pesquisadores, empreendedores e consultores de empresa.

Como técnica produtiva, o JT é normalmente contraposto ao fordismo. Se Ford e seus seguidores preconizam as grandes escalas de produção como forma de aumento da produtividade, Ohno (criador da versão japonesa do JT) e seus seguidores argumentam exatamente no sentido inverso. Eles insistem que aumentos de produtividade devem ser obtidos através da produção, em pequenos lotes, de produtos diferentes. Na realidade, porém, os 2 métodos não são excludentes por esta razão. E isto, porque um conjunto de pequenos lotes de produtos distintos pode muito bem ser considerado como uma grande produção. Em suma, o método de Ohno não exclui as economias de escala. O que o distinguiria fundamentalmente do fordismo é a importância que ele atribui aos recursos humanos. Para que o JT dê certo, dizem os analistas, são imprescindíveis o envolvimento e a colaboração dos trabalhadores. É necessário implicá-los no que fazem. Faze-los compreender que o produto final é obra sua, realização de suas aptidões, exercício de suas individualidades e resultado de suas qualificações. Caso esta fase de "envolvimento" tenha sucesso, os objetivos finais do JT estariam assegurados. Entende-se que sendo dado o "aliciamento" do trabalhador, as etapas intermediárias de implantação do JT estariam pré-determinadas por uma dinâmica irre-

sistível. O raciocínio é o seguinte: na medida em que o produto final passa a ser entendido como reflexo da competência e da qualificação de quem o elabora, o resultado da produção “fala aos brios do produtor”, passando a lhe interessar de muito perto. Qualidade e produtividade deixam, assim, de ser apenas palavras de ordem das gerências e da administração superior. Os trabalhadores a elas aderem, pois delas depende a avaliação (e auto-avaliação) que se faz de suas qualificações, destreza, criatividade, capacidade de empreendimento, iniciativa etc.

Neste sentido, o *just-in-time* não deixa de possuir um determinante psicológico. Ou seja: além de técnica produtiva, ele é, fundamentalmente, técnica de convencimento. O trabalhador deve estar convencido que a cultura da empresa, que o interesse empresarial, coincide com seus valores, ambições e desejos. Mas uma tal coincidência ideológica só se transformará em efetivo engajamento caso os trabalhadores possam participar ativamente das diversas instâncias decisórias das empresas. Afinal, as idéias de responsabilidade e de participação são indissociáveis: “se não decido, se não escolho,... Não participo. Se não participo, não sou responsável!” Mas como incentivar esta participação, indispensável ao engajamento dos trabalhadores num projeto comum. Como cooptá-los para uma profícua “parceria” entre capital e trabalho? Dentre os métodos “japoneses” mais difundidos encontra-se a formação de grupos (“ilhas”) de trabalho, estudo, reflexão e sugestão (círculos de qualidade, por exemplo)²⁸. Novamente por oposição ao taylorismo/fordismo, a concepção do *just-in-time* afirma a superioridade das “ilhas” de produção sobre as linhas de montagem fordistas. Estas “ilhas” são formadas por pequenos grupos de trabalhadores que realizam uma etapa produtiva completa (o produto final sendo o resultado da “navegação” dos produtos intermediários entre as diversas ilhas). Porém, a realização de uma etapa produtiva integral por um pequeno número de trabalhadores implica,

²⁸ Preocupamo-nos aqui apenas com os aspectos subjetivos do JT. Para maiores esclarecimentos, consultar o estimulante artigo de John Humphrey, “L’Adaptation du ‘Modèle Japonais’ au Brésil”, in Hirata, H. S. (coord.). *Autour do ‘Modèle’ Japonais*. Paris, L’Harmattan, 1992. Ou ainda: Malaguti, M. L. “A Ideologia do Modelo Japonês de Gestão”, in *Ensaio FEE*, nº 2, V. 16, outubro de 1995.

é claro, numa menor divisão do trabalho (anti-taylorismo) e num sentido de equipe mais aguçado (anti-individualismo). Para substituir as linhas de montagem, estes pequenos grupos de trabalhadores (5-10 pessoas) devem concentrar aptidões antes dispersas ao longo dos intermináveis postos de trabalho das montadoras fordistas (dezenas de pessoas): o trabalhador polivalente ou multifuncional é, pois, uma exigência do JT.

Neste sentido, o aprendizado torna-se um dos momentos-chave da gestão de empresas japonesa: cursos de atualização e de especialização são lecionados continuamente. Ali os trabalhadores são estimulados a aprender o exercício de novas atividades, descobrir outras facetas do trabalho e adquirir uma visão mais global do funcionamento empresarial. Além disso, a participação nestes cursos socializa, integra e adapta. Os membros dos grupos de trabalho aproximam-se, conhecem-se pelo primeiro nome, enfim; tornam-se mais do que simples colegas de trabalho. Com isso, estimula-se a preocupação de cada um com o desempenho do todo. Logo, cada trabalhador sente-se responsável pelos resultados alcançados pelo seu grupo. É quase desnecessário acrescentar que a polivalência obtida (resultado "objetivo") e a responsabilidade gerada (resultado "subjetivo") são momentos que criam a *possibilidade*, objetiva e subjetiva, de aceitação pelo trabalhador da chamada "cultura empresarial".

Mas as administrações não se contentam com simples *possibilidades*. Os trabalhadores devem estar implicados, *de fato*, no sucesso do projeto empresarial. Para tanto são criados concursos e gincanas de sugestões. Aqueles que apresentarem as melhores sugestões sobre aprimoramento da qualidade dos produtos oferecidos, ou sobre métodos que permitam o crescimento da produtividade, são premiados. Deste momento em diante é comum observar-se a formação "espontânea" de grupos de estudos e de sugestões conhecidos como TQC ("Total Quality Control"): os valores das empresas e os dos trabalhadores enfim identificam-se. Em resumo: a introjeção²⁹ da "cultura empresarial" passa da mera pos-

²⁹ Segundo o dicionário Aurélio, introjeção é um "mecanismo psicológico pelo qual um indivíduo, inconscientemente, incorpora e passa a considerar como seus objetos características

sibilidade à realidade efetiva.

Da Especialização à Polivalência (Des)Qualificante?

Vimos acima que uma das condições para a implantação do JT é a concentração funcional ou de tarefas. O JT pressupõe, pois, uma redução do número de trabalhadores pelos quais anteriormente se distribuía uma dada multiplicidade de atividades: o trabalho polivalente é aqui uma exigência.

Independentemente da direção bancária conhecer, ou não, a origem geográfica dos métodos de gestão de recursos humanos adotados, observamos que as preocupações com cursos de aperfeiçoamento e com a diversificação das atividades são uma constante nos Bancos pesquisados.

Tanto no Banco do Brasil quanto no Bradesco, a polivalência é concebida em oposição a uma especialização restrita, a uma concentração do trabalho em uma ou poucas tarefas. Neste contexto, ser polivalente implica numa multi-especialização. Logo, entre o trabalhador especializado e o polivalente existiria apenas uma diferença quantitativa: o primeiro é especializado em *uma* e o segundo em *muitas* atividades. Na realidade, nossos entrevistados não fazem distinção entre “especialização” ou “concentração” de atividades. Para eles, a idéia de especialização é horizontal, numérica e linear. E não pode, por isso, ser confundida com a noção de *qualificação*, claramente qualitativa e multidimensional. Logo, a polivalência nos Bancos parece não apresentar vinculações explícitas com a qualificação do trabalho.

Esta conclusão, no entanto, nos pareceu um pouco apressada. Por isso, resolvemos reformular algumas perguntas. Nosso intuito era fazer aflorar, mais facilmente, a idéia de qualificação. Queríamos que nas próprias perguntas a idéia de qualificação já estivesse sugerida. Ou seja, tentamos *estimular* e *induzir* nossos informantes a relacionar polivalência com aquisição de qualificação.

No entanto, questões como: ser *especializado* implica na ca-

pacidade de executar, apropriada e adequadamente, *uma* tarefa? Ser *polivalente* significa poder executar, conveniente e apropriadamente, *múltiplas* tarefas?, foram sempre respondidas afirmativamente. Em nenhum momento os termos “apropriada” ou “conveniente” pareceu sugerir uma discussão sobre o conteúdo das tarefas realizadas. Até meados dos anos 80, diziam, “nós éramos ou Caixas, ou digitadores ou gerentes. Nós trabalhávamos na compensação ou no atendimento ao público. Hoje não. Um dia somos Caixas, noutro somos assessores de investimentos, e assim por diante”.

Continuávamos insatisfeitos. Não podíamos crer que não houvesse nenhuma relação entre multi-especialização e qualificação. Afinal, os “mestres” japoneses escreveram verdadeiros tratados de administração de empresas ressaltando que 1) o trabalhador polivalente é necessariamente mais *qualificado* que o especializado, que 2) a polivalência permite um *conhecimento* mais amplo das várias etapas do funcionamento empresarial; ou ainda que 3) a polivalência implica num *exercício mais enriquecedor das diversas aptidões* do trabalhador³⁰.

Acreditamos, então, mais uma vez, que as respostas “paradoxais” que recebíamos deveriam ser atribuídas a uma elaboração imprópria das questões. Imaginamos, pois, que estaria havendo uma incompreensão recíproca em relação ao sentido de dois conceitos chaves: “adequação” e “propriedade”. Qual a explicação para esta falta de comunicação? Nossos entrevistados estariam habituados — sujeitos que estão a constantes Cursos de Aperfeiçoamento — a uma utilização funcionalista e utilitarista dos conceitos? Neste caso, o que seria “adequado” ou “próprio” é o que lhes permitiria executar com eficiência as tarefas que lhes são confiadas. Isto sendo verdade, uma discussão sobre o conteúdo do trabalho dificilmente poderia ser estimulada.

Sejamos mais claros. Não negamos que a qualificação para o exercício de uma função só possa ser aferida pela maior ou menor

³⁰ Consulte-se, por exemplo, Monden, Y. *Toyota Production System*. Atlanta, Institut of Industrial Engineering and Management Press, 1983.

eficiência do seu exercício. Mas se para um exercício *igualmente eficiente* de uma *mesma* função são requeridos *menos* conhecimentos, habilidades ou destrezas, isto constitui, salvo melhor juízo, uma desqualificação da força de trabalho. Logo, é a *dinâmica do conhecimento ou do conteúdo cognitivo do trabalho* que estrutura nossa concepção sobre os processos de qualificação ou desqualificação do trabalho³¹.

A Qualificação do Trabalho

Visando fazermo-nos entender, pensamos em “descontrair” nossos entrevistados levando-os para “fora” das paredes dos Bancos. O problema da qualificação do bancário foi abordado, então, através de questões sobre a história profissional dos informantes. Começamos perguntando o que os levou a ser bancários e, em seguida, discutimos os pré-requisitos formais da carreira. Tentamos também estabelecer uma comparação entre as exigências de suas atividades presentes com as do início de suas carreiras. Somente após estabelecida a existência de um processo de qualificação, ou de desqualificação, é que a questão da polivalência foi introduzida.

No que diz respeito à admissão nos Bancos, o concurso foi a única via apontada. Este procedimento parece ser generalizado. Mas o concurso, no entanto, não parece ser uma condição suficiente para a contratação: “sem a ajuda dos amigos eu não teria entrado”, disseram os entrevistados. Explorando um pouco as implicações do “pistolão”, pudemos concluir que o concurso nada mais é do que uma etapa para a *regularização* da admissão dos apadrinhados: “de nada adiantaria eu ter me saído bem no concurso. Aqui só entra quem tem amigos... Como em todo lugar”! Sendo esta prática de conhecimento público, não insistimos mais nesta questão. No entanto, restava saber se o pistolão tem o mesmo peso, tanto para aqueles que se saem mal nas provas, quanto para os que vencem esta etapa. Em outras palavras, queríamos saber se o apadrinhamento poderia, em última instância, dispensar a prestação de provas de admissão. Nossa preocupação provocou al-

³¹ Negamo-nos a partilhar das concepções que vêm nas exigências, por exemplo, de maior responsabilidade, uma expressão de qualificação da mão de obra. (consultar apêndice).

gumas hesitações, um certo mal-estar. Mas dois tipos de respostas preponderaram: "Claro! Basta depois ajeitar lá por dentro. Depois que você entrou, tudo fica mais fácil. As coisas se arranjam". Outra resposta muito freqüente foi: "Não. Você tem que fazer o concurso. Teu nome tem que aparecer na lista. Agora... Tua classificação é outra coisa. Se eles quiserem, você entra de qualquer jeito".

Estas afirmações nos permitiram concluir que o concurso nada mais é que uma formalidade. É isto, tanto ao nível da regularização funcional do futuro bancário, quanto no da sua *habilitação* propriamente dita. Embora boa parte dos postos oferecidos exija o segundo grau completo, aprendemos que *o trabalho dos bancário pode ser exercido por quem sabe apenas ler e escrever, e conhece as quatro operações*: "Olhe, você tem que se apresentar bem e saber agradar o cliente. Entende? O cliente tem que se sentir em casa... Que você se preocupa com ele". A preocupação com o "trato" e a displicência em relação aos serviços oferecidos nos pareceu excessiva. A não ser, que o "trato", o "bem-estar", a boa impressão e a gentileza representassem, efetivamente, uma parcela substancial do "conteúdo" das atividades bancárias. Uma pergunta se impôs: no fundo, então, o trabalho de bancário é o de fazer relações públicas? "É isso mesmo. Todos os Bancos oferecem a mesma coisa, o cliente só fica com a gente se ele for bem tratado". Mas, insistimos: o trabalho de "Caixa", por exemplo, exige que se saiba usar computador... Não é? Frente a esta pergunta os dirigentes sindicais chamaram atenção para o fato de que o uso bancário dos computadores resumia-se "a saber digitar alguns códigos". E a maior parte acrescentava: "Trabalhar com computador nos Bancos é mais fácil do que escrever a máquina". Os Caixas, por sua vez, enfatizaram a rotinização das tarefas: "Antes, nossa responsabilidade era bem maior. Agora, o cliente passa o cartão e digita seu código. Se a máquina diz que está tudo certo, nós entregamos o dinheiro. Nossa preocupação, agora, é só com as assinaturas. É preciso ter bom olho [para evitar falsificações]". A banalização das tarefas é até mesmo assumida por Dorival Antônio Bianchi, Vice-Presidente Executivo da Área Administrativa e de Informática do Bradesco: "Essa foi a grande mudança de todos esses

anos. O Bradesco instantâneo virou um negócio popular. O cidadão comum se sente importante quando *aperta um botão* [o grifo é nosso] e faz uma transação. O povo aprende muito rápido". (Arquivo Eletrônico do Bradesco, agosto de 1995). Independentemente da lapidar positividade do preconceito implícito na frase "o povo aprende muito rápido", sabemos que isto *não pode* ser verdade, posto que o Brasil é um país onde os iletrados representam em torno de 60% da população de 15 anos ou mais³². Por outro lado, não restam dúvidas que o trabalho com computadores pouco mais é do que "um apertar de botões".

Os gerentes, no entanto, não são tão incisivos: "O que importa é que o cliente esteja satisfeito. Ele agora não precisa enfrentar filas para sacar dinheiro ou fazer transferências. O Banco que não estiver informatizado vai perder a concorrência para os outros"! Ora, se sindicalistas e funcionários subestimavam o que de específico havia em seu trabalho, os gerentes, por sua vez, desviavam-se das perguntas sobre a qualificação do mesmo. Dissertam sobre o caráter inelutável da informatização e da reorganização do trabalho. Chamam atenção, constantemente, para o papel da "modernização", da "globalização" e da necessidade de se adaptar para sobreviver. Por esta razão fomos obrigados a recorrer, novamente, ao expediente da história profissional. Procuramos fazê-los falar um pouco das dificuldades do início de carreira, e das exigências daquele período. Tentávamos com isso confrontar seu "status" atual com o desfrutado no início de carreira. Reproduzi-

³² Segundo dados do Censo Demográfico de 1991 (IBGE), aproximadamente 20% da população com 15 anos ou mais é analfabeta. Se a estes somarmos os "semi-analfabetos", os de "alfabetização rudimentar" e os com "alfabetização básica", o iletrismo atinge 37,6%. Todos estes têm, no máximo, as 4 primeiras séries do 1º grau completas. Caso incluamos os "alfabetizados funcionais" na categoria de iletrados, encontramos um percentual superior aos 55% da população brasileira com mais de 15 anos. Devemos lembrar, porém, que os números do Censo dependem da confirmação dos entrevistados: devem declarar se sabem ou não ler. Este "simples" aspecto metodológico da pesquisa censitária deixa entrever que a categoria dos analfabetos deve estar significativamente subestimada.

Já no Estado onde efetuamos nossa pesquisa, o percentual de analfabetos (segundo a mesma fonte) sobe de 20% para 41,7% da população com mais de 15 anos. Não seria demais supor, então, que mantendo os percentuais *nacionais* para as outras categorias, encontremos na Paraíba uma taxa de iletrismo (claramente subestimada) de 78,2%!

mos abaixo uma entrevista “típica”.

P: Você sempre quis ser bancário?

R: “Naquele tempo (anos 70) ter um filho bancário (se fosse do BB melhor ainda) era a ambição de toda família”.

P: Era muito difícil conseguir um lugar?

R: Os concursos eram disputados e só passava quem soubesse”.

P: Que tipo de conhecimento era exigido?

R: Eu não me lembro bem, mas até contabilidade a gente tinha que saber. Claro, dependia da função que você quisesse.

P: E hoje? Ainda se exige conhecimentos de contabilidade?

R: Acho que sim.

P: Como gerente, você utiliza seus conhecimentos de contabilidade?

R: Utilizo sim. De vez em quando um companheiro me pergunta alguma coisa e eu tenho que responder.

P: Mas você faz a contabilidade da agência?

R: Não. Nós temos programas de computador que fazem tudo isso melhor que a gente.

Segundo esta típica interpretação “gerencial” do papel da inovação tecnológica, o computador não desqualifica o bancário. Ela “simplesmente” torna a qualificação *supérflua*... Ingenuamente, eles parecem acreditar que o fato dos concursos continuarem a exigir conhecimentos de contabilidade mostra a validade de sua qualificação: suas aptidões continuam as mesmas, pouco importando se são usadas ou não! O computador faz melhor e mais rápido do que eles, transformando suas noções de contabilidade em conhecimento *inútil*³³.

³³ Na realidade, não estamos tratando aqui das formas de *percepção* da reorganização dos Bancos pelos próprios bancários: nosso intuito não é o de realizar uma análise de discurso. Queremos, aqui, discernir como estas transformações afetam suas condições de trabalho. Ou seja, neste momento é de pouco interesse como eles percebem o que lhes acontece. Embora, é bom que se diga, a forma de se *perceber* possa influenciar, substancialmente, o desempenho objetivo do trabalho (os especialistas em “produtividade e qualidade” conhecem bem o poder

Parece-nos dificilmente contestável que as qualificações profissionais dos bancários resumem-se, mais e mais, a “saber atender”. Se na década de 70 suas aptidões contabilísticas os qualificavam, hoje elas edificam apenas uma qualificação ideal, através da auto-imagem que constróem. Se são contadores, ou não, isto é irrelevante para a discussão da qualificação do seu trabalho — mesmo que seja relevante para uma qualificação abstrata de sua *pessoa*. E mesmo neste segundo sentido, sua relevância pode ser questionada: até que ponto uma qualificação abstrata não-exercida resiste às mudanças de condição de seu exercício? Até que ponto a desaprendizagem e a desqualificação não se seguem à inércia? *Em suma, a qualificação de uma tarefa é determinada pelos conhecimentos, habilidades e destrezas que ela supõe.*

A qualificação do trabalhador não é, assim, independente de sua função. Se esta lhe exige cada vez menos, sua qualificação como trabalhador tende a ser inibida e, posteriormente, a desaparecer: deixando, pois, de ser qualificação. São as exigências da tarefa que, num primeiro momento, distinguem entre a qualificação do *trabalhador* e a qualificação da *pessoa trabalhadora*. E, logo a seguir, tendem a subordinar a segunda à primeira, reduzindo a qualificação da pessoa trabalhadora ao nível da qualificação do trabalhador³⁴.

O Trabalho Polivalente

Frente à desqualificação generalizada, a polivalência aparece como uma possibilidade de reversão de tendência ou de requalificação dos bancários.

Vimos mais acima que a atuação em diversas frentes, o trabalho diversificado, constitui a forma atual de exercício da força

da persuasão). Por outro lado, temos que reconhecer que a auto-estima é, ela própria, condição *objetiva* de trabalho.

³⁴ O que não impede que a pessoa (irmão, marido, pai, amigo etc.) continue a ser instruída, culta e educada. No entanto, pouca ou nenhuma relação existe entre esta cultura e a sua qualificação como trabalhador. Pouca ou nenhuma relação existe entre seus conhecimentos (como pessoa) e aqueles que supõem suas tarefas como trabalhador. E são estes últimos que determinam tanto a qualificação da tarefa, quanto a sua como trabalhador.

de trabalho nos Bancos de Campina Grande. Nossa pergunta, então, é: de que forma esta multi-atividade poderia constituir um processo de qualificação? Para que haja "re-qualificação", o conteúdo das mesmas tarefas deve, agora, com o trabalho polivalente, exigir maiores conhecimento, habilidade ou destreza para sua realização.

No entanto, como conceber que a simples centralização das tarefas possa enriquecer o conteúdo de uma ou várias delas? De que forma a execução de atividades variadas por um mesmo indivíduo pode "fecundar" o seu conhecimento de cada uma delas. Para ser qualificadora, a polivalência deve poder fornecer uma série de subsídios informacionais, suplementos de destreza ou acréscimos de habilidade para o melhor exercício das tarefas isoladamente consideradas. E mais. O enriquecimento da força de trabalho só passa a encarnar qualificação superior quando efetivamente aplicado no desenvolvimento das funções produtivas: não basta um trabalhador aperfeiçoado, também são necessárias tarefas mais complexas³⁵. Neste sentido, nossa pesquisa dirigiu-se do "todo para a parte", observando a incidência da polivalência (todo) no exercício da monovalência (parte).

Na palavra dos gerentes, as novas orientações dos departamentos de recursos humanos têm demandado um esforço de aprendizagem redobrado por parte dos funcionários: "hoje temos que entender de tudo. Você viu, agora mesmo eu estava no Caixa. Agora estou aqui. A quantidade de coisas novas que temos que aprender é impressionante"! Os funcionários, por sua vez, também

³⁵ Excluímos de nossa definição de "qualificação do trabalho" toda e qualquer consideração adaptativa ou institucional. Em outras palavras: não consideramos mais qualificado aquele indivíduo que, por seus conhecimentos, habilidades ou destrezas adapta-se mais facilmente às *tendências provisórias* do mercado. Não existe, *necessariamente*, coincidência entre os "julgamentos" do mercado e a qualidade do produto (no caso, a força de trabalho). O mercado editorial brasileiro é aqui um claro exemplo de desconexão entre "mercado" e "qualidade" (consulte-se a lista dos Best-sellers). Neste mesmo sentido, o hit-parade musical brasileiro (as músicas mais executadas) também poderia ilustrar nossa posição sobre este assunto: quando menos elaboradas, quanto mais repetitivos os acordes, quanto menos variações houver, mais agrada e mais vende. Ou seja, quanto menores forem os conhecimentos, habilidades ou destrezas musicais empregados, maiores são as chances de uma boa colocação nas paradas de sucesso (no mercado).

admitem que “todo dia nós fazemos uma coisa diferente: aprendemos muito”. Aparentemente, pois, a experiência da polivalência estaria sendo rica. Estaria havendo um crescimento dos conhecimentos de cada funcionário sobre o funcionamento geral das atividades bancárias³⁶.

No entanto, nosso interesse era saber se eles dispunham de uma melhor compreensão das diversas tarefas individuais. Se teria havido, ou não, um aumento no conteúdo cognitivo implícito na execução de cada uma das atividades particulares. Em outras palavras: se o exercício de suas aptidões, aplicado agora em diversas etapas da produção bancária, lhes havia permitido, ou não, uma melhor compreensão do trabalho particular que antes lhes ocupava integralmente³⁷.

Foi através das entrevistas efetuadas no Sindicato dos Bancários que começamos a forjar uma concepção mais precisa do contínuo (embora discutível) processo de aperfeiçoamento por que passam os bancários. Segundo um dirigente, “o que acontece não é que cada funcionário se torna polivalente, mas sim que ele executa várias atividades ao mesmo tempo”. Pela primeira, esta distinção conceitual era feita. Finalmente, pensamos, a discussão da qualificação vai aflorar. Precisávamos, no entanto, incentivar maiores precisões: “mas qual a diferença entre polivalência e diversificação de atividades?”, perguntamos. Ora, “o funcionário passa de uma atividade à outra sem tempo de conhecer o que está fazendo. Se ele pudesse permanecer um mês, por exemplo, vendendo seguro, outro mês no Caixa, bom, aí sim talvez ele aprendesse alguma coisa. Mas fazer tudo ao mesmo tempo. Ele sequer tem tempo para pensar “! Ele não aprende, é isso? Ele faz, mas não sabe?, perguntamos. De qualquer maneira, continuamos, você

³⁶ “No campo do treinamento do pessoal um dado é ilustrativo: em apenas dois anos [1993-1995] as verbas anuais dessa rubrica saltaram no orçamento de US\$ 1 milhão para US\$ 12 milhões. E a tendência é continuar a crescer”. (Arquivo Eletrônico do Bradesco, agosto de 1995).

³⁷ Supõe-se aqui que as tarefas individuais continuam a possuir o mesmo grau de complexidade. Caso contrário, cada uma delas poderia ser melhor compreendida e, ao mesmo tempo, implicar numa aplicação menor de conhecimento, destreza ou habilidade.

não acha que apreendendo outras coisas ele vai poder executar melhor cada uma das tarefas? “Não vai não”, foi a resposta rápida e seca. “Hoje em dia [diz o dirigente], o trabalho do bancário é muito simples. Os cursos que nós temos apenas nos ensinam a vender os produtos do Banco: o Banco tem determinadas metas que precisam ser alcançadas e nós devemos colaborar para isso. Como? Devemos ser simpáticos com os clientes, mostrar as vantagens de se ter um Seguro e convencê-los a aplicar seu dinheiro nos papéis que são mais convenientes para o Banco. Estas orientações nos chegam assim: os clientes estão aplicando muito em papéis de curto prazo, temos que mostrar que o dinheiro precisa ficar mais tempo retido para render mais. O Banco considera que as aplicações em cadernetas de poupança, por exemplo, devem aumentar. É claro que nada disso é dito tão claramente. Na realidade, continua, nos cursos eles só falam de identidade de objetivos, de empenho, de dedicação, de parceria etc. Da necessidade de aumento de produtividade, de aperfeiçoamento contínuo, de satisfação e de enriquecimento do funcionário. Já sobre diminuição de custos, demissões... Disso só escutamos falar fora dos cursos, nos corredores. E sempre sob a forma de ameaça. Se as coisas continuam assim, não sei não (dizem os instrutores), tô achando que vai haver mais demissão”!

Sentia-se no ar uma vontade de não mais falar no assunto. Por um lado, parecia ser agradável poder “falar mal” do patrão, discutir as orientações das chefias etc. Por outro lado, “mexíamos com seus brios profissionais”. Afinal, eles estavam ali declarando a banalidade crescente de suas funções, a superficialidade de seus quotidianos profissionais. Por esta razão, muito nos custou colocar uma última questão temática. Aproveitando que várias lideranças encontravam-se presentes, perguntamos: vocês acham que um garoto inteligente e com o secundário incompleto poderia substituí-los como bancários? Depois de se entreolharem, responderam: “sim”. E se calaram. Do outro lado da mesa, porém, alguém ainda se manifestou. Era um senhor com aproximadamente 70 anos, ex-bancário e atual conselheiro (informal) sindical. Ele nos perguntou: “você conhece a última”. Não, respondemos. “Os bancário estão pensando em pedir proteção ao *Greenpeace*, como espécie em

extinção"! Correu um riso nervoso pela sala, nos despedimos e fomos embora.

O Processo de Terceirização

A terceirização tem sido apresentada como uma forma de externalizar atividades-meios, visando concentrar as atividades-fins no interior de empresas-mãe. Com isso pretende-se melhorar a qualidade dos produtos finais via contratação de empresas especializadas nas diversas etapas-meios de sua elaboração — um objetivo que pode parecer contraditório, haja vista a conclusão a que chegamos sobre a qualificação dos bancários.

Não seria uma espécie de contra-senso procurar atingir metas de "qualidade" com a ajuda de terceiras empresas quando, internamente, o quadro de desqualificação da força de trabalho é dos mais preocupantes? Talvez não. Isto não constituiria um problema maior, por exemplo, caso a terceirização se propusesse a "exportar" suas tarefas maiores, estratégicas, para as terceiras empresas. Seria nelas, então, que impor-se-ia a exigência de uma mão de obra qualificada. No entanto, este não é o caso. Como dissemos, tudo se passa às avessas: as atividades estratégicas (fim) são mantidas no interior da empresa-mãe, sendo as tarefas acessórias e coadjuvantes (meio), estas sim, transferidas para as empresas contratadas. Mas como levar a bom termo, então, as atividades estratégicas num contexto de desqualificação dos quadros? Estamos frente a um paradoxo? Não.

Devemos lembrar que, ao contrário da qualificação da força de trabalho, a qualidade dos *produtos* bancários tem se elevado: levando-se em consideração o que exige a clientela-alvo das políticas de racionalização (empresários e contas institucionais, como vimos acima), o resultado tem sido um serviço mais ágil e eficiente. Como podemos explicar, então, este aparente paradoxo? Seria a força de trabalho das terceiras empresas tão qualificada a ponto de *mais do que* compensar a baixa qualificação dos bancários? Veremos mais abaixo que não. Qual é, então, a explicação? Na verdade, estas questões não têm uma explicação, simplesmente porque são *falsas questões*. De fato, não existe nenhuma relação, es-

tabelecida e necessária, entre uma crescente qualidade dos produtos e uma desqualificação progressiva da mão de obra que a elabora: com a introdução das tecnologias microeletrônicas, os trabalhos bancários simplificaram-se consideravelmente. Logo, passaram a exigir menores conhecimento, destreza e habilidade. Assim, a *maior qualidade* exigida pôde muito bem ser obtida com uma *menor qualificação* média do trabalho. Como se vê, desqualificação da força de trabalho e qualidade coabitam hoje, harmoniosamente, nas instituições bancárias.

Achamos que este esclarecimento se fazia necessário para melhor compreendermos a “piada” que corre pelos Bancos sobre a extinção da categoria. De fato, os bancários tendem a tornar-se muito mais uma categoria *jurídica* do que um coletivo *profissional*. Por definição, ser profissional é o resultado da superação do amadorismo³⁸. Uma profissão pressupõe, pois, uma carreira, uma trajetória de “baixo para cima”, um processo de aperfeiçoamento e de aprendizagem que transforme o *amador* em *profissional*. Ora, na medida em que, da noite para o dia, qualquer “garoto inteligente e com o secundário incompleto” pode se tornar bancário, temos certamente que forçar a definição para podermos representar esta categoria como um coletivo de profissionais. Como profissionais, tudo indica, eles são uma categoria tendencialmente em extinção.

E como categoria jurídica? Quais são as perspectivas dos bancários como categoria jurídica? Os indícios não são alvissareiros. Basta lembramos que os 200.000 empregos perdidos de 1989 a junho de 1994 representaram aproximadamente 30% do total da categoria. Neste mesmo sentido, os acontecimentos dos primeiros meses de 1995 só vieram reforçar esta tendência de “extinção”: o ano mal havia começado e 14 Bancos fechavam suas portas, enquanto perto de 12.000 funcionários do BB requeriam sua demissão “voluntária”. E mais. Segundo declarações de Paulo César Ximenes, Presidente do Banco do Brasil, além do fechamento de perto

³⁸ Em português, o dicionário Aurélio define *amador* “como aquele que entende superficialmente de alguma coisa”. Neste mesmo sentido, no verbete “profissional”, ele nos remete, como seu oposto, à “amador”. Em francês, o *professionnal* é definido como: “personne de métier (opposé à amateur)”. (Dictionnaire Le Petit Robert).

de 40 agências no exterior, existem no Brasil “255 agências que estão sendo indicadas para serem fechadas”. (Ximenes, Correio da Paraíba, 21/02/1995). O Banco Itaú, por sua vez, teve seus quadros reduzidos em 60% (dez/1988 a dez/1994). O Banco Nacional de 48%, (dez/86 a jun/95). O Bradesco de 47% (dez/1988 a dez/1994). E, enfim, numa quase exceção, o Bamerindus reduziu seus efetivos de “apenas” 16,4% no período que vai de dez/1991 a jun/1995. (Boletim da Coordenação executiva dos Bancários de 30/08/1995).

A terceirização não é estranha a estes números. Ao contrário, ela é responsável por parte substancial tanto das demissões, quanto da *eliminação* de vários postos de trabalho: se as demissões podem ser revertidas por uma conjuntura econômica mais favorável, a eliminação de postos é radical, dificilmente reversível. Neste sentido, a terceirização aparece como o processo de gestão empresarial mais penoso para os trabalhadores. *Ela não apenas os desemprega mas lhes usurpa sua identidade*. Hoje, por exemplo, são poucos os bancários que fazem trabalhos de digitação, compensação, desenvolvimento de sistemas, segurança, transporte etc. Estes postos não lhes são mais oferecidos: várias pequenas empresas (terceiras) especializaram-se nestas atividades.

Segundo Lázaro Brandão, Presidente do Bradesco, este processo deve continuar: “erá imperativo traçar uma linha com espaços bem demarcados, separando o Banco das operações *não-bancárias* [o grifo é nosso]”. Como este processo ainda não foi completado, continua, impõe-se “a saída de todo e qualquer produto não-bancário das prateleiras das Agências. O quadro é idêntico na terceirização, nos investimentos e na formação de pessoal”. (Arquivo Eletrônico do Bradesco, agosto de 1995). Como nunca se define quais são os “produtos não-bancários”, podemos razoavelmente supor que enquanto houver alguma atividade “não-estratégica” (?) sendo executada no interior dos Bancos, o processo de terceirização deve continuar.

E como reagem as organizações dos trabalhadores frente às perspectivas de continuidade deste processo de terceirização? É necessário ressaltar que ao serem contratadas empresas-terceiras para a execução de atividades de bancários, ocorre a diminuição

qualitativa e quantitativa dos quadros sindicais (diminuição da categoria jurídica). Da mesma forma, o fechamento de agência “expulsa” delegacias sindicais e representações dos trabalhadores de vários municípios brasileiros. Tudo isso implicando numa possibilidade cada vez menor de mobilização dos trabalhadores e, portanto, de questionamentos quanto aos rumos da racionalização bancária.

Os bancários em atividade vivem hoje num clima de terror e impotência. Segundo documento do Sindicato dos Bancários de Campina Grande, “o clima de terrorismo no *BB* já levou a pelo menos 10 suicídios de funcionários, gerando inclusive ação do Congresso Nacional através de sua Comissão dos Direitos Humanos”. (Boletim do SBCG, agosto de 1995).

Na realidade, esta onda de suicídios é um forte indício da fragilidade do movimento sindical: os sindicatos estão de mãos atadas. Dada a flexibilidade da legislação trabalhista brasileira, as demissões e o fechamento de postos de trabalho são, na prática, decisões unilaterais das administrações empresariais. Os sindicatos, no entanto, reconhecem que uma certa dose de “enxugamento de quadros” faz parte de uma modernização necessária. Os sindicatos também entendem que as relações internacionais mudaram, que o país se abriu à concorrência estrangeira e, por isso, precisa aperfeiçoar e agilizar seus serviços. Os sindicatos também têm consciência que várias instituições financeiras arcaicas (não-competitivas) precisaram ser fechadas, pois apenas sobreviviam dos lucros fáceis proporcionados pela inflação. Enfim, as análises sindicais são hoje ponderadas e lúcidas.

Mas é exatamente esta lucidez que provoca o sentimento de impotência de seus dirigentes e da categoria em geral. Eles não podem aceitar que o Banco do Brasil, por exemplo, demita 12 000 bancários e, ao mesmo tempo, contrate 30 000 “estagiários”. Eles não podem aceitar que sob a capa da modernização coexistam, simultaneamente, demissões e excesso de horas-extras: “não é verdade que o Banco do Brasil tenha excesso de pessoal. Prova disso são as inúmeras autuações, pelas delegacias regionais do trabalho, por prestação de horas-extras sem a devida remuneração, além da fraude na contratação de trabalhadores, ao empregar cerca de

30.000 'estagiários', que, na verdade, trabalham como qualquer bancário, sendo, no entanto, mão de obra barata e sem nenhum direito trabalhista". (SBCG, agosto de 1995).

Enfim, o movimento sindical reconhece as motivações dos banqueiros. Mas negam-se a observar "de braços cruzados" seus excessos. Embora não saibam ainda como agir, não podem aceitar uma extinção jurídica da categoria baseada na "ilegalidade e nos excessos de ganância". Não podem admitir que, precisando de mão de obra para serviços bancários, procurem outras categorias "ou até mesmo estudantes".

Todos os dias eles vêm surgir novas formas de substituição — desnecessária — do trabalho dos bancários: "empresas de franquia e até mesmo de intermediação de mão de obra ("estagiários") estão acabando com nossos empregos." Segundo declarações de dirigentes sindicais, existem "empresas de vigilância fazendo o trabalho de compensação bancária! A 'Rio-Forte', por exemplo, faz o serviço de microfilmagem da Caixa Econômica Federal. E o Unibanco tem sua compensação efetuada pelos vigilantes da 'Nordeste Valores'". Mas as prestadoras de serviço atuam também na reestruturação dos processos de informatização: "Na Caixa Econômica Federal, é a 'IT' que desenvolve programas e sistemas", afirmam. E com relação ao atendimento ao público e ao trabalho no Caixa?, perguntamos: "aquí a situação é parecida. Tanto a Caixa Econômica quanto o Bamerindus — o Banco do ministro! — têm "estagiários" no atendimento ao público e na compensação".

Os "estagiários" apareceram em todas as entrevistas. Foram apontados como os verdadeiros "vilões superexplorados" do processo de terceirização. Com base nestas considerações, resolvemos privilegiar esta forma "sutil" de terceirização como exemplo do processo de substituição da mão de obra bancária por força de trabalho "externa".

Com este objetivo, passamos vários dias conhecendo as instalações do Centro de Processamento de Serviços e Comunicação (CESEC) e as condições de trabalho e remuneração dos seus "estagiários". Na realidade, entrar no CESEC já foi em si uma aventura. Até aquele momento, saíamos e entrávamos dos Bancos

como todo e qualquer cliente: sem nenhuma vigilância extraordinária. Mas para “visitar” o CESEC tudo mudou. Tivemos que bater em portas blindadas com pequenas “explosivos”, apresentar documentos, sermos “checados” por detectores de metal”, colocarmos crachás... Enfim, entramos no CESEC.

O Centro de Processamento de Serviços e Comunicação - CESEC

Antes de tudo, o que é o CESEC? Os funcionários do Banco do Brasil que lá trabalham afirmam que é um departamento do Banco do Brasil. Os estatutos do CESEC, por outro lado, rezam que “O CESEC atuará *junto* ao Conglomerado Banco do Brasil na *prestação de serviços*, de acordo com diretrizes fixadas pelo Departamento de Administração da Produção - DEPAD, órgão ao qual está subordinado hierarquicamente”. (Estatutos - CESEC). Griffamos os termos “junto” e “prestação de serviços” porque entendemos que um Departamento não trabalha “junto” com sua empresa, pois ele é parte da empresa, ele a compõe. Da mesma forma, não seria correto designar como “prestação de serviços” o que uma empresa faz para ela mesma, o que um seu departamento lhe oferece. Não é concebível, pois, que o CESEC preste serviço junto ao Banco do Brasil e seja um de seus departamentos.

Tentamos conseguir esclarecimentos junto às gerências e aos funcionários das agências. Nada conseguimos de conclusivo. Os gerentes nada sabiam sobre uma possível terceirização. Os funcionários, por outro lado, não paravam de se “queixar” da qualidade dos serviços depois que o setor foi *terceirizado*. Ou seja, se para os gerentes de agência o CESEC era apenas mais um Departamento do BB, para os funcionários das agências este Centro era uma empresa independente, prestadora de serviços.

Enfim, esta é uma das incógnitas que até hoje envolvem tudo que se passa no interior do CESEC.

No CESEC são digitadas, organizadas e estudadas as informações advindas das agências. Ou seja, ele detém o controle informacional do Banco. Daí, talvez, todas as dificuldades para lá entrarmos. Relembrando um pouco da história do CESEC, nossos

informantes chamam atenção para uma outra época, para um tempo onde as greves começavam ali: “se uma agência parasse, o Banco podia realocar funcionários e dar um jeito. Mas quando o CESEC parava, bom, naquele caso não havia jeito. Era como se o coração não mais bombeasse o sangue. Parava tudo”.

Quase que por impulso, fizemos a seguinte questão:

P: E agora? Quando o CESEC pára o Banco continua funcionando?

R: Hoje não tem greve que faça parar o CESEC!

P: Por que?

R: Bom, eu não sei exatamente. Mas as coisas mudaram muito por aqui.

P: Mudaram, como?

R: Os funcionários foram quase todos remanejados. Alguns foram mesmo despedidos.

P: E agora?

R: Agora é tudo cara nova... E tem também os estagiários.

Com estes remanejamentos e demissões, o Banco do Brasil parece ter conseguido anular a influência do CESEC nos movimentos paredistas: hoje as greves não partem mais de lá. Afinal, a substituição de bancários por “estagiários” também é uma forma de retirar o sindicato do Centro.

Um outro funcionário, com “status” de chefia, nos disse que pouco menos da metade dos que ali estavam eram “estagiários”. Na realidade, eram estudantes de Economia e Administração da UFPB (Universidade Federal da Paraíba) e UEPB (Universidade Estadual da Paraíba) que, através de acordo com o CIEE (Centro Integrado Escola Empresa) vinham estagiar, aprender na prática e dar um sentido concreto aos seus estudos teóricos.

Mas qual é, especificamente, o serviço deles?, perguntamos. “Eles fazem de tudo”, ouvimos como resposta. Pouco a pouco, no decorrer da conversa, pudemos constatar que não havia discriminação de trabalho entre os estagiários e os funcionários: todos digitam e todos organizam informações. A organização das informa-

ções nada mais é do que a sua digitação em planilhas eletrônicas pré-formatadas e com cabeçalhos esclarecedores, tais como: caderneta de poupança, endereço residencial, endereço profissional etc.

Esta igualdade de ocupações, no entanto, nos incomodava. Qual seria o sentido de colocar “estagiários” para executar os mesmos trabalhos dos bancários? Por outro lado, como conciliar a igualdade dos trabalhos executados com a finalidade dos estágios (aperfeiçoamento em Economia e Administração)?

Começamos perguntando sobre o CIEE. Ninguém sabia nos informar. Um dos entrevistados chegou a dizer que o Centro já havia sido fechado, que não existia mais. Por outro lado, os dirigentes sindicais garantiam que ele continuava existindo, e de forma muito ativa. De posse destas informações contraditórias, precisávamos imperiosamente ter acesso ao Contrato de Trabalho destes estagiários. Porém, antes de solicitarmos um Contrato em branco, fizemos algumas questões sobre as condições de trabalho e a remuneração dos estágios. Aprendemos que os estagiários trabalham entre 6 e 8 horas diárias, recebem aproximadamente 50% do piso da categoria e tíquetes alimentação (Isto corresponde a aproximadamente $200 + 70 = 270$ reais).

Todas as informações que dispúnhamos nos davam conta que estágios não podem exceder 6 horas diárias. No entanto, no Banco do Brasil este teto não é respeitado, e sequer existe o pagamento de horas-extras. Havia, no entanto, uma possibilidade da legislação não estar sendo tão claramente desrespeitada. Esperávamos poder encontrar uma cláusula extraordinária nos contratos de trabalho. Enfim, o solicitamos. Ali, pensávamos, deve aparecer o endereço da CIEE (eventualmente sua razão social) e as condições de trabalho dos seus indicados. Isto feito, esperamos por 3 horas. Até que nos foi comunicado que deveríamos voltar outro dia: “a moça que trabalha com isso foi embora... E também o sistema está fora do ar”. Não só voltamos no dia seguinte, como também durante duas semanas: nos foi *impossível* conseguir uma cópia deste contrato.

No Sindicato dos Bancários, o relato desta experiência pro-

vocou risos: “se nós soubéssemos teríamos avisado (risos, risos)”. Por que?, perguntamos. A resposta veio rápida: “há mais de um ano tentamos obter uma cópia deste Contrato, ele não existe”!

Em resumo. Os estagiários eram ali colocados pela intermediação de um Centro que ninguém conhecia e em condições de trabalho aparentemente ilegais.

Mas as aparentes ilegalidades não se restringiam às condições de trabalho: o número de estagiários não pode, por lei, ultrapassar 46% das pessoas ocupadas. No entanto, não foi isso que observamos. À exceção das chefias e de algumas secretárias, todas as pessoas que encontramos trabalhando (durante várias semanas de visitas em dias diferentes) diziam-se estagiárias. Esta informação nos tendo sido confirmada pelo SBCG, compreendemos, mais uma vez, sua indignação frente ao número de demitidos pelo BB. *Para que demitir para em seguida contratar estagiários?* A única resposta que encontramos diz respeito aos custos direto e indireto desta mão de obra: *a redução de custos, via precarização das condições de trabalho, parece ser a única conclusão cabível.*

As condições de trabalho dos estagiários parece corroborar esta conclusão. Eles recebem 50% do piso salarial dos bancários, não têm férias remuneradas, não recebem 13º salário, não têm carteira de trabalho etc. Além do mais, constituem uma mão de obra resignada. Fazem horas-extras sem reclamar (reclamar a quem?), e executam qualquer tipo de trabalho. Percebemos, ainda, que dada a “natural” situação de “incômodo” que sentem aqueles que sabem estar ocupando o lugar de outros, os estagiários por vezes executam as tarefas mais rotineiras e banais, aquelas que os próprios bancários “remancham” antes de cumprir.

Mas que tarefas são estas? Os estagiários não são universitários que ali estão apenas para colocar em prática o que vêm em sala de aula? Considerando-se que as tarefas normais do bancário “podem ser executadas por qualquer garoto inteligente com 2º grau incompleto”, sua imputação aos estagiários não estaria ferindo as regulamentações oficiais sobre estágios? Que tarefas podem ser tão enfadonhas a ponto dos próprios bancários recusarem-nas?

Estas tarefas são, principalmente, as de digitação. Ninguém quer fazê-las, mas os estagiários as executam sem reclamar. Esta questão seria quase irrelevante caso não implicasse em problemas sociais, jurídicos e éticos referentes a milhares de pessoas. Tais como:

- 1) desemprego;
- 2) fechamento de postos de trabalho;
- 3) quebra do sigilo bancário e,
- 4) possível "tráfico" de mão de obra.

Com relação às duas primeiras, acreditamos já termos sido suficientemente explícitos: a terceirização via contratação de estagiários tem se revelado uma política de redução de custos com conseqüências desastrosas para todas as conquistas dos bancários. É necessário, porém, enfatizar que este gênero de "deslocalização" ou de gestão de recursos humanos nada tem a ver com o processo de modernização ou de racionalização da produção. Trata-se, isto sim, de uma substituição, pura e simples, de uma mão de obra por outra ainda mais barata: para trabalho igual, remuneração desigual³⁹. Trata-se, pois, de uma precarização das condições de trabalho no limite (?) da legalidade.

Com relação ao sigilo bancário, pouca coisa há para ser dita. Os estagiários (que estão ali "fazendo bico") não têm nenhuma das responsabilidades inerentes ao trabalho de bancário. Até que seu contrato de trabalho seja conhecido, eles são apenas alunos das Universidades Paraibanas, praticando o que aprendem teoricamente nas salas de aula. O fato deles terem acesso a cadastros de pessoas físicas ou jurídicas, de poderem, eventualmente, descobrir se um de seus professores está, ou não, endividado, é uma decorrência normal de sua inserção nos trabalhos do CESEC. Novamente no limite (?) da legalidade? Deixamos esta resposta para os juristas. O que nos parece claro, no entanto, são as implicações éticas decorrentes. Mais uma vez apenas colocamos a questão.

³⁹ Se assim não fosse, por que, perguntamos, os milhares de trabalhadores concursados e aprovados em concursos públicos do Banco do Brasil não estão sendo contratados? Por que estariam eles sendo preteridos pelos estagiários?

Deixamos para os filósofos a resposta.

Enfim, uma última pergunta: estaria ou não havendo tráfico de mão de obra? Seria o CIEE uma espécie de "gato" urbano? Caso isto esteja ocorrendo, qual a responsabilidade das Instituições de Ensino implicadas?

APÊNDICE

Grosso modo, a responsabilidade é resultado da socialização privada. Ela é derivada, pois, do meio social onde fomos criados e onde construímos nossas representações e identidades sociais mais profundas. Neste sentido, partilhamos de uma certa concepção *naturalista* da responsabilidade, posto que acreditamos que quem nasceu em tal ou qual meio a possui, e quem não partilhou das mesmas influências primárias *não poderá jamais obtê-la*.

Aceitando-se este pressuposto, como falar em processo de qualificação quando a “qualificação” que se pretende obter não pode ser adquirida — como no caso da “responsabilidade” — por um esforço consciente e maduro dirigido neste sentido? É bem verdade que determinados incentivos — materiais ou não — podem *acordar* noções de responsabilidade apenas adormecidas. Mas mesmo neste sentido, não existe incorporação de “algo” anteriormente *inexistente*, nem muito menos de novos conteúdos cognitivos. Logo, este despertar de qualidades primárias, derivadas de uma socialização privada, não pode ser considerado como processo de qualificação:

- 1º) Por não constituir incorporação de “algo” novo e,
- 2º) Por não implicar em aquisição de conhecimentos.

Segundo o dicionário Aurélio, por exemplo, a definição (não-jurídica) do verbete “responsabilidade” é decomposta em duas situações:

- 1 - “Situação de um agente consciente com relação aos atos que ele pratica voluntariamente”.
- 2 - “Obrigação de reparar o mal que se causou a outros”.

Da mesma forma, o dicionário “Petit Robert”, apresenta a definição especializada de *responsável*, como se segue:

“Quem deve, em virtude da moral vigente, prestar contas de seus atos ou daqueles de outrem”.

Nos dois dicionários percebe-se a distância entre suas definições e as comumente utilizadas nos cursos de Administração de

Empresas. No Aurélio, a responsabilidade decorre de atos praticados “*voluntariamente*”, não se aplicando, então, às tarefas rotineiras do cotidiano de trabalhadores e trabalhadoras do mundo inteiro. No segundo exemplo, é nítido seu ingrediente moral (o “*mal*”), cuja distância das leis “impessoais” do mercado não poderia ser maior. O “Petit Robert”, enfim, é explícito e concludente: derivando sua definição da “moral vigente”, estabelece que o *conceito de responsabilidade é de foro íntimo*.

Para evitar mal-entendidos, é bom esclarecer que não negamos que uma determinada tarefa implique em mais “responsabilidades” (segundo a definição dos administradores de empresas) do que outras. Não negamos também que, por essa razão, ela possa ser melhor remunerada. Mas qual é o sentido atribuído a este conceito de responsabilidade? O que é esta responsabilidade tão enaltecida pelos gerentes de Recursos Humanos? *Ela nada mais é do que um esforço redobrado de atenção*. Ou seja, uma maior responsabilidade apenas representa um dispêndio acrescido de energias mental e nervosa. Neste caso, uma maior responsabilidade identifica-se com uma intensificação do desgaste, por período de tempo, das forças produtivas do trabalhador (implicando, por vezes, numa melhor remuneração).

Se a qualificação e a intensificação do trabalho podem servir aos mesmos objetivos gerenciais, não obtêm por isso igual legitimidade. O trabalhador parece saber muito bem distinguir entre algo que lhe engrandece e algo que lhe espolia.

Bibliografia

Banco do Brasil. Estatutos do Centro de Processamento de Serviços e Comunicação - CESEC.

BOBBIO, N. *Direita e Esquerda: Razões e significados de uma distinção política*. São Paulo, Unesp, 1995.

Bradesco. *Arquivos Eletrônicos*. Agosto de 1995 (www.bradesco.com.br).

CORIAT, B. *L'Atelier et le Robot*. Paris, Christian Bourgois, 1990.

CORIAT, B. *Penser à l'Envers*. Paris, Christian Bourgois, 1991.

DIEESE (pesquisa). *Os Trabalhadores Frente à Terceirização*. São Paulo, DIEESE, maio de 1993.

- DIEESE. *Anuário dos Trabalhadores*. São Paulo, DIEESE, 1994.
- HIRATA, S. H. *Autour do Modèle Japonais: Automatisation, nouvelles formes d'organisation et de relations de travail*. Paris, L'Harmattan, 1992.
- IBGE. *Anuário Estatístico (1994)*. Rio de Janeiro, IBGE, 1995.
- IBGE. *Censo Demográfico (1990)*. Rio de Janeiro, IBGE, 1991.
- MALAGUTI, M. L. "A Ideologia do Modelo Japonês de Gestão" in Ensaaios FEE, Rio Grande do Sul, n° 2, V. 16, outubro de 1995.
- MALAGUTI, M. L. "A Teoria da Regulação: Dialogando com Karl Marx" in *Crise e Regulação* (orgs. Mendonça, J. P., Carcanholo, R. & Nakatani, P.), Vitória, UFES, 1994.
- MALAGUTI, M. L. "Notas sobre a Globalização da Economia e o Estado" in Raízes, Campina Grande, UFPB, n° 11, junho de 1995.
- MALAGUTI, M. L. "Teoria da Regulação: Uma Introdução" in Raízes, Campina Grande, UFPB, n° 9, janeiro de 1994.
- MALAGUTI, M. L. "Terceirização, Taylorismo e Conflito" in Raízes, Campina Grande, UFPB, n° 10, dezembro de 1994.
- MARTINS, H. S. & RAMALHO, J. R. *Terceirização: Diversidade e negociação no mundo do trabalho*. São Paulo, HUCITEC, 1994.
- Ministério da Fazenda. *Arquivos Eletrônicos*. Outubro de 1995 (<http://www.fazenda.gov>).
- MONDEN, Y. *Toyota Production System*. Atlanta, Institut of Industrial Engineering and Management Press, 1983.
- PALLOIX, C. *La Société Post-Economique: Esquisse d'une Société Alternative*. Paris, L'Harmattan, 1988.
- POLANYI, K. *La Grande Transformation*. Paris, Gallimard, 1972.
- TSUKAMOTO, Y. "A Gestão Empresarial Japonesa e o Caso Brasileiro", in *Câmara de Comércio e Indústria Japonesa no Brasil*, São Paulo, Massao Ohno, 1985.
- TSURU, S. *Japan's Capitalism: Creative Defeat and Beyond*. New York, Cambridge University Press, 1993.
- VERDIER, E. "Dix Ans d'Enrichissement du Travail' dans une Compagnie d'Assurance: Marges de Manoeuvres ou Choix Stratégiques?", in Critiques de l'Economie Politique, n° 23-24, abril-set. de 1983.
- WOOD, S. *The Transformation of Works?* London, Unwin Hyman, 1989.
- WOOD, T. "Fordismo Toyotismo e Volvismo: Os Caminhos da Indústria em Busca do Tempo Perdido", in Revista de Administração de Empresas, São Paulo, set/out. de 1992.

YABU, T. "Relações Trabalhistas no Japão", in Câmara de Comércio e Indústria Japonesa no Brasil. São Paulo, Massao Ohno, 1985.

Arquivos Jornalísticos

Almanaque Abril. Rio de Janeiro, Abril, 1995.

Arquivos da Folha de São Paulo.

Arquivos da Revista Exame.

Arquivos do Correio da Paraíba.

Arquivos do Jornal da Paraíba.

Arquivos do Sindicato dos Bancários de Campina Grande.

Dicionários

Aurélio Eletrônico. São Paulo, 1994.

Petit Robert. Montréal, 1988.

POLÍTICAS PÚBLICAS E O SETOR INDUSTRIAL DE CAMPINA GRANDE - PB*

*Maria Lúcia Gonçalves de Carvalho
Gelfa de Maria Costa Aguiar
Leiliam Cruz Dantas***

Este artigo tem como objetivo apresentar o perfil do setor industrial de Campina Grande em 1992 a partir das modificações ocorridas na década de 60, em função da criação da SUDENE. Ao longo do estudo foi possível detectar a importância deste órgão, através de suas ações, na redefinição da estrutura do setor secundário deste município.

A evolução do referido setor foi observada comparando três momentos distintos: o período anterior à criação da SUDENE; o posterior à sua criação até o ano de 1979 e, finalmente, o compreendido entre 1980 a 1992.

O estudo tomou como base os levantamentos realizados pela Federação das Indústrias do Estado da Paraíba - FIEP nos anos 1969, 1979 e 1992, considerando as seguintes variáveis: número de empresas nos vários ramos produtivos e a mão-de-obra empregada.

* * *

Inicialmente, as ações da SUDENE para o Nordeste, visaram soerguer as indústrias tradicionais⁴⁰ — como a de couros,

* Este artigo é parte de uma pesquisa sobre o Setor Industrial de Campina Grande, realizada entre maio e agosto de 1995.

** Professoras do Departamento de Economia e Finanças da Universidade Federal da Paraíba, CAMPUS II.

⁴⁰ Conforme o IBGE, as indústrias tradicionais são: Madeira, Mobiliário, Couros e Peles, Têxtil, Vestuário, Produtos Alimentares, Bebidas, Fumo, Editorial e Gráfica e Diversas.

óleos vegetais e especialmente a têxtil-algodoeira — além de fomentar indústrias dinâmicas⁴¹, que aproveitassem a matéria prima local e apresentassem possibilidades de competir, tais como A exemplo das indústrias de cimento, adubos, fosfatados, entre outros.

Pesquisas realizadas pela SUDENE, nos seus primeiros anos de atuação, constataram que as indústrias tradicionais acima indicadas apresentavam obsolescência, em termos de equipamentos, técnicas de produção e gestão administrativa, o que suscitou ações no sentido de reequipar as empresas existentes e implantar novas unidades⁴². Como resultado destas ações, observou-se a ampliação da capacidade produtiva tanto no setor têxtil quanto no setor coureiro, como também medidas que visavam a qualificação da mão-de-obra. Nesta perspectiva, foi implantado, em Recife, o Centro de Treinamento Têxtil do Nordeste, com apoio do governo japonês, e em Campina Grande, o Programa Regional de Pesquisas e Processamento em Couros e Tanantes, com apoio da UFPB.

No âmbito do Programa relativo ao ramo coureiro, ressalta-se a criação do PROCURT (Centro de Tecnologia de Couros e Tanantes) da UFPB, que atualmente, funciona como suporte ao Centro de Tecnologia do Couro Albano Franco (CTCC), criado em novembro de 1994.

Em uma segunda etapa, a partir de 1970, ações se destinaram ao desenvolvimento, na região, de empresas capazes de modificar o perfil da estrutura industrial, com ênfase para aquelas consideradas dinâmicas. Para tanto, o instrumento 34/18 — transformado em FINOR (Fundo de Investimento do Nordeste) a

⁴¹ De acordo com o IBGE, as indústrias dinâmicas são: Produtos Minerais Não-Metálicos, Metalúrgica, Mecânica, Materiais Elétricos e Eletrônicos, Material de Transporte, Papel e Papelão, Borracha, Química, Produtos Farmacêuticos e Veterinários, Perfumaria, Sabão e Velas e Produtos de Matérias Plásticas.

⁴² Resultou deste programa a ampliação do número de fusos na indústria têxtil, passando de 642.300 em 1960 para 1.310.800 em 1978 e ampliação da capacidade de curtimento para 2,97 milhões de couros/ano e 8,23 milhões de peles/ano, mostrando um crescimento de 134 e 180%, respectivamente, em relação ao ano de 1970, de acordo com o documento SUDENE VINTE ANOS, 1979.

partir de 1974, administrado pela SUDENE e operacionalizado pelo BNB — promove, a partir da implantação de um núcleo siderúrgico, o desenvolvimento de empresas tanto nacionais quanto estrangeiras. Isto se configurou como base para a posterior expansão dos ramos de produção Mecânico e Metalúrgico, responsável pela transformação do parque industrial nordestino, cujas empresas caracterizam-se por maior grau de modernidade e competitividade.

No mesmo período destacam-se alguns segmentos dinâmicos, cujos índices anuais de crescimento apresentam-se bastante positivos, como: Metalúrgica (23,3%), Mecânica (35,8%), Materiais Elétricos e Eletrônicos (37,6%) e Produtos de Matérias Plásticas (49,1%)⁴³. Neste sentido, as repercussões dessas ações tornam-se evidentes com a diminuição das indústrias tradicionais no Nordeste que, em 1960, respondiam por 70% no valor da transformação industrial, reduzindo sua participação para 50% em 1974.

Cabe ainda ressaltar que as modificações estruturais ocorridas, beneficiaram notadamente as indústrias Metalúrgica e Química. Neste contexto, ocorre a implantação do Complexo Petroquímico do Nordeste, localizado em Camaçari no estado da Bahia, responsável por cerca de 50,0% da capacidade nacional de produtos petroquímicos, álcalis cáusticos e cloro. Em paralelo inicia-se a produção de fertilizantes e de barrilha.

Além destes segmentos, a SUDENE desenvolveu pesquisas acerca das pequenas e médias empresas do Nordeste e concluiu que estas eram significativamente importantes, em termos de absorção de mão-de-obra e geração do produto interno. No entanto, as mesmas não apresentavam os requisitos necessários para receber os incentivos do FINOR e por isto a SUDENE implementou outros mecanismos de apoio a exemplo do Programa de Assistência Técnica e Financeira às Pequenas e Médias Empresas Industriais do Nordeste, primeira experiência a nível nacional. O referido Programa, coordenado pela SUDENE em parceria com o

⁴³ Fonte: IBGE — Censo Industrial 1960 e Pesquisa Industrial 1974 apud MINTER. SUDENE VINTE ANOS. Recife, 1979. p.97.

BNB e o CEBRAE (Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa), fundamentava-se no treinamento de empresários, assistência financeira e serviços de pesquisa e extensão.⁴⁴

Atualmente, o SEBRAE⁴⁵ (Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa), continua apoiando o crescimento e desenvolvimento das micro e pequenas empresas⁴⁶, a partir de tratamento diferenciado⁴⁷, por reconhecer que elas são um elemento dinamizador no desenvolvimento econômico da região.

* * *

Campina Grande, ao contrário do constatado na região Nordeste, apresenta, em 1992, índices de crescimento bastante relevantes para os ramos Vestuário e Calçados, e desempenho pouco significativo, para os ramos Metalúrgica e Minerais Não-Metálicos, no que se refere ao número de empresas.

Nos anos anteriores à criação da SUDENE, é possível identificar que as indústrias tradicionais eram predominantes na estrutura industrial de Campina Grande. Entre os ramos mais representativos neste período, destacavam-se os seguintes: Indústria de Produtos Alimentares com 14 empresas, Indústria Extrativa de Produtos Vegetais com 08, Indústria de Couros, Peles e Produtos Similares com 06 e Indústria Têxtil com 05. Convém destacar ainda a presença de apenas 01 (um) ramo considerado dinâmico, a Indústria Metalúrgica, com 06 empresas⁴⁸.

⁴⁴ MINTER. SUDENE VINTE ANOS. Recife, 1979.

⁴⁵ Segundo informações obtidas junto ao SEBRAE — Campina Grande, a mudança de sigla, resultou de uma padronização realizada a nível estadual, no início dos anos 90.

⁴⁶ De acordo com o Projeto de Lei nº 3081-E, de 1989, são consideradas micro-empresas e empresas de pequeno porte aquelas que obtêm renda bruta anual igual ou inferior a 250.000 e 700.000 UFIR (Unidades Fiscais de Referência), respectivamente.

⁴⁷ As micro e pequenas empresas, conforme Projeto de 1989, devem receber tratamento diferenciado nos campos administrativo, fiscal, previdenciário, trabalhista, de desenvolvimento empresarial e creditício, sendo-lhes facultadas condições favoráveis de funcionamento.

⁴⁸ Dados retirados do Cadastro Industrial do Estado da Paraíba — 1969. Considerou-se apenas os ramos em que foram criadas cinco ou mais empresas.

Vimos que antes de 1960 só existia 33 empresas do segmento tradicional, o qual registra um crescimento, chegando a atingir 113 em 1969, o que reflete as ações implementadas pela SUDENE, na perspectiva de soerguer a indústria existente na Região. Neste sentido, destacam-se os ramos de Produtos Alimentares, com acréscimo de 91%, seguido da Indústria de Couros e Peles, com 50% e a Têxtil com 44%. Cabe ainda ressaltar que o ramo de produção Indústria Extrativa Vegetal, que beneficiava o algodão e o sisal, foi totalmente absorvido pelo ramo Indústria Têxtil. Atente-se ainda para o crescimento verificado nos ramos antes não representativos como: Editorial e Gráfica (93%), Vestuário e Artefatos de Tecido (98%), Calçados (96%), Madeira (97%), Mobiliário (94%) e Bebidas (80%).

O mesmo comportamento estendeu-se aos anos 70, uma vez que manteve-se a predominância do segmento tradicional sobre o dinâmico, conforme indicam os dados seguintes: em 1969, as indústrias tradicionais representavam 32,7% (113 de 348) do total das existentes e em 1979 passou para 59,2% (224 de 382).

Neste período, constata-se também a existência de indústrias dinâmicas, com destaque para os ramos Minerais Não-Metálicos e Metalúrgica.

No período compreendido entre 1980-92, os ramos entendidos como dinâmicos apresentam um relativo crescimento, registrando o surgimento de 146 empresas, das 186 existentes em 1992. Das empresas surgidas neste período, destaca-se a Indústria Metalúrgica com 69 empresas e a Indústria de Minerais Não-Metálicos, com 45.

A Metalúrgica caracteriza-se pela presença de um pequeno número de grandes empresas, que absorvem a maior parte da mão-de-obra empregada no ramo. Dos 888 operários registrados neste ramo em 1992, 61,0% são vinculados a apenas 05 empresas⁴⁹, ficando os demais (39%) distribuídos em 86 empresas.

⁴⁹ Compaço Engenharia Estruturas Metálicas Ltda., fundada em 1986, com 88 operários; IMAL, fundada em 1974, empregando 66 operários; MONTAL, fundada em 1976, com 90 operários; Metalouça, fundada em 1970, com 139 operários e Silvana, fundada em 1961, com

O ramo de Minerais Não-Metálicos também merece ser ressaltado, pois passa de 24 empresas em 1979 para 53 em 1992. A característica deste ramo assemelha-se ao do anteriormente mencionado, concentrando aproximadamente 50% da mão-de-obra em apenas 03 empresas⁵⁰ e distribuindo o restante dos operários nas outras 50 empresas.

Ainda em relação ao segmento dinâmico, é importante registrar o crescimento dos ramos Material Elétrico, Eletrônico e de Comunicação, com o surgimento de 06 empresas no período em foco (1980-92), Indústria de Produtos de Matérias Plásticas e Indústria Química, com 15 e 11, respectivamente.

Neste período, o segmento tradicional mantém sua predominância em relação ao dinâmico, com 581 empresas das 805 existentes em 1992 (72,2%).

Outro aspecto que deve ser ressaltado ao analisar o segmento tradicional diz respeito à presença de empresas de pequeno porte, uma vez que nesta fase identificam-se ações no sentido de apoiar e financiar a sua implantação efetivadas, sobretudo, pelo SEBRAE, além de outros agentes de fomento. Isto torna-se patente no fato de que dentre os oito ramos de produção destacados como os mais representativos em 1992, quatro deles — Indústria de Produtos Alimentares, Calçados, Vestuário e Mobiliário — absorvem entre 01 e 10 operários, em média⁵¹, em mais de 80% de suas empresas.

Levantamentos realizados em 1994 pela Secretaria da Indústria, Comércio, Turismo, Ciência e Tecnologia - PB, no segmento Coureiro Calçadista (que compreende Indústria de Couros, Peles e Similares e Indústria de Calçados) verifica que ao lado do setor formal, ocorre um expressivo aumento no número de empresas informais neste ramo produtivo, sendo que das 317 empresas

160 operários.

⁵⁰ PREMOL, fundada em 1959, com 68 operários; BUN, fundada em 1965 e filial em 1982, com 81 operários; Dolomil Dolomita Minérios Ltda., fundada em 1975, com 123 operários.

⁵¹ Indústria de Produtos Alimentares (86% das empresas empregam entre 01 e 10 operários); Calçados (70%); Vestuário (85%) e Mobiliário (94%).

existentes no Estado, 186, ou seja, (58,7%), situam-se em Campina Grande e empregam 59,9% dos operários⁵². A respeito do setor formal deste segmento, constata-se que não houve modificação com referência a 1992⁵³, pois os dados mostram que das 85 empresas da Paraíba, 51 localizam-se em Campina Grande, as quais empregam 2.927 operários, ou seja, 48,4% do total empregado na Paraíba (6.053).

A partir do exposto evidencia-se um perfil, com a presença de ramos de produção tanto dinâmicos como tradicionais, sendo que este último segmento mostra-se mais significativo, ressaltando-se em seu contexto a existência de um considerável número de microempresas notadamente na Indústria de Calçados e na Indústria de Vestuário.

Verifica-se também que a indústria de Campina Grande registrou um crescimento em torno de 66% entre 1960 e 1979, porém, o grande boom, em termos de surgimento de novas empresas industriais, ocorreu no período de 1980 a 1992, com uma elevação de 82%, refletindo portanto a segunda fase de ação da SUDENE.

Em termos gerais, pode-se constatar que houve um crescimento bastante significativo no número de empresas, uma vez que as mesmas passaram de 348 em 1969, para 805 em 1992, representando portanto uma expansão de 131,3%. O setor industrial de Campina Grande aumentou sua participação no total das empresas do estado da Paraíba, embora em pequena proporção: em 1969, era de 19,2% (348 em 1.810) e em 1992, passou para 23,9% (805 em 3.340).

* * *

É possível concluir que Campina Grande apresenta, em

⁵² Em termos absolutos isto significa 1.108 operários em um total de 1.849 na Paraíba. Fonte: ESTADO DA PARAÍBA. Secretaria da Indústria, Comércio, Turismo, Ciência e Tecnologia. 1994. Pesquisa Direta.

⁵³ Em 1992 o cadastro já registrava 44 empresas no ramo de Calçados e 08 em Couros e Peles, perfazendo o total de 52.

1992, um perfil industrial caracterizado por segmentos dinâmicos e sobretudo tradicionais, não guardando portanto muitas semelhanças com o existente antes da SUDENE.

Naquela época, a tônica era dada pelos ramos tradicionais, com destaque para a Indústria Extrativa Vegetal⁵⁴, a Indústria Têxtil⁵⁵ e a de Couros e Peles e Similares⁵⁶, as quais perderam sua importância, nos primeiros anos da década de 90, cedendo lugar a outros ramos tradicionais como o de Calçados e o de Vestuário. É importante ressaltar que naquele período as empresas eram de grande porte e absorviam muita mão-de-obra. Em 1992, observa-se uma tendência inversa: a predominância de um significativo número de pequenas e médias empresas pouco absorvedoras de mão-de-obra.

Mantém-se, em 1992, como substancialmente representativo o ramo Indústria de Produtos Alimentares, cujo destaque fica para a linha de produção ligada à Panificação, fato possivelmente relacionado com o estímulo às pequenas e médias empresas industriais, ocorrido através de órgãos de fomento tipo SEBRAE. Alie-se a este fator o crescimento populacional ocorrido durante o período em estudo.

Quanto ao segmento dinâmico, observa-se que antes da SUDENE, merecia destaque apenas a Metalúrgica, com 26 empresas. Em 1992, este segmento conta com mais 04 ramos, representativos em termos de criação de empresas, como Minerais Não-Metálicos; Material Elétrico, Eletrônico e de Comunicação; Produtos de Matérias Plásticas e Química. No entanto, a Metalúrgica

⁵⁴ As empresas mais representativas deste ramo na linha de produção Beneficiamento de Algodão como SANBRA (fundada em 1936), Araújo Rique (1937), Antonio Bertino (1940), Pedro Ribeiro (1946) e a de Beneficiamento de Sisal como Pedro Sabino (1940), foram todas desativadas.

⁵⁵ Dentre as empresas mais significativas do ramo tem-se a permanência até os dias de hoje da Indústria Têxtil de Campina Grande (fundada em 1933) e a Cotonificio Campinense (1949) — atual Campina Grande Indústrias Gerais —, o mesmo não ocorrendo com Marques de Almeida (fundada em 1937 e desativada nos primeiros anos da década de 1980).

⁵⁶ Os curtumes eram os empreendimentos mais importantes do ramo, dos quais destacavam-se Motta Irmãos (fundado em 1926) e Antonio Villarim (1936), sendo o primeiro desativado no primeiro lustro dos anos 80 e o segundo no de 90.

mantém sua importância (91 empresas), seguida da Indústria de Minerais Não-Metálicos, com 53. É importante ressaltar que as grandes empresas ligadas aos ramos supracitados receberam incentivos da SUDENE.

É possível perceber uma nova tendência no que se refere aos programas de incentivo ao setor industrial, com ênfase na área de capacitação de recursos humanos, com vistas a viabilizar o desenvolvimento de novas tecnologias.

Dentre as experiências mais relevantes, ressalta-se a implantação da Fundação Parque Tecnológico da Paraíba (PaqTc-PB), em 1984 e do Centro de Tecnologia do Couro e do Calçado (CTCC-CG), implantado pelo Serviço Nacional da Indústria (SENAI) em 1994, os quais dão suporte, em termos de treinamento, pesquisa e serviços de extensão, aos pólos coureiro/calçadista e aos de base tecnológica, notadamente na área de informática.

Com referência ao PaqTc-PB, a ênfase é dada ao programa de incubação de empresas de base tecnológica, criado em 1989, que congrega atualmente 14 empresas no sistema, estando 11 desenvolvendo software. Dentre estas destaca-se a Light Infocon, a maior de software para Unix do país, cujos produtos são comercializados no exterior e a Humana, especializada na produção de software em Oracle (banco de dados).

Finalizando, constata-se que as atuais possibilidades, no que se refere as novas modalidades de incentivos, são apoiadas por programas de desenvolvimento de novas tecnologias, na área de treinamento e pesquisa, por iniciativa do setor privado e do setor público, no qual salienta-se a presença marcante da Universidade Federal da Paraíba.

A DESTRUIÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E A LUTA EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA

*Prof. Sebastián Sánchez Martín**

RELEMBRANDO

Em conferência pronunciada no Clube de Engenharia, em 1957, dizia o velho mestre Anísio Teixeira:

“A situação educacional brasileira apresenta-se como uma pirâmide, em que a base não chega a ter consistência e solidez de tão tênue que é, logo se afilando, mais à maneira de um obelisco do que mesmo de uma pirâmide. Tal aspecto manifesta-se desde a escola primária.

Para uma população escolar de 7 a 11 anos de idade, num total de 7.595.000, a escola primária acolhe 4.921.886, ou seja, cerca de 70%. Destes, porém encontram-se no 1º ano 2.664.121, quando ali só se deviam encontrar 1.600.000 (grupo de idade de 7 anos), no 2º 1.075.792, quando ai se deviam achar 1.500.000, no 3º 735.116, onde deviam estar 1.500.000, no 4º e 5º anos 466.957, quando ai deviam estar 1.480.000

...

Ora, ai temos o primeiro aspecto pelo qual se verifica como e quanto o ensino primário vem sendo desvirtuado. Considerando-o puramente preparatório às fase ulteriores da educação, descuidamo-nos de organizá-lo para efetivamente atender a todos os alunos, seja qual for a capacidade intelectual de cada um, e vimos, ao contrário, mantendo a velha organização seletiva de escola propedêutica. O característico da organização das escolas para finalidade seletiva é o menosprezo às diferenças individuais, ou a utilização das diferenças individuais apenas para eliminar os reputados incapazes. Os que não se revelarem capazes, são reprovados, tornando-se ou repetentes, ou excluídos. Nessa organização cabe ao aluno adaptar-se ao ensino e não o ensino ao aluno. ...”

Bem que valeria a pena continuar citando a bela palestra do

* Professor Adjunto do Departamento de Educação, Centro de Humanidades, Campus II, UFPB.

ilustre pedagogo baiano Anísio Teixeira. As suas considerações a respeito da situação do ensino e da escola naquela época são pertinentes hoje e ainda o serão por muito tempo. Mas, 40 anos se passaram e, muito embora o país tenha mudado bastante, as questões relativas à educação, a não ser a da universalização do ensino, mudaram e não precisamente para melhor.

A QUESTÃO DO FLUXO ESCOLAR

A Escola Pública Brasileira continua marcada por uma profunda crise que, se por um lado, reflete as condições gerais da sociedade brasileira, por outro, tem também a sua problemática específica. O Brasil figura entre as 12 maiores economias do mundo, milhões de pessoas, no entanto, são, ainda, excluídas dos benefícios sociais básicos, entre eles a educação. O direito ao exercício da cidadania por parte de tantos milhões de brasileiros fica, por isso mesmo, cerceado. Os dados sobre o analfabetismo, a evasão escolar (ou melhor, a exclusão escolar, como já muito bem colocava Anísio Teixeira) e a repetência são, no Brasil, alarmantes e, no Nordeste, indignos de serem mencionados. De fato, das 3.575.534 crianças sem escola existentes no Brasil, segundo dados do IBGE (1990), 2.526.294 correspondem ao Nordeste. O que significa a taxa de escolarização mais baixa do Brasil, isto é 71,02%. Uma olhada rápida ao quadro abaixo é suficiente para ver a disparidade existente entre as regiões brasileiras no que diz respeito à taxa de escolarização. Diante de semelhante quadro só cabe uma atitude: o problema tem de ser urgentemente enfrentado.

CRIANÇAS DE 7 A 14 ANOS FORA DA ESCOLA POR REGIÃO

<i>Região</i>	<i>População Escolar</i>	<i>Matrícula</i>	<i>Crianças sem Escola</i>	<i>Taxa de Escolarização</i>
Norte	1.808.047	1.565.776	242.271	86,60%
Nordeste	8.717.081	6.190.787	2.526.294	71,02%
Centro-Oeste	1.974.066	1.855.241	118.825	93,98%
Sudeste	9.821.905	9.457.119	364.786	96,29%
Sul	3.723.147	3.399.788	323.358	91,31%
BRASIL	26.044.246	22.468.712	3.575.534	88,27%

(dados do IBGE, 1990).

A iniquidade do sistema aparece marcada, dentre outras variáveis, pela mesma absurda irregularidade da pirâmide que formariam os números da escolarização se escalonados por série. Isto é, observando o desenho abaixo, se aceitarmos um índice de mortalidade infantil normal, a pirâmide correta deveria ser a “pirâmide larga”, mas, de fato, a pirâmide hoje existente é a “pirâmide estreita”

A quantidade de crianças com 6 anos realmente existente e que deveriam estar na fase de alfabetização, não é quase o dobro das crianças com 7 anos (que deveriam estar na 1ª série) e o nº destas não é quase o dobro das crianças com 8 anos (que deveriam estar na 2ª série). A quantidade de crianças existentes em cada uma das faixas etárias correspondente a cada série é, na realidade, aproximadamente a mesma, uma vez que a variação da taxa de natalidade de ano para ano é quase imperceptível, e a diferença do índice de mortalidade infantil, de ano para ano, nesse período também é pequena. Mas, observando tanto a pirâmide acima como o quadro abaixo, observamos que a diferença do nº de matrículas da alfabetização para 1ª série e desta para a 2ª é de quase o dobro. É aí que está o grande e perverso funil que impede uma progressão homogênea e justa do fluxo de crianças nos primeiros degraus do sistema escolar.

QUADRO DA MATRÍCULA POR SÉRIE
NUM MUNICÍPIO DO INTERIOR PARAIBANO

	<i>Matrículas Novas</i>		<i>Matrículas Repetentes</i>		<i>Total</i>
	<i>Masc.</i>	<i>Fem.</i>	<i>Masc.</i>	<i>Fem.</i>	
4ª	151	203	28	46	428
3ª	201	284	17	43	545
2ª	294	381	73	70	828
1ª	510	526	161	142	1.339
Alfabetização	1.432	1142	—	—	2.574
TOTAL	2.588	2.536	279	301	5.704

A QUESTÃO DOS RECURSOS

Os recursos destinados à educação não garantem um padrão mínimo de qualidade. No tocante à questão salarial todos sabem que os salários não são condizentes com a exigências da profissão em nenhum dos níveis do sistema educativo e muito menos no ní-

vel da educação básica onde os salários mínimos dos professores em praticamente todos os estados são, ainda, irrisórios. Pior ainda é constatar que boa parte dos professores e professoras nem o salário mínimo recebe. A situação de penúria é tal que alguns professores vão participar de encontros e cursos de reciclagem com a finalidade, talvez principal, de aproveitar do almoço oferecido no local de treinamento. O corte de verbas para a pesquisa e a extensão impede o desenvolvimento de novos projetos de qualificação dos professores, que deveria ser uma tarefa permanente, contínua, e inibe os projetos atualmente em execução. O descaso para com a manutenção do patrimônio público atinge limites nunca antes atingidos. No referente às edificações escolares chega-se a constatar, inclusive, o risco de vida provocado pelo perigo de desmoronamento de prédios. A falta de merenda escolar, principalmente nas áreas mais carentes do Brasil, desestimula a frequência e afasta, definitivamente, grande quantidade de alunos da escola fundamental. Esta situação econômica global gera, necessariamente, um desequilíbrio social no interior do sistema educacional que deve ser remediado. Esse desequilíbrio inadmissível constata-se na enorme disparidade existente no tocante à taxa de (des)escolarização da população, em geral e da (des)qualificação do professor, em particular.

A QUESTÃO DA (DES)QUALIFICAÇÃO

Pode-se, facilmente, constatar que, principalmente na zona rural, boa parte das professoras do ensino básico é composta de profissionais dos mais variados ramos da produção e dos serviços que dedicam, também, parte, somente parte, do seu tempo ao trabalho da docência. A maior parte do tempo é dedicado aos mais variados trabalhos, sejam eles desenvolvidos no próprio lar ou na lavoura ou ainda em algum ramo do artesanato que impedem à professora de se dedicar, minimamente, aos trabalhos da escola, quanto menos entrar num processo de formação permanente.

Essa realidade é, ainda, agravada pelo nível de formação inicial, muito deficiente. Num levantamento de dados realizado por uma das bolsistas engajadas no projeto de extensão desenvol-

vido pelo Departamento de Educação da Universidade Federal da Paraíba, constatamos que das 237 professoras do sistema municipal de ensino, num município vizinho a Campina Grande, 51 professores(as) não têm, ainda, o 1º grau completo, outras 60 possuem somente o 1º grau completo. Isto é, 111 professoras, o que equivale a dizer aproximadamente o 50% do corpo docente, está muito abaixo dos níveis mínimos de formação exigidos para o exercício do magistério. Para completar o quadro acrescentamos: 12 professoras têm o 2º grau incompleto e outras 43 o 2º grau completo; 22 o Logos incompleto e 46 o Logos completo, somente 3 (três) tem pedagógico. Pode-se concluir: nível de formação inicial dos professores totalmente inadequado, insuficiente ao exercício do magistério. Veja-se o quadro abaixo.

NÍVEL DE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES MUNICIPAIS DE BOQUEIRÃO-PB⁵⁷

1º Grau		2º Grau		Logos		Pedagógico	Total
Incompleto	Completo	Incompleto	Completo	Incompleto	Completo		
51	60	12	43	22	46	03	237

A QUESTÃO IDEOLÓGICA

A escola, no Brasil, estruturou-se de forma tradicionalmente oligárquica não somente em função do conteúdo transmitido nas salas de aula, mas também porque a cada grupo social correspondia um tipo próprio de escola, destinado, dependendo do caso, a formar gerações de dirigentes, por uma lado, ou trabalhadores manuais, por outro. Essa escola destinava-se a desenvolver em cada indivíduo a cultura geral, de caráter diferenciado, de modo a proporcionar aos futuros dirigentes a necessária capacidade de pensar, de se comportar, de tomar decisões e aos trabalhadores habilidades exclusivamente para o trabalho manual. Podemos constatar o que Gramsci já verificara no início do século, que vão

⁵⁷ Dados levantados e fornecidos pela aluna Monica Rogeria.

se desenvolvendo paulatinamente tipos de escolas voltadas para o desempenho das funções instrumentais definidas pelos diferentes ramos profissionais, através de um processo de diferenciação e particularização. Nesse sentido, pode-se afirmar que as escolas profissionais não só não representam um desenvolvimento democrático, mas, ao contrário, perpetuam as diferenças sociais. Gramsci afirma que a escola da sociedade capitalista encerra duas funções contraditórias: a primeira, formar o cidadão, o homem da polis, sujeito que pensa e decide e, a segunda, formar o trabalhador que, tornado objeto, perdendo a sua própria racionalidade, fica condenado a executar tarefas cada vez mais simplificadas e nada criativas.

A ineficiência do sistema educativo é, como se pode ver, resultante da apatia laboral decorrente dos baixos salários percebidos pelos trabalhadores em educação, pela acomodação ideológica ao sistema perverso e alienante de idéias vigentes, o desencanto que o fracasso escolar gera no alunado em função das dificuldades de acesso ao mercado de trabalho futuro e a política de contratação dos recursos humanos, ainda hoje caracterizada como "curral eleitoral". Não se pode esquecer nem ter medo de denunciar e combater o fato de que o magistério, em geral e, principalmente, o ensino básico, é setor privilegiado de emprego fácil, manipulado pelos políticos de plantão e aproveitado pelos apaniguados políticos que enchem as fileiras do magistério consolidando a lacra da incompetência, muito difícil, posteriormente, de curar. A maior parte dos professores do ensino básico e principalmente os que a ele chegam pelas vias que acabamos de mencionar, não tem, como vimos, nem sequer o primeiro grau completo, muitos nem a primeira fase do primário. Se ainda mais, as oportunidades de cursos de atualização, reciclagem ou melhor dizendo de formação permanente, isto é, a educação contínua, que poderia suprir a educação inicial que não tiveram, é, também, constantemente dificultada, pouco poderemos fazer. Os esforços, nesse sentido, consomem horas e mais horas de extenuante dedicação por parte de assessores e especialistas em educação para conseguir um padrão mínimo de capacitação e qualificação que, infelizmente, pouco tempo depois, vai por água abaixo, ao sabor do capricho de muitos políticos de

carreira, pouco interessados no bem comum e no verdadeiro desenvolvimento social.

A EDUCAÇÃO NA CONJUNTURA ATUAL

O primeiro elemento a ser considerado no contexto da conjuntura atual é o plano econômico do governo, de todos mais ou menos conhecido. Um plano que consegue fazer crescer o PIB. Mas, o problema é que ao aumento da taxa de crescimento do PIB não corresponde um aumento proporcional da taxa de emprego, muito pelo contrário, o desemprego aumenta. Isto significa que, em grandes linhas, o modelo é concentrador de muita renda em mãos de poucos e, em conseqüência, excludente de muitos do direito a gozar os bens mais necessários à simples sobrevivência.

Ao lado deste elemento econômico podemos considerar as características do Novo Estado que as elites estão tentando construir. É comum, hoje, afirmar que o Estado deve se retirar do gerenciamento das áreas de desenvolvimento econômico nas quais historicamente teve papel decisivo; é chegado o momento de privatizar, isto é incumbir a iniciativa privada de assumir também empresas até agora estatais. Isto porque as empresas estatais estão em crise, sendo, portanto a privatização o melhor caminho para reduzir a dívida pública, economizar energias administrativas e gerenciais do Estado e, conseqüentemente, equilibrar as contas públicas⁵⁸. É necessário

“reconhecer que não mais cabe ao Estado desempenhar o papel de centro de gravidade e de grande investidor. Nem que se quisesse a coisa seria exequível: uma inviabilidade prática condena o modelo. Quais papéis então ficariam reservados ao Estado? O de indutor e de regulador do mercado, o de orientador e de provedor de bens e serviços públicos. Ou seja: não há mais lugar para o formato do Estado tutor e demiurgo dos populistas, nem para o Estado mínimo dos neoliberais; mas há lugar, isto sim, para o Estado ótimo, socialmente necessário, da social-democracia contemporânea — uma concepção que proporciona a super-

⁵⁸ Cfr. José SERRA, “Bases para um Novo Estado” in *A Folha de São Paulo*,

ação do assistencialismo paternalista e do fiscalismo asfixiante”⁵⁹

Neste tipo de economia e neste tipo de Estado proposto eis o que vai acontecendo com a educação

1º A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

2º O Plano Decenal de Educação.

3º A nível de discurso governamental (federal, estadual e municipal) a educação é prioritária, no entanto:

a) o nível salarial vigente de praticamente a totalidade das professoras primárias rurais não alcança o salário mínimo.

b) a Universidade passará praticamente um ano (1995) sem poder realizar concursos para provimento das vagas geradas pela corrida irrefreável às aposentadorias prematuras que continuam desfalcando a universidade dos seus quadros docentes e ponto de já haver problemas em muitas delas para dar continuidade normal aos seus cursos.

“...a educação é, portanto, um problema político fundamental, e é desse ponto de vista que dever ser encarada. Por motivos recorrentes e nunca resolvidos, não há qualquer interesse em elevar o nível do ensino, porque as expectativas dos que elaboram e gerenciam a política educacional e aquelas dos educadores não coincidem, porque são outros — e opostos — os objetivos e intenções: aos primeiros, importa que o rebanho capacite-se apenas para executar rudimentares operações de pensamento que o mantenham nessa condição, aos segundos, interessa a possibilidade de que as pessoas se emancipem também pela educação, o que tem sido visto por todas as polícias sociais como um atrevimento imperdoável. O resultado é que qualidade de ensino virou mera expressão de efeito que faz parte apenas da retórica eleitoral e das mentiras da propaganda oficial, que, custeada pela sociedade, a ela retorna sob forma de mais um engano”⁶⁰

Além de considerar as questões econômicas, sociais e políticas, também é bom olhar para o próprio umbigo ou então, melhor

⁵⁹ Mário COVAS. “A arquitetura do Estado ótimo” in *A Folha de São Paulo*, 09/04/95

⁶⁰ Cfr. Paulo Miceli, O quadro (muito) negro do ensino no Brasil, in *A Universidade e o ensino de 1º e 2º graus*. Campinas, Papirus, 1988.

ainda, se olhar no espelho. Se nós, profissionais da educação nos olharmos no espelho, o que vamos ver nele refletido? Os mais diversos, engraçados, esquisitos e, principalmente, extravagantes (no sentido semântico do termo “que nada fora de lugar, pela via errada”), perdidos e desajustados profissionais.

Paulo Micelli nos apresenta uma tipologia que por interessante transcrevemos quase literalmente.

“...pode-se verificar que cada um deles (os professores) submete-se à remuneração indigna por motivos próprios:

- Os professores **conscientes e idealistas**, sofrendo as agruras da profissão, resistem, mas são cada vez mais raros.
- Os professores de **passagem**. Os pós-graduados que fazendo da escola pública o campo de estágio, esperam, ansiosamente, pular do trampolim para o, apesar de tudo, privilegiado corpo docente universitário.
- Os professores de **licença ou em final de carreira**. Afastados por vários motivos aguardam, sofredamente, a aposentadoria, sendo substituídos por estagiários ou professores substitutos.
- Os professores **manietados** que só não trocam de profissão por absoluta impossibilidade ou mesmo incompetência.
- Os **maus profissionais** de outras áreas que, não conseguindo melhor ocupação, dedicam-se ao magistério.
- Finalmente, aqueles **que não vivem disso** e até se orgulham em apregoar essa condição à frente de alunos e demais colegas. Aqui, uma observação mais longa e, talvez, antipática (ao menos ante os olhos de feministas mais extremadas). Enquanto grande número de mulheres lutam valente e conscientemente por sua sustentação econômica um número não muito pequeno de professoras faz do magistério uma ostentação de status de duvidosa independência, pois em sociedade machista como a brasileira esta continua sendo uma ocupação feminina aceitável. Assim, acabam **pegando** algumas aulas para aparentar auto-suficiência. Fácil identifica-las: em caso de greve não participam do movimento porque o marido proíbe, mas apreciam as paralisações que até permitem uma esticada ao clube ou à praia... Alguns homens também fazem parte da espécie: são, em sua maioria, profissionais liberais que resolvem ampliar o orçamento doméstico ou que, entediados com a rotina das noites em casa, encontram forma sutil e eficaz de escapar dela e manter contato com o mundo. Assim como suas companheiras, mantêm-se distantes de tudo quanto se relacione ao caráter pro-

fissional do magistério.⁶¹

QUE POLÍTICA EDUCATIVA? QUE DIRETRIZES?

A globalização do poder e do mercado mundial provocam a redução do emprego e a reorientação dos mercados a favor dos países centrais. É urgente analisar as novas políticas sociais que, junto com as políticas econômicas, estão cristalizando uma realidade “amistosa para o mercado mundial”, antes que uma realidade “amistosa para a população”.

Já a privatização supõe uma gigantesca transferência de poder da esfera política (em processo de “descentralização”) à esfera econômica (em processo de centralização). Isto, implica, também, numa perda adicional de poder para as maiorias sociais pois, embora de formas perfectíveis, o poder político poderia ser controlado e deveria ser legitimado por elas. Poder-se-ia pressionar nas ruas ou votar pela manutenção de um subsídio, mas não se poderá incidir da mesma forma sobre as políticas protecionistas do Norte ou as estratégias excludentes dos grandes conglomerados do capital mundial.

Todo indivíduo deve ter acesso a uma educação básica relevante, de boa qualidade, num processo de aprendizagem contínuo ao longo da sua vida. Porém, em condições de recursos insuficientes e no marco de certas concepções pedagógicas do processo de aprendizagem, estas políticas, orientadas para os mais pobres, podem se reduzir a prover um pacote compensatório de conhecimentos e destrezas apenas suficiente para lhes permitir sobreviver e melhorar a sua capacidade de aprendizagem. Assim, o resultado é uma concentração de recursos na escola primária o que implica na redução do apoio ao ensino superior e à educação não formal.

A política educativa não pode ser vista como compensatória da pobreza produzida pelas estruturas econômicas, mas deve ela mesma contribuir ao desenvolvimento de novas estruturas eco-

⁶¹ Paulo Micelli, *id. ibidem.*

nômicas que compensem as tendências à desintegração social e à depauperação. Em tal sentido, a preocupação com os segmentos inorgânicos das camadas mais pobres, e o correspondente abandono das camadas médias urbanas não supera, ao contrário, consolidada estruturas que reproduzirão a exclusão das maiorias e demandarão contínuas intervenções compensatórias.

Assumamos por um momento o objetivo de investir no ensino primário. É indubitável a relevância quando lembramos, por exemplo, dos meninos em e da rua nas cidades do Brasil. Mas o acesso à escola não garante nem a permanência nela nem a aprendizagem de conhecimentos úteis para a vida como produtor e como cidadão. Em geral existe concordância em que a qualidade do ensino primário dever ser melhorado. Mas isso não se consegue meramente concentrando recursos em novos textos ou na descentralização administrativa do subsistema escolar primário. Para melhorar a qualidade da educação primária é necessário:

- i)* estender e melhorar a educação inicial que é a principal conquista educativa da região, e contribui de maneira fundamental a compensar o mal início dos meninos de lares pobres, assim como a melhorar as oportunidades das mães para desenvolver as suas próprias atividades;
- ii)* continuar investindo nos níveis superiores de ensino,
- iii)* investir na melhoria das capacidades, estatus e salários dos professores, como condição sem a qual as outras intervenções dirigidas a modificar a qualidade não poderão se realizar eficientemente.

Políticas setoriais como a educação para todos, devem ser enquadradas dentro de uma estratégia dirigida ao desenvolvimento urbano, em lugar de dispersar-se tentando centrar-se nos segmentos mais pobres, o que está aparentemente inspirado por modelos de assistencialismo a comunidades rurais isoladas. Mesmo considerado na perspectiva das cúpulas globais, este enfoque está errado. Como o mesmo Banco Mundial conclui no seu informe sobre o desenvolvimento mundial de 1990, "a pobreza urbana será o problema mais significativo e politicamente explosivo do próximo

século".⁶² Isso exige enfoques novos para uma realidade urbana da qual América Latina, como a região mais urbanizada do mundo em desenvolvimento, é um exemplo crítico.

Condições para uma Política Educativa Orientada ao Desenvolvimento Humano

A) *A educação deve estar vinculada desde o começo com o desenvolvimento econômico*, de modo que os novos conhecimentos, destrezas e atitudes tenham a oportunidade de serem aplicados na satisfação das necessidades básicas (trabalho, saúde, nutrição, moradia, meio-ambiente, participação, etc.) como parte do processo de aprendizagem.

B) Tendo em conta a insuficiência do setor empresarial capitalista e do setor público para prover oportunidades para todos, *deve promover-se o desenvolvimento de uma economia popular urbana*.

C) *Os programas devem estar orientados para a comunidade como unidade elementar*. Isto significa trabalhar com e para as comunidades locais em lugar de focalizar segmentos isolados delas (os mais pobres, as meninas em idade escolar, etc.) É necessário prestar atenção tanto às populações rurais como às urbanas mas, numa primeira etapa, *pode ser aconselhável centrar-se nos assentamentos urbanos antes do que nos assentamentos dispersos*, extremamente carentes de um contexto favorável para a aprendizagem. A pobreza está se tornando progressivamente um problema urbano. Por volta do ano 2.000 não teremos uma situação de setores marginais ou de zonas segregadas dentro da cidade, mas sim de massas urbanas de pobres "crônicos", e de novos pobres provenientes das camadas médias. A educação escolar das crianças é insuficiente para conseguir as modificações em padrões culturais e no conhecimento ordinário que o desenvolvimento exige. Todas as modalidades de educação e aprendizagem devem ser postas a operar ao *mesmo tempo*, incorporando os diversos elementos da

⁶² Ver: Banco Mundial, *Urban Policy and Economic Development. An Agenda for the 1990s*, The World Bank, Washington, 1991, p. 4.

comunidade como elementos ativos no ensino-aprendizagem. A preocupação com os mais pobres raramente vai mais além das preocupações compensatórias. Isto tende a fortalecer o clientelismo em lugar de promover a autonomia dos setores populares, como deveria esperar-se do empenho com o desenvolvimento humano sustentável.⁶³

A Defesa da Escola Pública

A defesa da escola pública não se resolve combatendo a escola privada. A escola privada tem sua razão de ser. O que devemos defender intransigentemente é a garantia do direito do acesso universal à escola. Isto é, ampliar suficientemente as oportunidades de ingresso e permanência para que as camadas populares possam se beneficiar, em querendo, das vantagens da escolarização. Assim, mantendo, ainda, a pesar de tudo, como referência a estrutura de classes da sociedade em que vivemos, o que devemos combater é qualquer tentativa que vise manter o privilégio de formas de ensino elitistas, destinadas a grupos restritos e exclusivos, evitando, também que conteúdos não adequados aos interesses das classes populares tomem conta dos currículos.

Se no momento oportuno, a luta pelo direito do Estado tutelar a educação tinha sentido e a palavra **laico** aplicada ao ensino era uma bandeira de luta de fundamental importância histórica, hoje não parece que seja tão importante acrescentar à tríade **público e gratuito** o terceiro elemento: **laico**. Inclusive porque se na época à qual nos referimos **laico** tinha sabor de oposição à Igreja, hoje, **laico** tem sabor de oposição a Estado. O Estado tem obrigação, enquanto administrador e gerente do erário público, de manter e subsidiar a escola, mas a tutela da mesma deve ser competência da sociedade através das suas mais variadas formas de organização.

⁶³ Cfr. José Luis Coraggio. *Desarrollo Humano y Política educativa en la ciudad Latinoamericana*. Conferência proferida no IV Seminário Internacional Educação Popular e Universidade. João Pessoa-PB. Julho de 1994.

Bibliografía

CORAGGIO, José Luis. *Desarrollo Humano y Política Educativa en la Ciudad Latinoamericana*. Conferência proferida no IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO POPULAR E UNIVERSIDADE. João Pessoa-PB. Julho/1994.

FOLHA DE SÃO PAULO. 09.04.1995

MICELI, Paulo. "O quadro (muito) negro do ensino no Brasil" in *A Universidade e o ensino de 1º e 2º graus*. Campinas, SP: Papirus, 1988.

SAVIANI, Dermeval. *Ensino Público e algumas falas sobre a Universidade*. São Paulo: Cortez: 1984.

TEIXEIRA, Anísio. "A escola brasileira e a estabilidade social" in *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, vol. XXVIII n° 67, 1957, pp. 3-29.

SECA, FERROVIAS E MÃO DE OBRA (SÉCULO XIX)

*Josemir Camilo de Melo**

Este artigo pretende analisar o comportamento do Estado imperial e das empresas capitalistas, inglesas e nacionais frente ao surto da grande seca de 1877 a 1879, no tocante ao transporte da produção agrícola e de pessoas, no intuito de observar o grau de calamidade e vulnerabilidade a que a região esteve exposta durante aquele flagelo. Foram tomadas as Províncias de Pernambuco e Paraíba como ponto central, onde se procedeu a pesquisa com mais afinco. O que queremos verificar neste artigo é de como as ferrovias serviram durante a seca, não só quanto ao transporte de gêneros de primeira necessidade e de flagelados, mas como teria se beneficiado da mão de obra barata dos migrantes e como foi usada no combate direto à calamidade.

As ferrovias foram construídas tendo em mira o transporte de mercadorias, numa ótica neocolonialista, cujo traçado ia da área produtiva diretamente para o porto. O transporte de passageiros fazia parte da pauta, mas não era o essencial em termos de receita, visto que o país era extremamente pobre e, mais do que isto, existia o trabalho escravo, o que impedia esta camada de trabalhadores de ser usuário daquele meio de transporte.

As ferrovias começaram a ser construídas no Brasil, a partir da lei ferroviária de 1852. A primeira foi a curta estrada privada do banqueiro Irineu Evangelista de Souza (Barão e Visconde de Mauá) em 1854. Depois foi a vez dos ingleses no Nordeste, com a Recife-São Francisco, em 1858. Daí por diante, houve um surto de construções ferroviárias, de iniciativa privada, cujo descenso ocorreu durante a guerra com o Paraguai, sendo um segundo ciclo de construções iniciado em 1873 com um novo regimento ferroviário.

* Doutorando em História – UFPE; Professor do Departamento de História e Mestrado em Sociologia da UFPB; Coordenador da Pesquisa "História das Secas no Nordeste: Cronologia e Impactos". CNPq/PIBIC.

SECAS NO NORDESTE NO SÉCULO XIX

A seca, no século XIX, torna-se cada vez mais uma calamidade, apesar de politicamente o Brasil ter evoluído, saindo do estatuto colonialista para o de nação. Isto se verifica por duas vertentes: uma, que é maior o número de pessoas atingidas pelo flagelo da seca, devido ao próprio crescimento vegetativo da população; outra, que sendo uma nação, os aparelhos burocráticos e ideológicos do Estado tomarão a si o registro das calamidades, muito embora isto não seja acompanhado de soluções político-administrativas.

Assim é que mal começamos o século XIX e já nos deparamos com a seca de 1803/4, principalmente registrada na Paraíba. Destruiu pastos e elevou o preço da farinha, causou mortes de fome e uma onda de roubos. O governo pediu ajuda de víveres a Bahia. A exportação de algodão caiu em Pernambuco naqueles dois anos em 25% e 18%. Ainda naquela década, em 1809, houve seca e a exportação de algodão em Pernambuco caiu no ano seguinte em 8%. Parece um ciclo de 6 a 7 anos, pois surge seca em 1816/7, embora parcial, de pouca duração. Talvez um dos paliativos do Reino Unido, à época tenha sido o de enviar plantas frutíferas exóticas, como canela, cravo e pimenta da Índia, fruta-pão e café, que em boa parte resistiram a seca de 1824⁶⁴.

Em 1824/5, quando a região que e hoje o Nordeste estava sacudida pela revolta denominada de Confederação do Equador, ocorreu outra seca. Houve falta de farinha, enquanto que os agricultores estavam em armas, de um ou outro lado e que 1/3 da população da seca teria morrido junto com a guerra civil. Em 1825, na Paraíba, falta chuva até nos brejos; fazem farinha de xiquexique no sertão do Curimataú. Os monges beneditinos perdem 30 escravos por morte. No Ceará, segundo Gardner, teria morrido cerca de 30.000 pessoas⁶⁵.

⁶⁴ ALMEIDA, José Américo de. *A Paraíba e Seus Problemas*, p.173; CUNHA, Euclides da. *À Margem da História*, passim; PEREIRA DA COSTA, F.A. *Anais Pernambucanos*, Vol.VII, p.39.

⁶⁵ GARDNER, George. p.157, edição inglesa "Travels in the Interior of Brazil, principally through the Northern Provinces and the Gold and Diamond Districts during the years 1836-

Em 1826/7 aparecem secas parciais. Na Paraíba, concluiu-se o açude velho em Campina Grande. Em 1830, há falta de chuvas e o Presidente da Província pede ajuda para comprar farinha. A seca volta em 1835/7. Em 1844/6 a seca ataca Paraíba e Pernambuco, causando emigração. O Ministério do Império envia 1.322 alqueires de farinha para Areia, zona de brejo (Pb). Em Sousa, morrem cerca de 20 pessoas por dia (1846). Durante a seca de 1846, as autoridades providenciaram 136.000 sacas de gêneros alimentícios. O presidente solicitou 130 sacos de farinha e remeteu para Piancó e Sousa 400 mil réis; para Pombal, 200 mil réis para comprar farinha. Miséria em Campina Grande e em Ingá. Comprou-se em Pernambuco mil sacas de farinha a 4 contos 622 mil e 500 réis, pagos pelo comerciante e coronel da Guarda Nacional Francisco Alves de Souza, pelo Tesouro da Província para ser reembolsado. O Presidente solicitou ainda 1.000 reses para o sertão, para recriar os rebanhos destruídos pela seca. Em 1845, em Piancó, o alqueire de farinha chegou a 60 mil réis, quando normalmente era vendido por 3 e 4 mil réis. Os agiotas tiraram proveito da situação. O Ministério do Império (não havia sido criado o da Agricultura) enviou 135.272 sacas de farinha⁶⁶.

Afora estas secas, há que contar com os invernos falhos, os chamados *repiquetes* como os dos anos 1851 e 53, 1860, 1865/66, bem como de 1867 a 1870; alguns repiquetes surgem em 1870/72, no sertão de Alagoas e Pernambuco, até estourar na seca de 1877. Depois da seca de 1888, há o repiquetes de 1889, 1891/2, a seca de 1895 e repiquete em 1896⁶⁷.

1841". New York, AMS Press, 1970; Almeida, op. cit. p.174; REBOUÇAS, André. A Seca nas Províncias do Norte. Socorros Públicos. p. 29; PEREIRA DA COSTA, F.A. Anais Pernambucanos, Vol VII, p.236.

⁶⁶ ALMEIDA, op. cit. p.175; PINTO, Irineu Ferreira. Datas e Notas para a História da Paraíba, p. 170; CUNHA, op. cit, passim; Antônio Pedro de Figueiredo confirma a existência de seca, sem dar maiores detalhes, em O Progresso, p. 313.

⁶⁷ Dados coligidos em Almeida, Beaurepaire Rohan.

A SECA DE 1877, PANORAMA REGIONAL

Na seca de 1877, a capital da Paraíba recebera cerca de 35.000 flagelados. A solução encontrada, então, foi de fundar colônias de flagelados, tendo que alojar 12.000 deles em colônias, espalhadas na área canavieira. Se a projetada ferrovia Conde D'Eu já estivesse operando, os sertanejos poderiam ter sido beneficiados, como foram na seca de 1890, quando aquela companhia transportou 4.000 sacas de farinha, milho e feijão para as zonas limítrofes da seca⁶⁸.

O combate à calamidade ficou a cargo do governo imperial, que abriu crédito de 5 contos de réis para alimentos. Pilhagens, assaltos, grupos de cangaceiros. Jesuino Brilhante que despontou no cangaço durante esta seca, em Campina Grande, estendeu suas ações para o oeste do Rio Grande do Norte. Havia na região cinco grupos de bandidos. No brejo a lavoura é destruída pelo criado solto, o que diminui a oferta de alimentos. 400 flagelados entram em Mamanguape. O governo põe os flagelados para trabalhar em obras públicas: açudes, cadeias, estradas. Abriu mais três créditos de 12 contos de réis. Os estudantes da Politécnica arrecadaram 2 contos, 424 mil réis. O Pará enviou 4 contos e 300 mil réis. O Espírito Santo e o Paraná também enviaram ajudas⁶⁹.

Flagelados foram empregados no açude de Arara. O governo envia 2 contos de réis para construir a cadeia de Campina e 1 conto para o açude de Princesa. Grupo de ladrões armados invadem Cajazeiras e roubam 4 contos (1878). Começa a emigração para Mossoró e Ceará e 35 mil retirantes invadem a capital da Paraíba. O governo adota a emigração para fora da província, por navios e criam-se colônias agrícolas. Os mortos, na capital, entre maio e setembro atingem 7.073⁷⁰. Em 1879, em cinco meses, o número de mortos atinge 1.596 na capital⁷¹.

⁶⁸ Lúcia de Fátima Guerra dá 8.920 flagelados vivendo nas Colônias de Socorro. FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. A Seca de 1877 na Paraíba. In: Rev. de Ciências Humanas, p.203

⁶⁹ ALMEIDA, op. cit. p.

⁷⁰ ALMEIDA, op. Cit. p.

⁷¹ ALMEIDA, op. cit. pp.205/6.

A sociedade começa a fazer crítica da aplicação de verbas em cadeias, cemitérios e igrejas e câmaras municipais. As obras de açudagem na Paraíba estavam alocadas em Teixeira, Mogeiro (Itabaiana) Espírito Santo (Cruz do), Santa Luzia (iniciada pelo Padre Ibiapina) Guarabira. Em uso estavam o de Belém do Arrojado, construído pelo padre Ibiapina e o de Princesa. O padre Rolim tinha um açude particular e o franqueou à população⁷².

A seca de 1877, no **Rio Grande do Norte**, causou um grande colapso na economia local. o Governo provincial havia dado uma concessão para construir uma ferrovia, que não pode ser iniciada naquela década. Mossoró teve 78% de sua população junto com emigrados, atingidos pela seca, com mortes e escassez de tratamento de doentes e de gêneros. Cerca de 117.000 habitantes da província precisava de socorros. Em todo o Nordeste, o povo atingido por aquela seca, chegou à cerca de 2.147.000 habitantes. Rio Grande do Norte ocupava o terceiro lugar em número de vítimas, chegando a perder 80.000 habitantes; o governo imperial criou dois depósitos de alimentos, um em Natal e outro em Mossoró. Ainda em 1882 era grande o número de flagelados na capital, a ponto de o Presidente da Província mandar reforçar o policiamento⁷³.

Mossoró, que antes chegara a ter 25.000 habitantes flutuantes por causa da seca, passando fome e morrendo de miséria ou de peste, a tudo se expondo para receber um litro de farinha; o número quase que dobrou passando para 45.000 flagelados, número este que chegou a 70.000, morrendo 35.000 deles, entre 1878 e

⁷² O Padre Ibiapina, desde 1862, juntava à sua pregação missionária, o trabalho de abrir cacimbas (Barbalha, CE), açudes (Angicos, RN, Arara e Soledade, PB e em Caldas, CE), ainda na década de 1860 MARIZ, Celso. Ibiapina, um Apóstolo do Nordeste, pp.65, 73, 75; PINHEIRO, Francisco José. O Homem Livre/Pobre e a Organização das Relações de Trabalho no Ceará (1850-1880), pp.227/230.

⁷³ REBOUÇAS, op. cit. pp.33/4; CÂMARA CASCUDO, Luís da. História do Rio Grande do Norte, pp.181/2; SILVA, Alípio Pereira da. Considerações Gerais sobre as Províncias do Ceará e Rio Grande do Norte, p.4; TAKEYA, Denise. Um Outro Nordeste: O Algodão na Economia do Rio grande do Norte (1880-1915), p.92; em 1884, houve seca e epidemia de varíola que atingiu cerca de 40.000 pessoas, muitos morreram e outros emigraram, e o governo teve que gastar o equivalente a 600.000 libras para socorrer a população. Ver *The Rai-lway Times*, April 26, 1884, pp.534/5 e May 2, 18885, pp.551/2

1879. Outra fonte calculou que esta província teria perdido mais de 80.000 habitantes, entre 1877 e 1879⁽⁷⁴⁾.

A seca de 1877/9 no Ceará, começou ainda em junho de 1876 foi a mais virulenta do século. Rebouças diz que em Fortaleza em outubro de 1877 havia mais de 17.000 retirantes (p.57). Castro Carreira, um dos incentivadores da EF Baturité, diz que o Ceará perdeu cerca de 400 mil pessoas, sendo que só 200 mil foram vitimadas pela peste. Diplomatas ingleses calculavam que cerca de 300 mil pessoas tinham morrido e cerca de 250 mil teria emigrado⁷⁵.

Só para se ter uma idéia da calamidade, agentes diplomáticos ingleses levantaram dados sobre a precipitação pluviométrica do Ceará. A década de 1870 foi terrível para o Ceará. Em 1873, teria caído somente 853 ml; depois viria o ano de 1874 com 855 ml. Em 1877, choveu apenas 355 ml, aumentado no ano seguinte para 517 ml e em 1879 chegando ainda a 621. Somente em 1867, o Ceará tinha tido chuvas abaixo de 1000 mililitros⁷⁶.

Já no início de 1878, a seca mostrava queda na exportação cearense do algodão, que de 55.510 sacos em 1873, tinha passado a 34.853 sacos, enquanto açúcar e café, produtos serranos tiveram sua produção aumentada, já que a região do Cariri cearense fora incorporada ao mercado a partir da década de 1850⁽⁷⁷⁾. Também aumentou a exportação cearense de escravos naqueles anos de seca, de 768 (em 1876) para 1.725, 2.909 e 1.925 nos três anos de 1877a 79, respectivamente. É sintomático que a Sociedade funda-

⁷⁴ CÂMARA CASCUDO, Luís da. op.cit, pp. 184/5; SILVA, Clodomiro Pereira da. Política e Legislação de Estradas de Ferro, p.4; GUERRA, Phelippe e GUERRA, Theóphilo. Seccas contra Secca, p.38.

⁷⁵ BPP LXXXIX, 1881. Report by Consul Bonham of the Provinces of Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, 1879, p.24; FERREIRA, Benedito Genésio, A Estrada de Ferro de Baturité: 1870-1930, pp. 51,2; CASTRO CARREIRA, Liberato de. História Financeira e Orçamentária do Império no Brasil, p.540; CONRAD, Robert. Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil, p.215; MELO, Josemir Camilo de. Ceará: Abolição Precoce ou Crise Econômica?, pp. 35/36.

⁷⁶ BPP LXXXIX, 1881. Report by Consul Bonham, op. cit. p.24.

⁷⁷ The Brazilian and River Plate Mail. March 8, 1878, p.2; PINHEIRO, op. cit. p. 200.

da para emancipar escravos tenha surgido exatamente em 1879⁽⁷⁸⁾.

Alagoas, por sua vez, tendo apenas uma pequena parte encravada na área da seca, recebeu flagelados do sertão pernambucano. A metade da população de Palmeira dos Índios abandonou as plantações e se passou para a zona canavieira. Em maio de 1878, já havia 30.000 retirantes na Província, vindos do sertão do São Francisco, de Pernambuco e da Paraíba. Recife, por sua vez já havia recebido 1.424 retirantes cearenses que vieram de navio, além de 4.023 retirantes que vieram do próprio sertão pernambucano. Em 1879, Recife diminuiria sua população de 60.000 flagelados para 2.000⁽⁷⁹⁾.

A POLÍTICA DE CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS

Na seca de 1846 não foi possível atender com presteza as populações do sertão, porque simplesmente não havia estradas. No relatório do Presidente da **Paraíba**, Carneiro de Campos, se vê que "(...) não foi possível remeter a farinha para o sertão". O governo enviou 400 mil réis em espécie (cerca de 220 dólares) para Piancó e Souza e 200 mil-réis (110 dólares) para Pombal. Tornou-se praxe enviar dinheiro para comprar mantimento no local. O problema é que a seca já teria destruído as lavouras. Se os gêneros não podiam ser levados para o sertão por falta de estradas, os retirantes usavam as trilhas e caminhos, no sentido inverso para a zona da mata e litoral. Para se ver como a falta de rodagem impedia o envio de mantimentos, naquela seca, o governo mandou 130 sacas de farinha para o sertão, no mês de fevereiro. Em março ele resolveu visitar Campina Grande e adjacências e encontrou as mesmas sacas ainda naquela cidade. Como os flagelados eram

⁷⁸ Consul Bonham, Idem, p.25; CONRAD, Robert. Op. cit p.213.

⁷⁹ SANTANA, Moacir Medeiros de. Contribuições à História do Açúcar em Alagoas, pp.171 a 174; (Melo) CAMILO (de), Josemir. A Seca de 1877 e a Mão de Obra na Zona da Mata em Pernambuco. pp.45 e 47; Relatórios de Presidentes de Província, 1879; Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 16 de junho de 1878 apud CAMILO, op. cit.

muitos, mandou distribuir ali mesmo⁸⁰.

O Presidente da Paraíba, por volta de 1858, o engenheiro militar Henrique de Beaurepaire Rohan, mandou abrir uma rodovia até a cidade de Areia, oferecendo 5% de juros à companhia que se organizasse para aquele fim. Tudo que a Província tinha à época eram 30 léguas (180 km) de trilhos, atalhos, caminhos e não estradas propriamente ditas⁸¹. Em 1864, o Presidente da Paraíba contrata o engenheiro André Rebouças para fazer o levantamento topográfico para uma rodagem que partisse da cidade de Areia, no brejo paraibano, para a capital da Província, às margens do rio Sanhauá, perto do litoral.

Em Pernambuco, estradas começaram a ser feita por volta de 1802, mas não passavam do perímetro de Recife, algo em torno de 32 km. Anteriormente, por volta de 1774, fora tentado um trecho que não chegaria a 20 km e de apenas 15 palmos de largura. Por isto, o algodão vinha de 100 a 150 léguas em lombos de animais, viagem que levava até seis semanas. Em 1866, a província já teria cerca de 236 km de rodagens precárias, estreitas, verdadeiros caminhos de comboios de tropeiros⁸².

FERROVIAS

Algumas ferrovias no Nordeste foram construídas, ou encampadas pelo governo, como resultado da grande seca de 1877. Pelo, menos 3 delas tiveram iniciativa da Província ou do Estado Imperial como socorro àquela tragédia. Duas no Ceará, a EF Baturité e a EF Sobral; a EF Paulo Afonso, construída entre Alagoas e Pernambuco. Com respeito a esta última, havia o receio de que, tendo o governo Imperial iniciado a ferrovia de Paulo Afonso, entre Piranhas e Jatobá, os retirantes abandonassem a Colônia de São Francisco, em busca de trabalho remunerado na estrada de

⁸⁰ PINTO, op. cit. p.175.

⁸¹ Idem, p.261.

⁸² PEREIRA DA COSTA, F.A. Anais Pernambucanos, 1795-1817. Vol.VII. Recife, Arquivo Público Estadual, 1958, pp. 103 a 107 e 558.

ferro⁸³.

Além destas estradas, o Estado Imperial começou a construir o Prolongamento da Recife-São Francisco Railway, (depois denominada Estrada de Ferro Sul de Pernambuco) a partir de Palmares, por volta de 1877/79 utilizando-se de mão de obra de flagelados e retirantes. Também foi o caso da EF Caruaru, estatal. Mesmo a empresa inglesa The Great Western, em Pernambuco usou mão de obra de retirantes em sua construção.

A Estrada de Ferro Baturité, contratada em 1870, como empresa privada, tivera iniciadas suas obras em 1872/75, parou com a seca de 1877. Depois de pronta, esta ferrovia atenderia ao universo de 120 mil pessoas. O governo Imperial encampou a estrada, em 1878, cobrindo as 3.101 ações, porque achava que assim daria trabalho às populações e evitaria que elas chegassem à capital. Só em 1880 é que foi aberto o trecho de Pacatuba a Canoa e em 188/21 o ramal de Baturité. Na seca de 1888, o governo Imperial resolveu construir mais 47 km em direção a Quixadá. Por volta de 1878, a EF Camocim-Sobral tinha cerca de 1000 homens trabalhando em suas obras. Esta ferrovia atenderia a cerca de 36 mil pessoas⁸⁴.

Em 1889, o engenheiro Chrockatt de Sá, talvez por influência da seca do ano anterior, já que ele cita uma cronologia de secas, sugere em livro a construção de uma ferrovia de Macau (RN) ao Rio São Francisco. Com esta estrada, diz ele, seriam servidas 160 mil no Rio Grande do Norte, 171 mil na Paraíba, e 75 mil em Pernambuco⁸⁵.

Mesmo com as ferrovias instaladas na área canavieira, sua utilidade, na Paraíba, se revelou na seca de 1890. A ferrovia inglesa The Conde D'Eu transportou gêneros que o Governo esta-

⁸³ SANTANA, op. cit. pp.171 a 174; CAMILO, op. cit. p.47.

⁸⁴ BPP, 1878, LXXIII. Brazil. Ceará. Report by Vice-Consul Studart on the Trade and Commerce of Ceará for the year 1878, p.477; CASTRO CARREIRA, Liberato de. História Financeira e Orçamentária do Império no Brasil, pp.782/3; FERREIRA, Benedito Genésio, op. cit. pp.34/5.

⁸⁵ SÁ, Chrockatt de. A Estrada de Ferro Macau ao São Francisco, passim.

dual comprara, além de receber 4 contos e 644 mil-réis para dar passes de graça àqueles retirantes que quisessem retornar ao interior. Com a seca assolando a área da pequena produção, 500 sacos de farinha foram importados do Maranhão e 4.200 sacas de farinha foram comprados no comércio local, além de 2.492 sacos de feijão (semente) e 1.619 de milho⁸⁶ (ver Tabela no apêndice).

Outras ferrovias tiveram suas construções incentivadas por volta daquele ano, mesmo que fossem de capitais privados como as inglesas *The Conde D'Eu Railway*, na Paraíba, *The Natal-Nova Cruz* no Rio Grande do Norte e *The Alagoas Railway Company* em Alagoas. Pernambuco ainda veria a construção, naquele período da *Great Western Railway Company*. Por aí se vê que a seca provocou grande impacto social, a ponto de o Estado ter de intervir com paliativos como construção ferroviária, algumas delas completamente inoperantes, como a Paulo Afonso.

Mas a importância da ferrovia não deve ser medida só pelo transporte de cargas e de passageiros. Falta ainda uma pesquisa sobre como o Estado usou este meio de transporte para levar água potável para as populações afetadas. Encontramos apenas um exemplo, como o transporte de água em vagões para cidades atingidas pela seca ou por levadas de retirantes, na seca de 1891, quando a Estrada de Ferro Caruaru, estatal, subiu a Serra das Russas, levando cinco carros tanques com 50 m³ de água, que foram carregados em Vitória de Santo Antão⁸⁷.

SECA E TRANSPORTE

As secas nunca atingiram a zona açucareira, senão como estiagem, o que já era um prejuízo para os latifundiários. A zona da mata canavieira, no século XIX tem uma dimensão de aproximadamente 10 a 18 léguas (60 a 110 km), segundo o contemporâ-

⁸⁶ Ofícios do Governador do Estado da Paraíba, Venâncio Neiva, à Comissão de Socorros Públicos. Caixa 9. Arquivo Público da Paraíba.

⁸⁷ Códice Estrada de Ferro (EF) 28, Ofício do Engenheiro da ferrovia ao Presidente da Província (de Pernambuco), 14/3/1891.

neo e socialista saint-simoniano, Antônio Pedro de Figueiredo em Pernambuco. É neste trecho que se situam as ferrovias inglesas, partindo do porto de cada capital provinciana. Até esta fronteira chega o grande exército de tropeiros varando as veredas dos sertão, onde não chegam os trilhos. Segundo técnicos da ferrovia Recife-São Francisco, de Pernambuco, durante uma seca ("a dry season") se empregam cerca de 20 mil cavalos e 10 mil homens no transporte de mercadorias⁸⁸.

TRANSPORTE DE GÊNEROS NA RSF
(EM MILHARES DE TONELADAS)

Anos	Açúcar	%	Algodão	%
1876	42.4	-	0.8	-
1877	57.1	36	1.1	37
1878	54.9	31	0.9	13
1879	52.6	26	0.5	-37
1880	75.9	81	0.7	-13

FONTES: Códices Estrada de Ferro (EF) 14, 15 e 19. Vários relatórios e balancetes, de 1876 a 1880; Relatórios do Ministério da Agricultura, diversos relatórios para o período.

Com a seca de 1877, o transporte da RSF, entre 1877 e 1880, teve uma queda no transporte de algodão em torno de 37%⁸⁹.

A calamidade de 1877/79 terminou por render lucros às ferrovias privadas pois o governo as contratou para carregar gêneros de primeira necessidade para cidades fronteiriças à área da seca, de onde seriam levados em lombos de burros para as áreas devastadas.

Em termos de transporte de flagelados, a cidade de Palmares, ponta de trilhos, a época, da RSF, recebeu cerca de 20.000 pessoas, enquanto 60.000 chegaram ao Recife. O governo atacou as obras do prolongamento da RSF com cerca de 3.000 flagelados,

⁸⁸ FIGUEIREDO, Antônio Pedro de. Op. cit. p.635; Códice Estradas de Ferro, (EF) 4. Prospecto da Recife São-Francisco Railway (RSF), impresso.

⁸⁹ Ministério da Fazenda. Relatórios e Anexos para os anos de 1877 a 1880; Proposta e Relatório do Ministério da Fazenda (1882/3); Idem, Relatório de 1884; Idem, de 1886/6; EF 15, vários ofícios e balancetes da RSF, de 1876 a 1880.

mas nem pode empregar todos. O restante ficou andando pelas propriedades, pedindo comida, assaltando fazendas e engenhos e pessoas avulsas. Em dois meses, em 1877, 232 pessoas morreram na cidade de Quipapá (PE), onde a ferrovia estatal tinha um escritório. O custo de vida cresceu demais, principalmente no caso da farinha de mandioca que alcançou 1.000% de aumento⁹⁰.

No tocante ainda a transporte de passageiros, o movimento da RSF não foi alterado pela seca, nem mesmo quanto à terceira classe, quando se relaciona o tráfego com o número de flagelados. Talvez este contingente não fizesse parte da contabilidade da ferrovia.

<i>Anos</i>	<i>1ª Classe</i>	<i>2ª Classe</i>	<i>3ª Classe</i>
1876	22.445	18.791	116.538
1877	26.678	21.954	139.219
1878	22.917	22.413	139.219
1879	23.317	21.066	135.124
1880	21.495	22.035	137.122

Fonte: Relatório do Ministério da Agricultura, 1883, pp.252/260.

O ano de 1876 não é bem elucidativo, porque faz parte de uma queda. Em 1873 foram 160 mil os passageiros da terceira classe; caiu este tráfego, no ano seguinte para 145 mil e em 1875 foi de 135 mil.

SECA É MÃO DE OBRA

A seca sempre atingiu as regiões fisiográficas do Agreste e Sertão, o que levava grande número de camponeses a abandonar

⁹⁰ Relatórios de Presidentes da Província (de Pernambuco) (R.93-A) "Contratos 1878"; EF 15. Ofícios de Mr. Wells Hood ao Presidente da Província, em 15 de julho de 1878; idem, Balanete da RSF, em 9 de Outubro de 1878; EF 18. Ofício de H.E. Weaver, Chefe interino da EF Sul de Pernambuco ao Presidente da Província, em 3 de junho de 1878; CAMILO, Josemir. A Seca de 1877 e a Mão de Obra na Zona da Mata em Pernambuco. Recife, 1978; MAIA, Nayala de Souza Ferreira. Açúcar e Transição para o Trabalho Livre em Pernambuco.

seus terrenos arrendados ou aforados e irem a pé para a zona canavieira ou para o litoral. Esta leva de migrantes tornava-se mão de obra barata, senão gratuita, para o trabalho nos engenhos, como frente de trabalho, administrado pelo Estado. As ferrovias privadas também se utilizavam desta mão de obra flutuante, pagando preços abaixo do mercado que, segundo seus argumentos, serviria para compensar a queda do transporte de algodão e de outros gêneros do interior para o porto.

A forma encontrada pelo Estado Imperial foi a de fundar colônias em terras de engenhos canavieiros na zona da mata. Outra parte desta mão de obra foi utilizada pelo próprio Estado em obras públicas.

Em Alagoas, criou-se a Colônia São Francisco, onde antes eram terras dos índios de Porto Real do Colégio, chegando a 12.000 retirantes. Em 1878, já havia 128 retirantes trabalhando no engenho Três Bocas, número que chegou a 395. Todos deveriam trabalhar 3 dias para os proprietários e 3 para si. A Colônia São Francisco ia ser fundada em terras da ex-Colônia Militar de Leopoldina, mas o governo desistiu da idéia, porque nem estrada de rodagem havia para aquelas bandas⁹¹.

No Rio Grande do Norte, fundaram a colônia Bom Jesus dos Navegantes com 3.600 pessoas e outra, a Vera Cruz com 600 pessoas⁹².

Em Pernambuco, o governo tentou alocar os flagelados em colônias de camponeses ou explorar sua mão de obra em obras públicas, como reparos de estradas, o que no fundo gerava um benefício para a ferrovia RSF, já que os caminhos melhorados pelos flagelados, serviam para escoar os produtos para as estações ferroviárias. Tal era a situação de uma colônia situada perto da RSF, com cerca de 5.000 pessoas, que estavam engajados em abrir estradas. Até a política de incentivo ao plantio do café foi afetada, pois a seca havia atingido os 2 milhões de pés de café plantados em Bonito. Alguns desses migrantes terminavam por arranjar

⁹¹ SANTANA, op. cit. pp.171 a 174; CAMILO, op. cit.p.47.

⁹² CÂMARA CASCUDO, Luís da. op.cit. pp. 184/5.

emprego sazonal nos engenhos. Uma das obras públicas, como a rodagem ligando Palmares a Bonito, empregou cerca de 1.200 pessoas da seca à diária de 53 mil-réis⁹³.

Os flagelados foram alojados em 14 engenhos, onde receberiam dos proprietários cerca de 400 gramas de farinha de mandioca, 200 gramas de carne seca e 125 gr. de feijão e uma muda de roupa de algodão para os homens e um vestido de chita para as mulheres. Metade da alimentação seria dada durante três meses até que estivessem produzindo alguma lavoura em terras dos engenhos⁹⁴.

<i>Engenhos</i>	<i>Trabalhadores</i>
Panguá	650
São José	253
Colégio	220
Mundo Novo	131
Condado	136
Utinga	116

Fonte: Relatórios de Presidentes de Província, 1879.

O salário diário nominal, por volta de 1876, estava em 1\$000 (um mil-réis/US\$ 55) enquanto o real estava em 581 réis⁹⁵. Mesmo assim, a discrepância era grande em relação aos salários pagos pelo governo aos flagelados.

⁹³ Railway Times (London) October 12, 1878, p.865.

⁹⁴ CAMILO, op. cit. p.46.

⁹⁵ EISENBERG, Peter. Modernização sem Mudanças, pp. 208/210 e 268.

SECA E SALÁRIOS RURAIS
(DIÁRIAS/MIL-RÉIS) (1879)

<i>Profissão</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Salários</i>	<i>Total</i>
Fiscal de obras	5	72	360
Chefe de obras	22	65	1.440
Administrador-armazém	1	60	60
Assistente-armazém	1	45	45
Enfermeiro	1	60	60
Cozinheiro	1	45	45
Mestre-Pedreiros	2	60	120
Pedreiros	8	12	96
Mestres Oleiros	2	45	90
Total	44	50 (média)	2.316 (média)

FONTE: Relatórios de Presidentes de Província (RPP), vários relatórios para o ano 1879; RPP, "Contratos, 1878"; CAMILO, Josemir. A Seca de 1877, op. cit. p 48.

A maior parte deste exército de miseráveis trabalhava somente por roupas e comida, como era de praxe os proprietários rurais fazerem, mesmo trabalhando aqueles nos engenhos de açúcar. Em geral, as diárias quando eram pagas, estavam abaixo das pagas antes de a RSF se instalar, na década de 1850.

Na Paraíba, fundam uma colônia na propriedade de Nossa Senhora da Guia, dos padres carmelitas, perto do litoral e mais 2 na capital e 3 em Mamanguape. De fato, foram 30 colônias fundadas, num total de 1.868 famílias, compostas estas por 8.664 pessoas, o que dava cerca de 62 famílias ou 288 pessoas, por colônia. Não havia remuneração, trabalhava-se por uma muda de roupa, alimentação e ajuda por 8 meses. Em abril de 1880 havia 31 colônias, todas em terrenos de particulares, com cerca de 12 mil retirantes. Parte dos colonos foi dispensada por se recusar a trabalhar⁹⁶.

⁹⁶ ALMEIDA, op. cit. pp.205/6.

COLÔNIAS DE FLAGELADOS NA PARAÍBA

<i>Núcleos</i>	<i>Pessoas</i>	<i>Famílias</i>
Abiay	414	111
Amparo	332	80
Barra do Gramame	100	32
Camocim	187	56
Cana-Brava	97	21
Cosme e Damião	233	50
Espírito Santo	436	75
Gramame	58	14
Guarita	232	46
Ilha	186	24
Jagaraú	521	98
Leite Mirim I	133	42
Leite Mirim II	133	29
Marcos João	134	30
Mata Limpa	648	137
Miriri do Lagamar	76	14
Miriri do Meio	267	49
Mussuré	1677	366
Nascença do Una	275	58
Nova Libéria	305	69
Pau Brasil	329	86
Ponte do Gramame	127	27
Puxi de Baixo	405	78
Ribeira	86	20
Rio do Meio I	191	20
Rio do Meio II	93	22
S. Izabel	206	45
Santana do Gargaú	273	45
Tauá de S. André	118	30
Tauá do Tibiri	392	94
TOTAL	8.664	1.868

Fonte: ALMEIDA, José Américo de. *A Paraíba e seus Problemas*.

CONCLUSÃO

As ferrovias construídas no século XIX, antes e depois da seca de 1877, poderiam ter contribuído muito para mitigar a calamidade então reinante, se tivessem sido abertas em direção ao

sertão algodoeiro e agro-pastoril. Só na década de 1880 é que, timidamente, as ferrovias estatais chegaram a áreas algodoeira (Garanhuns, Caruaru, Limoeiro) e só no século XX é que uma ferrovia inglesa subiu a Serra da Borborema, fazendo ponta de trilho numa cidade eminentemente algodoeira, Campina Grande, na Paraíba, em 1907.

Desta forma, a área mais vulnerável à seca, o sertão — hoje delimitado como “polígono das secas” — ficou sem ferrovias durante a segunda metade do século XIX, com exceção do contorno da Cachoeira de Paulo Afonso, que ganhara na década de 1880, uma ferrovia, mas que, infelizmente foi mal projetada, tornando-se obsoleta e onerosa ao Estado

A tentativa de o Governo construir ferrovias no Nordeste, durante a seca de 1877, funcionou como anteparo da migração campo-cidade, não só como tentativa de reter o pessoal em sua região, mas, principalmente, a de devolver mais rápido esta população flagelada a suas terras. As tentativas de colonizar terras particulares com mão de obra de retirantes, foi não só um paliativo, mas serviu de mão de obra barata para os plantadores de cana, beneficiou serviços de infra-estrutura em torno das ferrovias inglesas e, depois, da seca, estes trabalhadores foram mandados de volta a suas terras, sem nenhum ganho, nem a posse da terra colonizada. Toda esta política se mostrou paliativa. O fenômeno voltaria a se repetir no século XX, mas já aí, o Estado se utilizaria das rodovias e de uma instituição criada para maquiagem os efeitos da seca, o IFOCS (Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca - 1909/1945) depois DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca) até 1990, quando foi extinto.

APÊNDICE

VÍTIMAS DA SECA DE 1877/9 (EM MILHARES)

<i>Província</i>	<i>População Estimada</i>	<i>População Atingida</i>	<i>%</i>
Piauí	202	—	
Ceará	800	720	90
Rio Grande do Norte	234	117	50
Paraíba	362	60*	16**
Pernambuco	841	200	24
Alagoas	348	50	14
Sergipe	161	30	19
Bahia	1.283	500	39
TOTAL	4.231	1.667	39

Fonte: Dados abreviados de Rebouças, André. *A Seca nas Províncias do Norte. Socorros Públicos*. Rio de Janeiro, 1877, pp.32/4. Os dados são estimativas daquele autor; (*) Os dados para a Paraíba são do Cônsul inglês. Ver BPP LXXX, 1878. Report by Consul Walker on the Famine in the Northern Provinces of Brazil. 1878; (**) Há defasagem, pois os dados são de fontes diferentes.

TABELA
CONSTRUÇÃO FERROVIÁRIA NA NORDESTE (1870s)

<i>Ferrovia</i>	<i>Concessão</i>	<i>Construção</i>	<i>Aberta</i>	<i>Extensão (Km)</i>
Estatais				
Baturité	1873	1878	1878	110
Sul de PE.	1871	1876	1882	146
Alagoinhas	1871	1876	1881	322
Sobral	1878	1878	1885	133
Caruaru	1878	1878	1882	126
P. Afonso	1878	1878	1883	117
Inglesas				
Conde D'Eu	1875	1880	1883	166
GWBR	1875	1879	1881	180
NNC	1875	1880	1881	120
Alagoas Ry	1881	1882	-	120

TRANSPORTE DE GÊNEROS NA SECA DE 1890

<i>Localidades</i>	<i>Milho</i>	<i>Feijão</i>	<i>Farinha</i>	<i>Arroz</i>
Santa Rita	50	50	60	-
Sapé	20	20	30	-
Mulungu	1.000	-	-	10
Guarabira	680	500	-	-
Bananeiras	100	50	-	-
Araruna	-	-	80	-
Pilar	-	-	60	-
Ingá	10	10	60	-
Mogeiro	30	-	30	-
Cachoeira de Ce- bolas	20	20	40	-

FONTE: Ofícios do Governador do Estado Venâncio Neiva à Comissão de Socorros Públicos. Caixa 9. Arquivo Público da Paraíba.

CRONOLOGIA DAS SECAS NO SÉCULO XIX

1803/4 Paraíba.

1809 — sem local determinado

1816/7 parcial, pouca duração, sem local definido

1824/5 Paraíba e Pernambuco

1826/7 secas parciais

1830 falta de chuvas na Paraíba

1835/7 sem indicação de lugares

1844/6 Paraíba e Pernambuco.

1851 e 1853 repiquetes — inverno falho

1860 repiquetes

1865/66 idem

1867/70 — principalmente no Ceará

1869/70 — repiquete

1870/72 — Alagoas e Pernambuco

- 1877/79 — todo o Nordeste
1888/9 — principalmente no Ceará
1889 repiquetes
1891/2 repiquetes
1895 seca
1896 repiquetes
1898 — Ceará
1889 seca no Rio Grande do Norte e Paraíba
1900/1 — principalmente no Ceará

Bibliografia

- ALMEIDA, José Américo de. *Paraíba e seus Problemas*. (3ª edição) João Pessoa, A União, 1980.
- BEAUREPAIRE-ROHAN, Henrique. *Considerações Acerca dos Melhoramentos de que em Relação às Secas são Susceptíveis Algumas Províncias do Norte do Brasil*. 2ªed. Rio de Janeiro, Typographia do Globo, 1877.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1955.
- CASTRO CARREIRA, Liberato de. *História Financeira e Orçamentária do Império no Brasil*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980. (2 vols.)
- CONRAD, Robert. *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, Ministério da Educação e Cultura, 1975.
- COSTA PORTO, (José da). O Drama Secular. *Revista do Museu do Açúcar, Recife*, V.3, 1969, pp.7-12.
- CUNHA, Euclides da. *À Margem da História*. Lisboa, Lello Brasileira, 1967.
- EISENBERG, Peter. *Modernização sem Mudanças. A Indústria Açucareira em Pernambuco: 1840/1910*. Rio de Janeiro, Paz e Terra/UNICAMP, 1977.
- FERREIRA, Benedito Genésio. *A Estrada de Ferro de Baturité: 1870-1930*. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará/ Styllus, 1989.
- FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. *A Seca de 1877 na Paraíba*. In: *Revista de Ciências Humanas*, Ano 2, N°4, UFPb, João Pessoa, outubro/dezembro, 1980;

- FIGUEIREDO, Antônio Pedro de. *O Progresso. Revista Social Literária e Científica*. Recife, Imprensa Oficial, 1950 (2ª edição).
- GARDNER, George. "Travels in the Interior of Brazil, principally through the Northern Provinces and the Gold and Diamond Districts during the years 1836-1841". New York, 1970.
- GUERRA, Phelippe e GUERRA, Theóphilo. *Seccas contra Secca*. Natal, 1974 (Coleção Mossoroense, 29)
- MAIA, Nayala de Souza Ferreira. *Açúcar e Transição para o Trabalho Livre em Pernambuco, 1874/1904*. Recife, Universidade Católica de Pernambuco, 1985.
- MARIZ, Celso. *Ibiapina, um Apóstolo do Nordeste*. João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba (2ª edição) 1980.
- MELO, Josemir Camilo de. *Ceará: Abolição Precoce ou Crise Econômica? Cadernos NUDOC, UFCE, (Número Especial) Fortaleza, 1988, pp. 33/39*
- Ingleses na Paraíba: The Conde D'Eu Railway. Grão, Ano I, N°4, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1985, pp.81-97.*
- _____. *The Effects of British Investments on Railway. (Inédito)*
- (Melo) CAMILO (de), Josemir. *A Seca de 1877 e a Mão de Obra na Zona da Mata em Pernambuco. Revista de História Municipal, Centro de Estudos de História Municipal, Recife, 1991, pp. 43-50*
- PEREIRA DA COSTA, F.A. *Anais Pernambucanos, Vol VII. Recife, Arquivo Público Estadual de Pernambuco, 1950.*
- PINHEIRO, Francisco José. *O Homem Livre/Pobre e a Organização das Relações de Trabalho no Ceará (1850-1880) In Revista de Ciências Sociais, Vol.20/21, N° 1/2, UFCE, Fortaleza, 1989/90.*
- PINTO, Irineu Ferreira. *Datas e Notas para a História da Paraíba. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1977 (2º Vol.)*
- REBOUÇAS, André. *A Seca nas Províncias do Norte. Socorros Públicos. Rio, 1877.*
- SÁ, Chrockatt de. *A Estrada de Ferro Macau ao São Francisco. Rio de Janeiro, 1889.*
- SANTANA, Moacir Medeiros de. *Contribuições à História do Açúcar em Alagoas. Recife, Museu do Açúcar, 1970.*
- SILVA, Alípio Pereira da. *Considerações Gerais sobre as Províncias do Ceará e Rio Grande do Norte, . p.4*
- SILVA, Clodomiro Pereira da. *Política e Legislação de Estradas de Ferro: São Paulo, 1904.*
- TAKEYA, Denise. *Um Outro Nordeste: O Algodão na Economia do Rio grande do Norte (1880-1915). Fortaleza, Banco do Nordeste*

do Brasil, 1985.

Documentação

Arquivo do Itamaraty. Diversos ofícios de autoridades brasileiras trocados com dirigentes de ferrovias londrinas.

Arquivo Estadual Jordão Emerenciano, Recife. Diversos códices manuscritos. Estrada de Ferro. ofícios e balancetes da Recife-São Francisco e relatórios dos engenheiros fiscais de diversas ferrovias pernambucanas).

Arquivo Público da Paraíba, Vários ofícios do Presidente do Estado Venâncio Neiva para a Comissão de Socorros Públicos, Paraíba, 1890, cx.9

Ministério da Fazenda. Relatórios e Anexos para os anos de 1877 a 1880; Proposta e

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Notas do Conde D'Eu escritas durante viagem pelas Províncias do Norte do Brasil (...) 1889.

Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) UFPB. Relatórios de Presidentes de Província da Paraíba e Rio Grande do Norte.

Relatório do Ministério da Fazenda (1882/3); Idem, Report for 1884; Idem, para 1886/6;

Public Record Office (Londres). Sessão Foreign Office. British Parliamentary Paper. Relatórios diplomáticos da Legação Britânica no Brasil.

Relatórios de Presidentes de Província (Pernambuco) (R.93-A). "Contratos 1878";

The Railway Times

NOS DESTINOS DE FRONTEIRA: A INVENÇÃO DO NORDESTE

(A PRODUÇÃO IMAGÁTICO-DISCURSIVA DE UM ESPAÇO REGIONAL)

*Durval Muniz de Albuquerque Júnior**

A minha tese **O Engenho Anti-Moderno: A Invenção do Nordeste e Outras Artes**, ponto de partida deste texto, nasceu do encontro entre um historiador infante e um pensamento infame. Um pensamento que chama atenção o para as margens, os limites, as fronteiras, onde vidas sem fama, anônimas se manifestam, brilham, quando se batem com o poder, “trocando com ele palavras breves e estridentes”, para depois retornarem as brumas de existência. Estas vidas de fronteira me fizeram pensar nas fronteiras da vida, em como historicamente se traçaram as bordas de nossa identidade, em como foi traçada a geografia que nos marca e nos demarca. Este trabalho buscou pensar, pois, as condições históricas que possibilitaram a emergência de uma experiência fundamental para a constituição de sujeitos na modernidade, a experiência das nacionalidades. Que sofisticado dispositivo fez os homens se pensarem como membros de uma nação e as consequências, que daí advieram, para as antigas solidariedades espaciais, para as demarcações regionais.

O pensamento de Michel Foucault, que se orienta pela heterotopia, que luta contra o lugar-comum, nos levou ao questionamento de nosso próprio lugar, a medir a distância entre nosso topos e ele mesmo, entre nosso presente e ele mesmo. Presente marcado pelo questionamento em torno da nossa identidade nacional, pela estridência cada vez maior das vozes discordantes, dos dis-

* Doutor em História, Professor do Departamento de História e do Mestrado em Sociologia – Centro de Humanidades, Campus II, UFPB.

cursos regionalis, expondo as fraturas de nosso próprio rosto, mostrando os membros esquartejados de um corpo nacional que aparecia como saudável e solidificado, após um longo e linear processo de crescimento. A nação que parecia ter uma história sem rupturas, surge como um problema, diante das enormes dificuldades em falá-la e vê-la da mesma forma. As regiões que pareciam demarcações obsoletas, um problema equacionado pelo processo de integração nacional, seja no campo econômico, político ou cultural, que eram vistas como espaços diferenciados pelo processo de desenvolvimento nacional, mas capazes de serem equiparados através de políticas de planejamento, servem cada vez mais de referência para a emissão de discursos regionalistas e para práticas discriminatórias em relação a “outros brasileiros”, fatos que são tomados como sintomas da fragilidade da nossa identidade nacional, como produtos do esgarçamento do tecido da nação.

Se tantos discursos falam hoje em esgarçamento do tecido nacional, podemos chegar a conclusão que tanto a nação como as regiões antes de serem recortes espaciais já inscritos na natureza, são produtos de uma tecelagem histórica e social. Estas fronteiras que nos marcam e nos demarcam, foram tecidas em algum momento histórico e a partir de dadas condições. Coube pois, a este historiador, tecelão de outras tramas vãs, procurar cortar este presente que nos aparece como inteiriço, estes espaços que superficialmente se nos afigura como contínuos e naturais, para encontrar as suas linhas de constituição, para se deparar com o magma escaldante das lutas, dos embates entre forças que os fizeram aflorar e se cristalizar. Trabalho, pois, que discute o tempo inteiro o próprio papel da história e do historiador hoje. História que em vez de nos trazer de volta o passado, de se empenhar em fazê-lo conhecido, busca tornar o presente desconhecido de si mesmo, fazendo sua ontologia, descobrindo-o como diferença, refletindo sempre sobre os limites históricos que nos são impostos, inclusive os limites espaciais.

Neste trabalho o que se buscou fazer foi um estudo sobre as práticas históricas, sejam discursivas ou não, que nos levaram a pensar, agir e ser de uma determinada maneira. Pensar as condições históricas que os fizeram ser brasileiros e mais particular-

mente “nordestinos”. Pensar que relações de força e que práticas fizeram emergir no começo do século o recorte espacial Nordeste. Pensar que saberes este recorte possibilitou e o constituiu e reelaborou permanentemente. Como esta identidade regional foi dada à subjetivação e ao mesmo tempo que mecanismos de assujeitamento esta espacialidade pôs em funcionamento.

Num primeiro momento procuramos acompanhar a emergência do dispositivo das nacionalidades e da formação discursiva nacional-popular, sem os quais era impossível se pensar a nação e a região nestes termos; as mudanças na sensibilidade social em relação ao espaço; as mudanças da relação entre olhar e espaço trazidas pela modernidade, pela nova sociabilidade urbana e industrial e pelo trauma causado pela Primeira Guerra Mundial, que fizeram desabar significações dadas ao tempo, ao espaço e a história. Fazemos, pois, inicialmente a crônica da ruptura com a sensibilidade naturalista, da ruína de uma determinada geografia, que possibilitou o pensar a região e a nação como produtos culturais. Mudanças que permitiram a emergência de um regionalismo, que já não era provinciano no campo da política e nem pitoresco no campo artístico. Afirmamos, pois, ser o Nordeste uma invenção da modernidade brasileira, embora uma invenção reativa.

Surgindo como filho tardio das práticas ligadas ao combate a seca no Norte do país, dos discursos que se teceram em torno desta temática e de outras, como as da nação e sua identidade, da raça nacional, da cultura nacional, do cangaço, do messianismo e das lutas oligárquicas, o Nordeste, torna-se um recorte espacial que passa a ser preenchido com inúmeras imagens e textos. Sua topografia será permanentemente tecida e retramada por uma série de discursos que o toma como objeto de saber, produzindo diferentes visibilidades e dizibilidades deste espaço, bem como dos seus filhos e sujeitos históricos. O nordestino, assim como o Nordeste, serão dotados de diferentes máscaras dependendo da perspectiva com que são abordados, do regime discursivo em que são inseridos, do momento em que são tematizados.

“As primeiras leituras do Nordeste o toma como “espaço da saudade”. A questão regional, o Nordeste e o nordestino, são pen-

sados por uma série de discursos que partem das temáticas da origem e da tradição. Estes discursos têm como consciência do tempo uma maneira narcósica de se referirem ao passado, ao quererem garantia e soberania do sujeito do presente no passado, a estabilidade, ao longo do tempo, de como pensamos, agimos e somos. Um tempo visto como sucessão, prometendo-o a si mesmo como acabamento, origem ou retorno. Ou seja, esta espacialidade do presente e seu sujeito, têm aí como condição de possibilidade uma espacialidade e um sujeito primeiro e mais profundo a qual se deve remeter. Discursos como o de Gilberto Freyre, José Lins do Rêgo ou Ariano Suassuna, criam a imagem de um espaço preso a um tempo contínuo e totalizador. Em vez de dispersão temporal e espacial, temos unidade. As diversas historicidades que recorram uma espacialidade seriam unificadas pela atividade sintética do sujeito regional, de quem o autor do discurso é pensado como representante. A história é aí memória e promessa de superação do esquecimento das origens em que nos encontramos, de encontro com a nossa face autêntica que foi recalçada pela história, de reencontro com o projeto fundamental que somos. Discursos que ao mesmo tempo que falam de uma distância entre presente e passado, tentam mostrar que este continua bem vivo no presente e assim deve ser. Discursos que fabricam uma tradição a pretexto de reencontrá-la e religá-la ao presente. Que buscam cicatrizar as feridas trazidas pela história, trabalhando com a suposição da existência de uma subjetividade constante que a guiaria. Estes olhares nostálgicos de tempos e espaços outros, o que mais temem é o corte, a descontinuidade, o choque que as rápidas mudanças trazidas pela história significam.

O Nordeste de árvores gordas, de sombras profundas, de bois pachorrentos, de gente vigorosa e às vezes arredondada quase que em sanchos-panças pelo mel de engenho, pelo peixe cozido com pirão, pelo trabalho parado e sempre o mesmo, pela opilação, pela aguardente, pela garapa de cana, pelo feijão de coco, pelos vermes, pela erisipela, pelo ócio, pelas doenças que fazem as pessoas incharem, pelo próprio mal de comer terra, como quer Gilberto Freyre. O Nordeste das famílias patriarcais descansando em baixo de frondosas mangueiras, da paisagem azul e rosa dos qua-

dros de Cícero Dias. Nordeste dos fantasmas que se esgueiram por trás de objetos de casas-grandes, dos animais fantasmagóricos de bumba-meu-boi dos quadros de Lula Cardoso Ayres. Nordeste da Bagaceira, dos Meninos de Engenho, do Banguê ameaçado pelas Usinas. Nordeste do sertão tradicional, do qual se sente muitas saudades quando se migra para as cidades ou para o Sul. Sertão do castelo fincado em Pedra de grande altura, feito de pedra e cal, sua muralha segura. Castelo do sertão da Espinhara, junto à vila de Pombal, onde habitava o poderoso Barão Afonso Durval, que ainda vinha ser parente da Família Imperial.

Outras leituras do Nordeste o toma como "território da revolta". Uma série de discursos que pensa a questão regional, o Nordeste e o nordestino, a partir do tema da revolução social e da teleologia que ele implica. São discursos que supõem ser a história outra coisa do que aparenta, supõem a existência de um projeto fundamental que a guia em segredo. Fazem uma ontologia da profundidade, onde se busca um reencontro no futuro com uma verdade do homem perdida em algum momento da história. Trabalham com a existência de universais históricos e com a existência de objetos ou mecanismos de funcionamento para além da dispersão do tempo. É uma história indivisa, que pode se comprazer em olhar o longínquo sem ter que, com ele, controlar suas relações ou melhor, falseando suas relações. São discursos onde os sujeitos apagam o lugar de onde falam e de onde olham, como se ocupassem um lugar fora do presente e da história, podendo definir o seu sentido último e íntimo. Discursos que tais como os anteriores abominam o presente e se fixam no sonho de uma temporalidade futura, temporalidade advinda de um corte de alto a baixo na história trazendo as definitivas verdade e liberdade humanas. Discursos empenhados em traçar o Nordeste como o espaço exemplar da miséria e da injustiça social advindas do sistema capitalista, que precisa ser ultrapassado. Como o lugar onde se faz presente indícios da capacidade de revolta do povo brasileiro, embora revoltas primitivas e sem as necessárias condições subjetivas de ultrapassagem da alienação e para o encontro da consciência.

... É o Nordeste dos sertões de areia seca rangendo debaixo dos pés. Os sertões de paisagens duras doendo nos olhos. Dos manda-

carus, dos bois e cavalos angulosos. Das sombras leves como umas almas do outro mundo com medo do sol. Nordeste das vidas secas, de figuras de homens e bichos que nas retiradas vão se alongando, para se tornaram vultos compridos que se arrastam entre a poeira das estradas.

Nordeste do menino morto na rede, das figuras expressionistas de esqueletos que erguem seus braços, só ossos, para os céus e derramam compridas lágrimas que saem de seus olhos vazados, dos quadros de Portinari. Nordeste de Deus e do Diabo se digladiando nas figuras do beato e do cangaceiro. Nordeste do pobre, do pouco, do menos, dos severinos amarelos até na alma, dos comendadores derramando no Parlamento e em seus congressos a retórica balofa, carcomida, porosa como velhas cidades barrocas a se esfarelarem pelo trabalho constante das águas.

Nordeste dos heróis populares, do negro sensual e sábio, dos capitães da areia que sonham em ser famosos como Lampião. Nordeste, seara vermelha. Estes discursos acreditam ser papel da história oferecer uma alternativa, fazer profecia. Acreditam que a liberdade depende da descoberta de nossa essência. Neles o nordestino é um sujeito cuja identidade transcendente, seja ela definida como anterior ao tempo, ou seja como projeto, como trajetória a se efetivar no tempo. No entanto, vamos encontrar no movimento tropicalista uma outra forma de abordar a questão regional, o Nordeste e o nordestino. Neste, os discursos não tomam a experiência como momento fundador da verdade, mas como produto de dadas condições de possibilidade que devem ser compreendidas. A ênfase não se dá, aí, na experiência, mas em sua transgressão, na transgressão dos limites históricos, das fronteiras que impediam a transformação da cultura brasileira e nordestina, mais particularmente. Tomam a experiência, a tradição da Música Popular Brasileira, principalmente aqueles sons vinculados a uma identidade regional, não para sacralizá-los, mas para reinvesti-los em novas experiências, transgredindo suas regras de produção e de recepção. O regional deixa de ser limite, para ser ponto de partida. A liberdade é aí uma abertura para o indefinido que a seguir se limita. Não é o libertar algo, mas o libertar-se de algo. Um processo incessante, permanente e não finalista. Uma história sem pro-

fecias, mas onde tudo é perigoso, é divino e maravilhoso. Uma história antropofágica, que dilacera as verdades que compuseram o brasileiro e o nordestino, que mistura carnavalescamente nossas várias faces e falas, alegorizando nossa identidade remendada.

História onde não existe a esperança de um mundo melhor, pois supõe que a todo momento novos problemas surgem, e assim, incessantemente devemos lutar. Uma história hiperativa, sem êxtases, onde somos livres, porque temos capacidade de resistir, de sermos sempre novos baianos, doces bárbaros que invadem a cidade velha e a transformam na cidade amada.

Para os tropicalistas o ser nordestino passa a ser apenas mais uma roupa de plástico que se veste, um acúmulo de diferenças, uma "cartografia de alegrias". A identidade um acontecimento feito de saturações progressivas, sempre inacabado. Pois, para desfamiliarizar o presente é preciso a construção de novos lugares, novos territórios simulados pelo desejo, onde se afirme não a existência de algo melhor, mas sua possibilidade. É preciso afirmar a atração negligente pelo lado de fora, pelo estrangeiro. Não pensar na exclusão, mas na inclusão. Qualquer coisa é jóia, por que não? Pensar, cantar o Nordeste é desprender-se de si mesmo e de sua verdade, é não estar satisfeito com a visibilidade e a dizibilidade deste. É torná-lo outras palavras, dar a ele outras cores e nomes, é refazê-lo, realçá-lo como favela e festa. Afirmar a não existência do nosso lugar, que somos erráticos, sem lenço e sem documento. Apenas navegamos, nem Bahia, nem Brasil, entre o oculto e o óbvio. Com ele o Nordeste deixa de ser o lugar da tradição, para ser da modernidade também, deixa de ser raiz para ser rizoma que se prolifera em muitas direções. São Paulo e Nordeste deixam de ser pólos antagônicos de nossa identidade, para serem momentos agônicos e vir a ser. Iniciei esta apresentação afirmando que o ponto de partida deste meu trabalho foi o pensamento infame de Michel Foucault. Mas fazendo isto não estaria colocando-o na origem de meu texto, retirando o que tenha dito fora do tempo, justo ele que queria que seu pensamento fosse um acontecimento efêmero. Ora, mas ele queria que seu discurso fosse usado, produzisse diferença e fosse finalmente ultrapassado. Ele queria que seus livros fossem usados a partir das lutas do presente, nos

ajudando a resistir ao que existe, nos aproximando da infâmia, nos dirigindo contra as nossas mais doces verdades, aos poderes que aceitamos, as identidades que pedimos. Daí este trabalho ter usado o pensamento de Foucault e de outros autores para pensar o problema dos regionalismos e nacionalismos, da identidade do Nordeste e do Brasil, não para salvá-los, mas para destruí-los, colocando no horizonte a possibilidade de vivermos sem estas prisões identitárias. Como não existe um ser autêntico do autor, como ele é a manifestação de sua diferença, é a transformação de si, esta escrita não conjurou nem a morte de todos os autores que aí desfilam, nem a minha própria, mas a estabeleceu, fez com que uma parte de nós se perdesse. Como diz Foucault, o motivo de individuação de um discurso não é o reconhecimento do direito natural de propriedade, e sim um meio de o tornar passível de punição, de transgressão, de produzir diferença. Espero que o trabalho que hoje os apresento seja ponto de partida para a produção de outros textos, que retomem sua problemática, o ultrapassando e esquecendo o que ele mesmo dizia. Eis-me aqui não dono de uma verdade, mas passível de punição por ter coragem de ter escrito. O que me tranquiliza é saber que este suplício com certeza é menos dolorido que aquele inflingido a Damians. Mas já ouço o estalar das articulações, mãos à obra senhores.

TRABALHADORES CAMPONESES MIGRANTES

HISTÓRIAS DE VIDA E IDENTIDADE

*Marilda Aparecida de Menezes**

O objetivo deste artigo é analisar o uso de histórias de vida e de entrevistas abertas feitas entre trabalhadores camponeses migrantes de cana-de-açúcar no Nordeste do Brasil. Dois aspectos serão discutidos aqui. Primeiramente, através dos testemunhos orais documentados, é analisada a vida diária do grupo. Segundo, a identidade do grupo é construída através de suas estratégias de vida, ou seja, a forma como eles se representam seu trabalho, sua cultura e sua política; e quais tem sido suas práticas sociais. Embora em termos teóricos, eu adote aqui categorias tais “camponeses” e/ou “trabalhadores migrantes”, as identidades são processos muito mais complexos do que as delimitações dessas categorias. A análise é baseada na discussão de algumas idéias teóricas e em algumas histórias de vida e entrevistas abertas preliminares feitas de outubro a dezembro de 1993 no Nordeste do Brasil.

Eu escolhi dois lugares para um “estudo do caso”. A “área dos camponeses” fica no município de Fagundes que está localizado na região do Agreste da Borborema, estado da Paraíba, no Nordeste do Brasil. A Paraíba possui 56.372 Km² e representa 0,66% do território nacional e 3,6% do Nordeste. Este é o lugar de “origem”, onde os camponeses nasceram e vivem com as suas famílias. A Região Nordeste possui altos índices de migração, tanto das áreas rurais para as áreas urbanas, como para fora da região. Fagundes acompanha esta tendência. Sua população cresceu 1,5% durante os anos 60, e nos anos 70 não houve aumento na população, enquanto o crescimento da população no Brasil foi de

* Professora da Universidade Federal da Paraíba; Estudante PHD, Universidade de Manchester/Departamento de Política Social

2,5% nos anos 70.

A área dos trabalhadores migrantes é “Engenho D’água”, uma vila de trabalhadores rurais localizada dentro de uma fazenda de cana-de-açúcar no município de Igarassu, estado de Pernambuco.

A costa litorânea de Pernambuco tem, desde o período colonial no século XVIII, baseado sua economia nas plantações de cana-de-açúcar. Igarassu está localizada na Costa Norte de Pernambuco, em uma região chamada “Mata Norte”. As relações de trabalho nas plantações de cana-de-açúcar baseiam-se em trabalhadores assalariados. Eles são trabalhadores tanto permanentes como temporários. Os trabalhadores permanentes, na sua maioria, vivem nas cidades locais e os temporários vêm de outras regiões dos estados de Pernambuco e da Paraíba. Os trabalhadores locais moram nas propriedades do “usineiro” dentro da fazenda, ou fora dela, em suas próprias propriedades. Os trabalhadores que moram fora são contratados principalmente no período de colheita — de setembro a março — e moram dentro da fazenda em casas coletivas, uma espécie de “alojamento”. Cada fazenda de cana-de-açúcar (“usina”) possui várias casas coletivas. “Engenho d’água é uma vila de cana-de-açúcar onde existe um alojamento com setenta trabalhadores de Fagundes. Eu escolhi “Engenho d’água porque todos os seus residentes são da “área de camponeses” estudada. Os outros alojamentos acolhem pessoas de diferentes lugares. Na literatura internacional e na brasileira, estes trabalhadores são chamados de “trabalhadores temporários” ou “migrantes temporários”. No entanto, no Nordeste eles são comumente chamados de “corumbas”. Esta denominação não parte de uma idéia acadêmica, mas expressa os atributos pelos quais os “trabalhadores temporários” são conhecidos, tais como a região de onde eles são — Agreste e Sertão — que são áreas áridas; o espírito gregário deles, ou seja, a forma como eles se ligam uns aos outros por laços de amizade ou de parentesco; e ainda o fato deles serem considerados como tendo grande capacidade para o trabalho. (Andrade, 1980:111). No “Engenho d’água”, os migrantes da Paraíba são identificados pelas pessoas locais e pelos empreiteiros de cana-de-açúcar como “paraibanos”. Esta denominação não significa apenas

o lugar de origem desses trabalhadores, mas expressa antes que eles formam uma categoria a qual algumas características sociais, culturais e políticas estão relacionadas. Os "paraibanos" são considerados trabalhadores passivos; isto significa que eles aceitam salários mais baixos do que os "pernambucanos", e não tomam parte nas greves. Os proprietários de cana-de-açúcar ("usineiros") reforçam esta representação dos trabalhadores temporários vindos da Paraíba para promover a divisão dos trabalhadores. Esta situação compõe a base de alguns conflitos entre "paraibanos" e "pernambucanos" (trabalhadores locais).

A migração representa um importante papel na sobrevivência das famílias de camponeses na região estudada. Espera-se que o uso das histórias de vida cubra também um período mais extenso. Isto significa retornar a gerações passadas da família/indivíduo. Na entrevista, estou enfocando os múltiplos movimentos migratórios da geração atual. É difícil obter dados precisos sobre os movimentos migratórios. Durante os anos 70 e 80 alguns pesquisadores, especialmente os demográficos, fizeram alguns esforços para avaliara assim chamada "migração múltipla", mas com pouco sucesso. No entanto, através das entrevistas e das histórias de vida, foi possível identificar os principais movimentos migratórios de uma pessoa e/ou família. Os camponeses migram comumente para as metrópoles dentro e fora do Nordeste ou vão trabalhar temporariamente em alguma colheita dentro da região ou fora desta. A maioria deles são homens, solteiros ou casados; a idade média é de 25 a 40 anos de idade.

Como migrantes, os camponeses têm experimentado relações de trabalho, culturas e atividades políticas diferentes. Algumas vezes, eles são trabalhadores temporários e em outros, proletários urbanos. Ser um trabalhador assalariado em uma colheita de cana-de-açúcar ou um proletário em uma fábrica ou no setor de serviço não é uma escolha pessoal. Depende das oportunidades de trabalho, do ciclo de vida, das amizades, parentesco e dos julgamentos pessoais sobre essas opções.

Usar histórias de vida e entrevistas tem se revelado uma boa metodologia para entender essas características da vida diária.

Como P. Thompson (1992, p. 111) diz: “as histórias de vida enfatizam os aspectos do trabalho, família, e vida diária, e não apenas os aspectos da militância política e da vida pública”.

Embora o documento da vida represente a singularidade da vida de uma pessoa ou família, pode ser uma referência do grupo social ao qual a pessoa pertence.

P. Thompson acredita que não existe separação entre a subjetividade e o “fato”.

“A subjetividade que alguns consideraram como um ponto fraco dos documentos orais pode também fazê-los singularmente valiosos. A subjetividade é um fato histórico bem como os “fatos” mais visíveis. Aquilo em que a pessoa entrevistada acredita é um fato (isto é, o fato de que ele acredita neste) bem como o fato realmente aconteceu”. (Thompson, 1991, p. 183). O contraste entre a objetividade e a subjetividade é um dilema clássico das ciências sociais que está fortemente incorporado no positivismo. Esta polarização pode ser analisada em outros termos teóricos e metodológicos. Desse modo, o amplo debate sobre as representações sociais (os mitos, os sonhos, a vida diária) na sociologia contemporânea é uma tentativa de afastar o discurso científico do contraste mecânico entre a objetividade e a subjetividade. A realidade social não é apenas definida pelas condições objetivas, mas também pelas formas de interpretá-las. A realidade e o pensamento são indissociáveis.

“A imaginação não é apenas uma construção da mente, ela é também o modo através do qual os homens agem sobre eles próprios, uma ação auto-plástica que ganha muito mais importância quando a ação aloplástica (que transforma a realidade externa) se revela impossível (Silva In: Pastoral dos Migrantes, p. 2).

Em histórias de vida, Plummer diz:

“É um grande erro ver as histórias de vida como totalmente individualistas — as vidas se movem persistentemente através da história e da estrutura. Como tal, mais do que qualquer outro método, elas permitem alcançar um senso da totalidade de uma vida”. (Plummer, 1983, p. 69).

Em minha tese de mestrado (Menezes, 1985) eu observei a

migração de camponeses do Estado da Paraíba, no Nordeste do Brasil para a metrópole de São Paulo, no sudeste do Brasil. A análise estava centrada nas mudanças da estrutura sócio-econômica do camponês. Eles foram submetidos a um processo de pauperização e a migração era uma estratégia de sobrevivência da família camponesa. Alguns membros da família que migraram, ajudam aqueles que permaneceram no campo. A migração liga a vila rural diretamente às grandes cidades que estão a até 4.000 Km de distância das áreas de camponeses. Embora os migrantes não tenham se envolvido em movimentos sociais expressivos, a mobilidade aparece no discurso deles como uma forma de resistência às relações de poder na agricultura. Avaliando o discurso de um grupo de camponeses — os “moradores”⁹⁷ — eu percebi que eles vêem sua relação com o proprietário das terras como dependente e submissa. Assim, as estratégias de vida não são apenas um modo de sobrevivência econômica, mas também uma tentativa de evitar as relações de dominação no “latifúndio”. Este exemplo mostra que a ação e a representação (pensamento) são indissociáveis.

Os trabalhadores migrantes camponeses representam uma condição uma condição histórica da reprodução camponesa⁹⁸. Eles têm experimentado em suas trajetórias de vida, diferentes tipos de relações de trabalho e culturas. Eles têm também participado de movimentos sociais onde quer que eles estejam, nas áreas de camponeses, nas fábricas, na construção civil ou na agricultura.

A questão a ser considerada aqui é: até que ponto a experiência de vida durante a trajetória migratória está incorporada dentro da ação e representação dos trabalhadores camponeses migrantes. A experiência de vida expressa diferentes tipos de relações de trabalho, relações sociais e participação em movimentos

⁹⁷ “moradores” significa um camponês que não possui a terra e que trabalha e vive dentro da propriedade de alguém. Eles representam uma categoria histórica no Nordeste do Brasil ligada ao “latifúndio”. Significa um sistema cultural, político, social e econômico baseado na concentração de vastas extensões de terra nas mãos de famílias dominantes.

⁹⁸ Uma discussão detalhada sobre esta afirmação pode ser encontrada em meu projeto PHD: “Trabalhadores Migrantes Camponeses: trajetórias migratórias e identidade”. Universidade de Manchester, Departamento de Política Social, não publicado, julho de 1994.

sociais. Em outras palavras, como entender que é este grupo, são eles camponeses? Ou são camponeses num processo de proletarização? Ou são eles completamente proletariado? Como eles podem ser identificados, ou como eles identificam-se a si mesmos?

Mesmo em uma pauperização extrema, onde os camponeses são em grande parte dependentes dos salários, eles mantêm certos aspectos culturais das comunidades camponesas. Esta não é uma comunidade camponesa clássica que constitui um tipo ideal ou como as que se encontram em certas partes tradicionais do mundo, mas ela não tem se convertido em uma vila proletária. O fato de não deixarem “definitivamente” o campo quando vão para as cidades ou para áreas mais proletárias, não se justifica sempre por razões econômicas. Algumas vezes, isto representa uma tentativa de preservar certas características da vida camponesa, tais como: as relações de amizade e parentesco. O mesmo ocorre nas áreas de cana-de-açúcar. Os trabalhadores migrantes camponeses podem não ser identificados como proletários rurais, mas esta dupla identidade interfere em suas ações e representações no contexto do trabalho assalariado. Embora eles sejam completamente dependentes do salário, a sociabilidade que existe nos alojamentos é um mistura de características do proletariado rural e do camponês. Algumas vezes, eles preparam a comida individualmente e em outras, eles formam pequenos grupos pelas relações de amizade e parentesco. A ajuda mútua tem sido observado em certas ocasiões, como compartilhar comida e fornecer remédios. Desta forma, eu sou levada a acreditar que os “trabalhadores camponeses” formam uma identidade específica. Isto significa que certos padrões culturais têm sido preservados e outros têm se modificado ou existe ainda uma mudança no significado de certos padrões culturais tradicionais.

É importante analisar esta condição social híbrida porque ela constitui o suporte sobre o qual eles agem e representam as relações sociais em que eles estão envolvidos.

Eu posso dizer que a experiência como camponês ou como trabalhadores migrantes são lentes através das quais os trabalhadores migrantes camponeses vêem o mundo (Menezes, 1993).

O problema não é propriamente defini-los como camponeses ou trabalhadores migrantes, mas é analisar como suas identidades têm sido construídas através das estratégias de vida. A tentativa de colocá-los em uma ou outra categoria deve distorcer a identidade deles para preservar uma conceitualização teórica.

B. Bozzoli tem analisado histórias de vida de mulheres que migraram para outras cidades e retornaram para sua terra natal quando já estavam mais velhas. Ela observou claramente como certas idéias teóricas são inapropriadas para compreender a identidade de alguns grupos sociais.

“Através de uma mistura de “materialismo” e “africanismo”, o livro apresenta ambas as identidades e as estratégias das mulheres que têm suas origens em sua infância em Phokeng, e depois sugere que cada mulher formou sua estratégia de vida em termos fornecidos pela realidade do precapitalismo e da sociedade camponesa sob o impacto do colonialismo mercantil...” (p. 236).

Eu pretendo verificar como os trabalhadores migrantes camponeses têm incorporado as experiências de vida durante a trajetória migratória dentro de suas práticas políticas e culturais. Em outras palavras, como a experiência de vida é incorporada dentro da construção da identidade dos trabalhadores migrantes camponeses?

Para se tomar um exemplo. Por um lado eles valorizam a vida em comunidade, tal como as relações próximas, as festas, os parentes, a noção de tempo, que é cíclica e não linear, e por outro lado, eles se sentem mais livres para criticar o modo como a elite rural domina os camponeses.

Os trabalhadores locais e os líderes da união do comércio dizem que os trabalhadores migrantes camponeses enfraquecem o movimento social dos trabalhadores de cana-de-açúcar, porque eles aceitam conformadamente salários baixos, são obedientes e trabalham pesado. Embora isto seja verdade, a experiência de vida na área de cana-de-açúcar tem lhes permitido serem mais conscientes de seus direitos trabalhistas. Este processo tem se construído não apenas na ação das uniões de comércio, mas também na vida diária. Existem certos conflitos entre trabalhadores

locais, “os pernambucanos”, e os trabalhadores migrantes, “os paraibanos”. No entanto, é possível observar no trabalho de campo preliminar que existem também relações de amizade, principalmente nas atividades de lazer, tal como: festas, jogos de futebol e outros jogos; nos bares e nas celebrações religiosas. Os “pernambucanos” costumam dizer que os “paraibanos” estão ficando espertos, isto quer dizer que os “paraibanos” estão aprendendo a defender os direitos trabalhistas.

Os pesquisadores interessados em identidades, processos de conscientização e de classe têm usado muito as histórias de vida e entrevistas.

Bozzoli (1991) usou histórias de vida para estudar as formas de consciência que as mulheres migrantes expressam em suas *próprias interpretações de suas histórias*.

A identidade dos trabalhadores migrantes camponeses não está formada apenas pelas relações de produção locais e imediatas, mas também pelas múltiplas experiências de vida, tais como estratégias de sobrevivência, participação em movimentos sociais, relações de sociabilidade, relações de trabalho.

A perspectiva de abordar a identidade através das histórias de vida e entrevistas não significa que as representações dos trabalhadores migrantes camponeses são o espelho da identidade deles. Quando eu considero a entrevista e as histórias de vida como uma representação, eu estou tratando-as como “texto” na mesma perspectiva de Bozzoli.

“As histórias de vida têm sido tratadas como textos, refletindo imperfeitamente as vidas e mais precisamente revelando o “mito cultural e psicológico”. (Bozzoli, 1991, p. 6). O conteúdo das histórias de vida e das entrevistas deve ser submetido à análise. Como Bozzoli diz, é necessário que se tenha uma visão crítica para se mudar a riqueza da real evidência a partir da carga da ideologia, da memória escassa e do erro intencional que ocorre”. (Bozzoli, 1991, p. 7).

Os pontos metodológicos suscitados por Bozzoli são muito importantes, pois as histórias de vida não são meramente uma técnica para se acessar os dados, mas ela constitui uma aborda-

gem teórico-metodológica. Em outras palavras, analisando as histórias de vida, Bozzoli discute teoricamente o processo da identidade e da consciência. O grupo pesquisado por Bozzoli é formado por mulheres negras e trabalhadoras. A autora evitou classificar as mulheres através dessas categorias porque "elas são noções estruturalistas de determinação. (p. 239). Então, ela sugere uma outra abordagem:

"Sugere que a consciência seja formada historicamente, dentro de um nexos de estruturas, experiências, relacionamentos, eventos; tudo aquilo que é aproveitado pela mulher auto-consciente que procura encontrar sua própria estratégia de vida, e que não pode ser entendido usando-se um método de análise puramente estrutural ou sincrônico" (Bozzoli, 1991, p. 239).

Eu devo dizer que a análise da identidade dos trabalhadores migrantes camponeses não é uma questão de colocá-los dentro da categoria de trabalhadores migrantes ou camponeses ou trabalhadores temporários. Mas é considerar que eles estão delimitando, construindo identidades e o processo de conscientização a medida que eles estão falando sobre suas vidas. A tentativa de colocá-los em uma ou outra categoria deverá distorcer a identidade deles para preservar uma conceitualização teórica. O grande problema a ser enfrentado é o de como o cientista social pode inferir a partir do "texto" os sinais de identidade.

Como os trabalhadores migrantes camponeses é um grupo marginalizado pelo poder e possui poucos canais para serem ouvidos, ou para serem social e politicamente reconhecidos, eu entendo que as histórias de vida e as entrevistas podem ser um meio de reconhecer o lugar deste grupo na história. Malatian⁹⁹ fez histórias de vida com sapateiros em Franca, Estado de São Paulo, e observou que quando os sapateiros lembravam suas vidas eles estavam mostrando suas identidades. Assim, o retorno à história é uma forma de projetar o futuro. Esta idéia é amplamente apoiada pelos historiadores orais no Brasil e pelo historiador oral Britâni-

⁹⁹ M. Teresa Malatin. Exposição apresentada no Seminário "História Oral: uma utopia". Encontro Anual de ANPUH. Assoc. Nacional dos Professores de História. São Paulo, julho de 1993.

co, Paul Thompson, (1991, p. 22/4.). Desse modo, as histórias de vida e as entrevistas não são apenas uma abordagem teórica e metodológica, mas podem também contribuir para identificar a posição política de tais grupos.

RESUMOS DAS DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS NO
MESTRADO EM ECONOMIA, COM ÁREA DE
CONCENTRAÇÃO EM ECONOMIA RURAL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB) CAMPUS II
CAMPINA GRANDE-PB

INTERVENÇÃO DO ESTADO NA AGRICULTURA:
AVALIAÇÃO CRÍTICA DO P.R.R.A-RN. 1991. 165 P.

Autor: *José de Anchieta Ferreira Lopes*

Orientador: Paulo Nakatani

Discute-se a intervenção do Estado na agricultura, tendo como objeto de estudo o plano regional de reforma agrária do Rio Grande do Norte-P.R.R.A.-RN, e situando a questão agrária no contexto das transferências do desenvolvimento do capitalismo, e interpretando-a como medida que ajusta a estrutura agrária às novas exigências da produção agropecuária. No primeiro capítulo resgata-se o debate, discutindo-se a visão marxista em Marx, Kautsky, Engels e Lenin; faz-se a abordagem chayanovista em seguida, e, por fim, apresentam-se as análises mais recentes, sob o advento do complexo agroindustrial. No segundo capítulo, caracteriza-se a reforma agrária, resgata-se a polêmica em torno da viabilidade de uma reestruturação agrária para o Brasil e, no bojo dessa discussão, situa-se o PNRA. O P.R.R.A.-RN e a estrutura fundiária do Rio Grande do Norte são discutidos/analísados, respectivamente, no terceiro e quarto capítulos. No quinto capítulo faz-se uma análise crítica da metodologia de elaboração dos projetos de assentamento e dos resultados operacionais alcançados no final do período da execução do PRRA/RN, em 1989, pelos trabalhadores beneficiários da reforma agrária. A investigação permite captar, em maior profundidade, o real papel do Estado numa reforma agrária. Nesses termos, o PRRA/RN na sua formulação, e sobretudo nos resultados de sua execução, omite a existência dessa ruptura.

CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO DE DIFERENCIAÇÃO

CAMPONESA NA MODERNIZAÇÃO CAPITALISTA:

O CASO DA MICRORREGIÃO COLONIAL DE IRATI-PR, 1992. 155 p.

Autor: *Moacyr Doretto*

Orientador: Rene Louis de Carvalho

O trabalho foi efetuado no Estado do Paraná, mais especificamente na microrregião homogênea (276) colonial de Irati, em virtude de que já estavam em andamento estudos de tipologia de produtores realizados no Instituto Agronômico do Paraná-IAPAR, órgão responsável pela pesquisa agrícola estadual. O objetivo foi o de explicitar os fatores (processos) que contribuíram na dinâmica da diferenciação partindo de uma situação camponesa, fazendo-se também a conformação histórica das categorias de produtores. A análise parte da constatação de que, na microrregião, antes mesmo da expansão das relações capitalistas, na década de 70, não existia homogeneidade entre os agricultores. Estes se diferenciavam pela quantidade e qualidade dos recursos naturais sob sua propriedade e pela composição da força de trabalho familiar. Estas diferenças, entretanto, não se materializavam de forma expressiva no plano da produção, das técnicas utilizadas e do nível de vida. Na medida em que não existiam oportunidades mercantis seguras para a expansão da produção, os que possuíam maior quantidade de terra limitavam-se a cultivar o que correspondia a potencialidade de trabalho família. O uso coletivo das terras do criadouro expressava essa situação e afirmava os limites da diferenciação dos produtores.

CRISE E COLAPSO:
A POLÊMICA SOBRE O FUTURO DO CAPITALISMO. 1992. 158 P.

Autor: *José Álvaro de Lima Cardoso*

Orientador: Reinaldo Antônio Carcanholo

Buscamos no presente estudo fazer uma revisão bibliográfica a respeito da polêmica teórica sobre o problema das crises econômicas capitalistas e, a partir daí, avançar na compreensão deste complexo fenômeno sócio-econômico. Inicialmente empreendemos um levantamento das principais contribuições sobre crise e colapso geradas no interior da II internacional comunista, procurando extrair do debate ali realizado as questões fundamentais que o motivaram. Posteriormente, com base nos escritos de Marx e de seus seguidores, procuramos elaborar um esquema de análise que, através de uma ótica multicasual, interrelaciona-se de forma coerente os elementos centrais do problema das crises. Num terceiro momento, buscamos organizar o cerne das recentes contribuições sobre crise mais especificamente as teorias da regulação e as do "Profit Squeeze", analisando e criticando seus principais conceitos e hipóteses.

OS NÚCLEOS RURAIS DO DISTRITO FEDERAL. 1992. 159 p.

Autor: *Manoel Rebelo Júnior*Orientador: *Jurandir Antônio Xavier*

Os núcleos rurais nasceram com a cidade de Brasília, representando a primeira manifestação de se organizar uma agricultura de abastecimento na região. Apesar disto, até agora foram mal estudados, fazendo com que sejam vistos, desde a sua criação, como áreas de produção não-capitalistas. Esta dissertação procura assim, mostrar que tanto na fase de criação como nas fases seguintes, a estrutura global de produção sempre foi capitalista. Reflexo do planejamento idealizado pelo Estado capitalista desenvolvimentalista. O ciclo histórico oscila assim entre a euforia da criação e a crise subsequente, resultado da desordem político-administrativa do país; oscila entre a saída e a entrada em nova fase histórica onde a política de abastecimento é colocada em segundo plano, em prol de novas políticas agrícolas voltadas para o mercado externo. Os núcleos rurais também passam a segundo plano, acabando por fim a se adaptarem as novas políticas agrícolas, fazendo assim com que hoje predominem em seus lotes a especulação com os direitos de arrendamento, ou então a cultura da soja. Como locais de produção, os núcleos rurais não passam de lugares onde é posta em prática a lógica da acumulação capitalista, cujo resultado é por um lado, o enriquecimento privado e por outro, a miséria social.

PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO ATRASO DA AGRICULTURA PIAUIENSE:
A PEQUENA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. 1992. 406 p.

Autor: *Jaira Maria Alcobaca Gomes*

Orientador: Robério Ferreira dos Santos

O objetivo geral dessa investigação é estudar a produção e reprodução do atraso da agricultura piauiense e a pequena produção agrícola, até a década de 1980, verificando-se qual a participação dessa organização produtiva na prática agrícola arcaica, no contexto da tendência geral do desenvolvimento capitalista, e como esse processo ocorreu, especificamente na agricultura brasileira, de forma que seu espaço agrícola apresente uma agricultura moderna e uma agricultura atrasada, esta subordinada indiretamente ao capital. Para tanto, analisaram-se os elementos formadores da agricultura econômica piauiense (pecuária e extrativismo) como determinadores de uma agricultura apoiada na pequena produção no interior ou no exterior da grande propriedade, permitindo a produção de uma agricultura atrasada até a década de 1950. A partir de então, essa estrutura da pequena unidade produtiva na agricultura. Multiplica-se, consolidando essa atividade de caráter rudimentar como meio de sobrevivência do pequeno agricultor. Já o grande proprietário utiliza a pequena produção como meio de valorização da terra, apropriando-se da renda fundiária, do lucro comercial e da força de trabalho, acessoria do pequeno agricultor. Finalmente demonstra-se que a pequena unidade produtiva continua assumindo a natureza de pequena exploração, no pós-1970, marco da modernização agrícola brasileira reproduzindo os caracteres arcaicos na agricultura piauiense.

BEIRADEIROS DO RIO SÃO FRANCISCO - O ESTUDO SOBRE O
PROCESSO DE REPRODUÇÃO NA UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR
NUM ESPAÇO SÓCIO-ECONÔMICO RECONSTRUÍDO PELA INTERVENÇÃO
ESTATAL. 1992. 89 p.

Autor: *Telma Landin Santos*

Orientador: Claudet Coelho Guedes

O objeto desta pesquisa é o estudo das especificidades de vida, produção e reprodução do beiradeiro do Rio São Francisco, em duas comunidades do Município de Xique-Xique no Estado da Bahia, frente à ação do estado de destruição, reestruturação e desestruturação das condições de produção, na forma como implanta as políticas de desenvolvimento. A pesquisa demonstra que nesse processo de mudanças ocorridas, o beiradeiro busca estratégias de sobrevivência como pescador, agricultor e trabalhador assalariado para não ser subjugado completamente pelo capital e conservar a sua autonomia relativa enquanto produtor direto, definindo-se em sua categoria social, onde a integração dessas atividades é que lhes assegura a reposição dos meios de produção e da força de trabalho.

UM PROJETO ALTERNATIVO PARA A PEQUENA PRODUÇÃO ALGODOEIRA NO AGRESTE PARAIBANO - UMA ANÁLISE EX-ANTE DOS IMPACTOS ECONÔMICOS SOCIAIS. 1992. 201 p.

Autor: *Ivaldo Mário Cavalcanti Brandão*

Orientador: *Robério Ferreira dos Santos*

A finalidade maior deste trabalho é efetuar uma análise econômico-social ex-ante do pac-projeto de ação concentrada, sub-projeto do algodão: região agreste, verificando sua viabilidade e os efeitos que ele promoverá na atividade algodoeira da área. Objetiva também, mensurar o incremento de renda que ele proporcionará aos pequenos produtores seus beneficiários e ao Governo, em seus múltiplos níveis. O problema estudado e visualizado na ótica do enfoque de complexo agroindustrial-CAI, como forma de melhor perceber as articulações que a agricultura mantém com o setor industrial. Analisa-se também, o PAC em seus aspectos tecnológicos e suas repercussões na área de abrangência do projeto. Apesar de haver uma boa receptividade por parte dos candidatos a beneficiários, constatou-se uma grande preocupação com o custo do dinheiro disponível para o seu financiamento, cuja correção monetária plena é incompatível com a capacidade de pagamento que os pequenos cotonicultores defendem. Por último, constata-se que mais uma vez o Governo escamoteia o problema da questão fundiária que há séculos, angustia os produtores rurais sem terra que vem na proposta apresentada, mais uma solução paliativa.

EXTRATIVISMO E CAPITALISMO: A MANUTENÇÃO,
FUNCIONAMENTO E REPRODUÇÃO DA ECONOMIA EXTRATIVISTA
DO SUL DO AMAPÁ. 1992. 246 p.

Autor: *Antônio Sérgio Monteiro Filocreto*

Orientador: Fernando Garcia de Oliveira

As grandes transformações sócio-econômicas ocorridas nas últimas décadas na Amazônia, resultantes da entrada do grande capital na região, apesar de ofuscarem o extrativismo vegetal autossustentável na dinâmica regional, não levaram ao seu completo desaparecimento, apesar do tratamento marginal, dispensado a este tipo de atividade, no modelo de desenvolvimento implantado na região. Se percebe inclusive, na metade da década de 80, seringueiros, castanheiros, ribeirinhos e índios, se organizando politicamente para frear o processo de destruição da floresta, que o modelo de desenvolvimento impunha para a região. Tornando assim, a revalorização do extrativismo vegetal, como uma bandeira de luta, que alia os povos na floresta aos movimentos ambientalistas mundiais, levando a criação de reservas extrativistas, como uma proposta de desenvolvimento para as regiões de tradição extrativista. A persistência do extrativismo vegetal. Mesmo concorrendo com os grandes projetos agroflorestais e minerais altamente subsidiados com os recursos governamentais, suscitou a proposta para um estudo na região sul do Amapá, tradicionalmente extrativista e atualmente sobre o controle e a influência de um grande projeto, o Projeto Jari.

ESTADO CAPITALISTA E POLÍTICAS PÚBLICAS
(ESTADO BRASILEIRO, PROCESSO DE OCUPAÇÃO CAPITALISTA E
EXTRATIVISMO DE BORRACHA NA AMAZÔNIA). 1992. 486 p.

Autor: *José Fernandes do Régio*

Orientador: Fernando Garcia de Oliveira

O Estudo visa compreender o Estado Brasileiro de políticas ilustrado com as formas de Estado pós-trinta e as políticas de desenvolvimento da Amazônia e relativas à borracha natural no período 1964/1985. O trabalho parte de uma reflexão teórica sobre o conceito de Estado Capitalista e o modo de constituição das políticas públicas, a partir das principais correntes de interpretação. As teorias burguesas e certas correntes marxistas estão presas à concepção do Estado Capitalista como uma essência. O Estado ora é apresentado como sujeito, ora como objeto, no contexto de uma visão individualista quanto classista da sociedade. No primeiro caso, o Estado tem absoluta autonomia, e, no segundo, carece de qualquer independência perante as classes dominantes. De um lado, impera o autonomismo, de outro, o reducionismo. As transformações do Estado Brasileiro pós-30 fundamentam-se nas modificações das relações de produção, do campo da luta de classe e nas defasagens desses domínios depois da ascensão do capital industrial concorrencial a dominação na estrutura econômica. O processo de ocupação econômica ideológica da Amazônia tem sua reciprocidade determinada pela dinâmica da acumulação, da luta de classe e da forma do Estado no Brasil pós-64.

OS TRABALHADORES RURAIS DO SETOR CANAVIEIRO
DO BREJO PARAIBANO. 1993. 254 p.

Autor: *Romildo dos Santos Silva*

Orientador: Norma Montalvo de Soler

Neste trabalho abordaremos o conjunto de aspectos que mostram a evolução recente das condições de vida e o trabalho dos canavieiros do brejo paraibano, de forma específica apresentam-se as condições de vida da família canavieira; avalia-se a evolução dos salários e as situações em que ocorrem as perdas salariais. Por outro lado, aborda-se a questão da crise do setor canavieiro e seu impacto nas condições de trabalho do canavial. O estudo destas questões nos permite mostrar que no mínimo 76% dos trabalhadores da cana ganham menos que 1 salário mínimo. Esta situação de baixos salários se agrava se considerada as diversas modalidades em que acontecem as perdas salariais, que alcançam níveis bastante significativos. Por outro lado, explicita-se o nível de desgaste dos canavieiros que estão inseridos no mercado de trabalho em crise de oferta de emprego, com uma média de 6,6 meses trabalhados por ano, sem proteção legal quanto aos equipamentos de trabalho, transporte adequado e a grande maioria sem direitos aos benefícios sociais, não só porque 62% não tem carteira de trabalho assinada, senão porque ante a realidade o trabalhador abdica dos seus direitos para permanecer no emprego. Finalmente, as considerações acima mencionadas nos faz entender que 3/4 das famílias canavieiras se reproduzem bem abaixo no nível da mera sobrevivência física e sem condições de trabalho.

A IDEOLOGIA DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA:
UM ESTUDO DO PENSAMENTO ECONÔMICO
BRASILEIRO. 1993. 170 P.

Autor: *Rosilene Dias Montenegro*

Orientador: Robério Ferreira dos Santos

A ideologia da modernização da agricultura: um estudo do pensamento econômico brasileiro e uma análise do contexto histórico em que surge a concepção de modernização, como essa concepção se transforma num conceito analítico, o qual passa a ser utilizado pelas importantes linhas do pensamento econômico mundial: da marxista à neoclássica.

Verifica a fundamentação epistemológica do conceito de modernização, para então apreender a sua derivação para modernização da agricultura, analisando as principais características dessa concepção de modernização da agricultura em três importantes escolas do pensamento econômico brasileiro: a neoclássica, a cepalina e a escola de Campinas. O objetivo é perceber como a produção teórica-econômica foi influenciada por essa concepção de modernização da agricultura e como, a partir daí, contribui para o processo de modernização da agricultura brasileira e qual a sua relação com as conseqüências desse processo. Assim como, realizar uma crítica à idéia de inexorabilidade do modo-de-produção capitalista, que compreende a modernização da agricultura como algo inevitável e necessário e que perpassa todas as linhas do pensamento econômico em estudo, conclui-se que o fundamento epistemológico das visões de modernização da agricultura estão inseridas, em geral, numa mesma visão de mundo e apontam para uma concepção de desenvolvimento econômico para a agricultura baseado na inovação tecnológica, ou seja, da modernização da agricultura.

AS INTERPRETAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO-SUBDESENVOLVIMENTO:
PERSPECTIVA E REALIDADE. 1993. 87 p.

Autor: *Waldir Pedrosa de Amorim*

Orientador: Jurandir Antônio Xavier

O objetivo desta dissertação é mostrar as diretrizes básicas da análise transicional e da escola cepalina sobre a temática do desenvolvimento-subdesenvolvimento. Para a análise transicional, todos os países e povos devem percorrer as mesmas etapas de desenvolvimento, ou seja, a sociedade tradicional, as condições para o arranco, a marcha para a maturidade e a era do consumo em massa. Modernizar-se consiste em efetuar a transição da sociedade tradicional para a era do consumo em massa. Qualquer país pode ser enquadrado numa destas etapas. E, então, implementar esforços a fim de atingir as etapas posteriores. Já para a escola de palina, as idéias básicas partem do pressuposto que no intercâmbio internacional reside a fonte alimentadora de todo o processo de desenvolvimento. Para tal, os países subdesenvolvidos devem possuir competência para bem administrar o intercâmbio com o exterior. É de fundamental importância contar com a boa vontade dos países desenvolvidos para promover o desenvolvimento. Assim, o subdesenvolvimento é definido em termos de intercâmbio com o exterior. Obter-se sucessivos êxitos neste intercâmbio é decisivo para superar as características do subdesenvolvimento. Assim, fica comprovado que as perspectivas apregoadas pela análise transicional e pela escola cepalina, estão muito distantes da realidade vivenciada pelos países subdesenvolvidos.

GRANDES PROPRIEDADES FINANCIADAS PELO
FINOR - AGROPECUÁRIO NO PIAUÍ:
ANÁLISE DOS IMPACTOS SÓCIO-ECONÔMICOS. 1993. 189 p.

Autor: *Maria do Socorro Lira Monteiro*

Orientador: _____

O objetivo geral deste trabalho é investigar os impactos sócio-econômicos dos grandes projetos financiadores pelo FINOR-AGROPECUÁRIO no Piauí, particularmente nos projetos implantados na região sudoeste do Estado até o ano de 1984. partindo-se do referencial teórico, analisa-se o FINOR-AGROPECUÁRIO, que tem por filosofia modernizar a agropecuária piauiense através da inserção no setor rural do Estado. Portanto, os grandes empresários, atraídos pelo volume de recursos públicos concedidos pela SUDENE, procuram adquirir vastas extensões de terras e preços baixíssimos. De posse dessas grandes propriedades, terão de optar entre as diversas alternativas de sua valorização. A análise dos dados secundários e estimados, comparados com os obtidos na pesquisa de campo sobre a estrutura fundiária, indicadores econômicos de modernização, nível de emprego, condição do produtor e produção global, esclarece o papel desempenhado pelas grandes propriedades financiadas pelo FINOR-AGROPECUÁRIO no Estado,. Com relação à estrutura fundiária, constatou-se que os projetos favoreceram o aprofundamento da concentração da terra. Os projetos agropecuários financiados pelo FINOR consolidaram, por fim, na condição de produtor das grandes propriedades o proprietário da terra. Concluiu-se, conseqüentemente, que apenas a inserção de capital não é suficiente para modernizar a agropecuária piauiense.

UMA CRÍTICA À ECONOMIA POLÍTICA CATARINENSE. 1993. 330 P.

Autor: *Ido Luiz Michels*

Orientador: Jurandir Antônio Xavier

O Estado de Santa Catarina é considerado nacional e mesmo internacionalmente, como um modelo em relação à sua lógica de desenvolvimento. Existem de fato, diversas regiões produtivas, não há grandes concentrações urbanas, bem como, uma significativa diversificação produtiva. Tais aspectos estruturais são comumente explicados, basicamente pela existência de imigrantes europeus em Santa Catarina, desconsiderando as múltiplas variáveis de um Estado que se insere no contexto capitalista internacional. Basicamente esta dissertação objetiva analisar as principais interpretações sobre o desenvolvimento sócio-econômico de Santa Catarina, criticando-as, pela exclusão em suas interpretações, da intervenção do Estado e da super-exploração do trabalho, no processo de acumulação de capital em Santa Catarina. Neste sentido, analisa-se obras e autores, definindo-as em matrizes interpretativas, fazendo-se em seqüência a cada matriz, a crítica à interpretação, dada a omissão das variáveis, estado e super-exploração do trabalho, no processo de geração e distribuição de riquezas em Santa Catarina. Portanto, o enriquecimento privado e o empobrecimento social, existe em Santa Catarina, tem como fundamentos a intensa intervenção estatal e também intensa super-exploração do trabalho, contrariamente ao que afirmam a burguesia catarinense e seus ideólogos.

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO
(FAMILIAR) MODERNIZADA (O CASO DO PERÍMETRO IRRIGADO DE
SÃO GONÇALO-PB). 1993. 184 p.

Autor: *Cláudia Nascimento de Queiroz*

Orientador: Paulo Ortiz Rocha de Aragão

Este trabalho tem como objetivo analisar a existência ou não, de uma compatibilização entre as ações declaradas de melhoria de padrão de vida das populações beneficiárias de um projeto de irrigação pública e resultados, efetivamente, encontrados em uma experiência concreta, os estudos de viabilidade sócio-econômica dos referidos projetos tomam por base, parâmetros convencionais (relação benefício-custo, taxa interna de retorno, estimativa de custos, entre outros), restringindo-se a aspectos estritamente quantitativos, sem se preocupar muito com as implicações sociais das mudanças ocorridas sobre o grupo social envolvido. Procurou-se analisar o processo de transformação social em perímetros de irrigação pública, através de ampliação do universo analítico, sob uma ótica que contemplasse as expectativas criadas pelo grupo beneficiário. Para a realização da análise pretendida, a atenção foi concentrada em um estudo de caso. O projeto de São Gonçalo, no semi-árido paraibano foi a área escolhida como locus da pesquisa de campo. São Gonçalo é um perímetro com duas décadas de existência e que apresenta características comuns aos demais projetos públicos: colonização com base no assentamento familiar e organização de produtividade em cooperativa de produção. As iniciativas e lideranças entre os produtores frente a cooperativa, evidenciam o processo de transformações sociais em curso, no projeto São Gonçalo.

UM SISTEMA DE FINANCIAMENTO DAS ATIVIDADES RURAIS
ADAPTADO À PEQUENA PRODUÇÃO DA REGIÃO DE
MASSAROCA - JUAZEIRO/BA. 1993 260 P.

Autor: *Pedro Carlos Gama da Silva*

Orientador: *Robério Ferreira dos Santos*

Avalia-se a experiência de um sistema alternativo de financiamento das atividades rurais, para os pequenos produtores da região semi-árida do Nordeste brasileiro, como instrumento de desenvolvimento local. O tema é examinado visando: estudar a evolução e a organização do sistema de financiamento; avaliar as atividades financiadas; avaliar as conseqüências dos financiamentos sobre os sistemas de produção dos produtores; e estudar a exequibilidade do sistema de financiamento proposto. A experiência é avaliada no seu terceiro ano de funcionamento junto aos pequenos produtores da região de Massaroca, município de Juazeiro(BA), onde ressaltam-se o grande número de ajustes e adaptações que são necessários a um sistema de financiamento para torná-lo acessível a esta categoria de produtores e a flexibilidade das modalidades de financiamento, oferecendo, a este público, o apoio financeiro às diversas oportunidades de exploração dos recursos produtivos disponíveis. Finalmente conclui-se que a inovação de um sistema de financiamento, contando com uma participação efetiva dos produtores, e um instrumento iniciativo das dinâmicas de desenvolvimento local e pode constituir-se num componente importante de apoio às políticas de desenvolvimento rural regional.

COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DO SISAL: DA INTEGRAÇÃO À DESESTRUTURAÇÃO INTEGRADA. O CASO DA BRASCORDA S/A NA MICRORREGIÃO DO CURIMATAÚ PARAIBANO. 1993. 159 p.

Autor: *Leiliam Cruz Dantas*

Orientador: Ivony Lúcia Monteiro Saraiva

O objetivo deste trabalho é analisar o comportamento de um aglomerado específico, que faz parte do complexo agroindustrial do sisal, e os efeitos sócio-econômicos de sua atuação sobre os agentes sociais no ramo sisaleiro da microrregião do curimataú paraibano, no período de 1984 aos dias atuais. Nesse período, a BRASCORDA S/A adotou formas diversas de gestão de sua produção de manufaturados de sisal. Num primeiro momento, internalizou todas as atividades ligadas a este ramo produtivo da produção agrícola e a produção de equipamento para a agricultura sisaleira, além do beneficiamento industrial da fibra de sisal. Diante da performance desse grupo empresarial, em particular, constatou-se que as articulações entre agricultura e indústria no complexo agroindustrial do sisal são completas, existindo tanto para frente (agricultura e indústria processadora de produtos agrícolas) quanto para trás (agricultura e indústria de insumos para a agricultura). No caso da BRASCORDA, estas ligações ocorrem no interior do próprio estabelecimento, o que comprovou sua atuação como um conglomerado agroindustrial. Num segundo momento de periodicidade do trabalho, verificou-se que a empresa adotou novas estratégias de atuação, quando procedeu a "terceirização" do beneficiamento industrial da fibra de sisal, atividade que faz parte do próprio processo de seus manufaturados.

SISTEMAS DE PRODUÇÃO E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA
DOS ARRENDATÁRIOS DO DNOCS DO AÇUDE DE BOQUEIRÃO-PB,
1993. 175 p.

Autor: *Givaldo Hipólito Dantas*

Orientador: José Heleno Rotta

O objetivo desta pesquisa é o estudo das estratégias de sobrevivência adotadas pelos arrendatários das terras públicas pertencentes ao DNOCS e a forma de organização e escoamento da produção agrícola realizada por estes arrendatários, distribuídos em lotes, as margens do açude do município de Boqueirão em decorrência da construção da represa. Procura-se demonstrar que, devido às potencialidades da área, privilegiada com água em abundância em uma região semi-árida, em contraposição com as precariedades das intervenções do Estado na esfera produtiva, os arrendatários dos lotes, diante das suas condições de vida e trabalho, empreendem estratégias de sobrevivência, onde o subarrendamento da posse da terra em dinheiro a produtores capitalistas se destaca como a principal.

CEPAL: IDEALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO PERIFÉRICO. 1993.

Autor: *Sebastião Pinto*

Orientador: Jurandir Antônio Xavier

O presente trabalho visa, por um lado, sistematizar três tendências básicas dispersas em vários documentos, do pensamento oficial da CEPAL, a saber: o desequilíbrio externo, o desemprego da força de trabalho e a deterioração dos termos de intercâmbio, buscando ainda identificar as proposições de política econômica daquele organismo. A referência básica são os documentos originais da CEPAL, notadamente aqueles desenvolvidos pela PREBISCH e seus colaboradores, ao longo dos anos cinquenta. Por outro lado, o trabalho faz uma crítica da referida escola, a qual é chamada de capital-desenvolvimentista. Esta crítica tem caráter amplo, dirigida fundamentalmente à apreensão dessa escola acerca do capitalismo historicamente constituído na América Latina que, embora formalmente reconhecido num primeiro momento, é negado em outras situações.

O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR LEITEIRO
COOPERATIVISTA GAÚCHO (1976/1992):
O MODELO CCGL. 1994. 353 p.

Autor: *Roberto Macagnan*

Orientador: Robério Ferreira dos Santos

Esta dissertação se propõe a estudar o processo de desenvolvimento do setor leiteiro cooperativista gaúcho, no período 1976/1992, tendo por base o modelo CCGL, identificando e interpretando os elementos fundamentais que determinaram a organização e desenvolvimento do modelo organizado pelas cooperativistas empresariais de trigo e soja, buscando fornecer uma alternativa de renda aos seus associados. Trabalha-se com duas hipóteses, sendo que a primeira é de que o desenvolvimento do setor leiteiro cooperativista, do Rio Grande do Sul, constitui-se num processo específico de acumulação, concentração e centralização de capital. A segunda é de que a organização, reprodução e desenvolvimento do modelo CCGL, provocou processos diferenciados de desenvolvimento, onde alguns produtores e cooperativistas ampliaram e viabilizaram a produção de leite, tornando-a uma alternativa econômica, enquanto outros abandonaram a produção. Na primeira parte, compondo os capítulos I e II, são abordadas as especificações do modelo. A segunda parte, composta dos capítulos III, IV, V e VI, são apresentados os elementos fundamentais de constituição e desenvolvimento do modelo. Na conclusão, busca-se resgatar os principais elementos que contribuíram para o entendimento da organização e desenvolvimento do modelo como um todo, bem como dos três agentes participantes: a CCGL, as cooperativas singulares e os produtores.

ASSENTAMENTOS COLETIVOS E RESISTÊNCIA AO FLAGELAMENTO
NO SEMI-ÁRIDO CEARENSE:
O CASO DA FAZENDA VICTORIA, 1994. 203 p.

Autor: *José Lima Castro Júnior*

Orientador: *Robério Ferreira dos Santos*

No Ceará, durante as secas, o flagelamento e expressão do desenvolvimento capitalista, sendo ainda afastamento de trabalhadoras da terra e entrada no mercado da força-de-trabalho, ao mesmo tempo que também expressa a fragilidade do pequeno burguês agrário (na figura do dito pequeno produtor que também vai as frentes da emergência). Nas 208 páginas dos quatro capítulos deste trabalho, de caso ilustra-se que assentados não se afastaram da terra e nem venderam sua força-de-trabalho, quando da maior seca do século (1993). A natureza coletiva do assentamento vitória, no qual existem explorações auxiliares, além de fornecer elementos de uma cooperativa de produção agropecuária, embora que parcial, constituiu o assentado: pela união de trabalhadores aos meios de produção conquistados pela união da natureza de sem-terra dos trabalhadores a natureza agroecológica das terras conquistadas, levando em conta a capacidade de uso da terra situadas no semi-árido; e sendo montada uma fazenda com uma infraestrutura coletiva. O assentamento coletivo e a resistência ao flagelamento constituíram a figura do assentado, que resistiu ao flagelamento e não apresentou-se como pequeno produtor, dando a lição de que a seca, a fome, a miséria, enfim, a opositividade, riqueza e pobreza são superáveis. A produção do assentado é medida pelo trabalhador cooperado e retribuído em proporção à contribuição de cada assentado.

COLETIVOS NA LUTA E NO TRABALHO: O CASO DO ASSENTAMENTO DE NOVA RAMADA EM JULIO DE CASTILHOS-RS. 1994. 138 p.

Autor: *Sérgio Alfredo Massen Prieb*

Orientador: Fernando Garcia de Oliveira

Com a crise da pequena produção agrícola do Rio Grande do Sul, principalmente a partir dos anos 50-60, os agricultores com pouca ou nenhuma terra passam a organizar-se em movimentos no sul do país na luta pela reforma agrária, culminando no final dos anos 70, com o surgimento do Movimento dos Agricultores sem Terra (MST). Depois de muitas conquistas obtidas através de ações como ocupações de terra e acampamentos, o MST passa a desenvolver formas alternativas de exploração da terra nos assentamentos, com a experiência coletivista. A cooperativa de pequenos agricultores de Nova Ramada é um dos mais expressivos exemplos desta nova forma de organização da produção rural. Desta forma, estudando a experiência do assentamento Nova Ramada, faz-se uma comparação entre a qualidade de vida que os produtores de Nova Ramada (tanto coletivos como individuais) possuíam, antes de serem sem-terra, com a sua atual condição de assentados. Além disso, faz-se uma comparação entre o nível produtivo de hoje e de qualidade de vida entre os assentados coletivos e os individuais de Nova Ramada.

A PECUÁRIA LEITEIRA NO ESTADO DA PARAÍBA:
A DESCAPITALIZAÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO
NA BACIA LEITEIRA DE CAMPINA GRANDE. 1994. 233 p.

Autor: *José Erinaldo de Sousa*

Orientador: Norma Montalvo de Soler

Nessa trabalho se analisa a pecuária leiteira no Estado da Paraíba, tendo-se como locus de estudo a bacia leiteira de Campina Grande, como área de maior concentração da produção de leite na Paraíba. Ao abordar a dinâmica da pecuária bovina paraibana, desde meados dos anos 60 até fins dos anos 80, tenta-se explicitar a intervenção estatal nesse ramo de atividade. Nesse sentido, são enfatizados os estímulos oficiais através do crédito subsidiado, por meio de diferentes instrumentos que serviram como canalizadores dos recursos oficiais destinados a impulsionar o desenvolvimento da pecuária regional e paraibana. Analisando-se a bacia leiteira de Campina Grande, dar-se ênfase à organização social na pecuária leiteira, identificando-se os diferentes grupos ou frações de produtores. Fundamentalmente, explicita-se as condições de reprodução da pequena produção familiar como uma categoria preponderante no ramo da produção leiteira paraibana. Nestes termos, a partir da natureza do processo de produção imediato, concebe-se a especificidade do pequeno produtor familiar leiteiro. Tentando-se determinar o conteúdo da articulação do pequeno produtor familiar leiteiro à rede de comercialização do leite, se evidencia que esse produtor está vinculado ao mercado capitalista tanto através da venda de sua mercadoria-leite, quanto como comprador dos meios de produção e sobrevivência que ele não produz.

O ESTADO-PRODUTOR DE PETRÓLEO E AS
TRANSFORMAÇÕES NA ECONOMIA DO RIO GRANDE DO NORTE
NOS ANOS 80. 1994. 144 p.

Autor: *João Rodrigues Neto*

Orientador: Robério Ferreira dos Santos

O objetivo desse estudo foi analisar o papel do Estado no processo de transformações da economia do Rio Grande do Norte, na década de 80, destacando a intervenção do Estado frente às especificidades econômicas e sociais do setor petrolífero. A partir do referencial teórico resgata, historicamente, a tentativa de ajuste da economia brasileira na década de 80, precedido da análise dos períodos do milagre brasileiro-1968/73 e da aceleração do endividamento externo do Brasil-1974/80, com ênfase para a questão do petróleo. Destaca o desenvolvimento e o crescimento do setor petrolífero brasileiro, naqueles períodos, e de que forma esse desempenho reflete na atividade produtiva do Rio Grande do Norte. Constata que a presença do Estado, no Rio Grande do Norte, foi marcante como produtor, na implantação da indústria extrativa de petróleo e gás natural, e como fomentador de investimentos nos setores agricultura e serviços, capaz de transformar a base produtiva e econômica e criar alternativas para o surgimento de novas atividades ligadas ou não ao setor petrolífero como resultado da pesquisa empírica-teórica, foi concluído que o papel do Estado foi preponderante nas transformações e no desempenho da economia do Rio Grande do Norte, na década de 80, e mostra que o crescimento da economia estadual — PIB — ficou acima da média no Nordeste do Brasil.

MODERNIZAÇÃO NO SEMI-ÁRIDO NORDESTINO:
PERÍMETROS PÚBLICOS IRRIGADOS COMO EXPERIÊNCIA DE
TECNIFICAÇÃO DO PRODUTOR FAMILIAR, 1994.

Autor: *Carlos Alberto Bastlio*

Orientador: *Robério Ferreira dos Santos*

Os processos de monopolização no movimento do capital e as correspondentes modernizações das sociedades capitalistas vão se constituir na tendência dominante do pós-guerra. Assim é que o capital industrial internacionaliza-se ganhando o mundo com seus processos modernizantes, notadamente tecnológicos, e também com suas características inerentes de concentração econômica por um lado e exclusão/marginalização social por outro. Ainda mais, essa internacionalização significa o deslocamento do lugar da produção de valor que, nos países periféricos, vai acontecer de modo mais intensivo em seus aspectos de apropriação e expropriação. A modernização agrícola, no Brasil, foi uma exigência do capital multinacional industrial/financeiro instalado no país e que moldou a forma de capitalismo dependente. Assim, o processo de modernização agrícola foi a forma mais compatível com o modelo capitalista dependente implantado. Essa modernização também penetrou no país sob a forma de uma intervenção planejada pelo estado brasileiro capturado e instrumentalizado por métodos tecnocráticos tão a gosto do capitalismo monopolista. A tecnificação de pequenos produtores familiares através de projetos de irrigação foi uma das ações do Estado em que mais acentuou a exclusão e a proletarização de pequenos produtores em detrimento da ascensão dessa categoria ao clube dos novos pequenos empresários.

COOPAIL: UMA EXPERIÊNCIA NO CAMPO DA
COOPERAÇÃO, 1994. 208 P.

Autor: *Santo Reni dos Santos Florão*

Orientador: Jurandir Antônio Xavier

A COOPAIL (Cooperativa de produção agropecuária Itaíba Ltda.), fundada em 1990 é composta de 14 famílias de pequenos produtores rurais, situada no assentamento da Fazenda Itaíba, nos municípios de Ibiruba e Cruz Alta, na região norte do Estado do Rio Grande do Sul. O caráter peculiar dessa cooperativa está na sua forma organizacional. As famílias de cooperados centralizaram os recursos existentes sob a gestão da cooperativa. Através da gestão participativa, estruturou-se uma matriz produtiva diversificada com industrialização interna de suínos, vassoura de palha, e comercialização do excedente nas feiras livres da região e entrega a domicílio. A COOPAIL, nos seus 4 anos de existência está conseguindo através da cooperação efetiva de seus cooperados gerar trabalho e meios de reprodução a essas famílias no próprio local de origem, evitando que esses produtores rurais migrem ou abandonem sua atividade econômica. Em nossa pesquisa constatamos também que existem fatores diferenciados internos, que por sua vez estão relacionados diretamente com a situação originária de cada sócio. Após sua constituição, a COOPAIL desenvolveu um sistema de participação igualitária em todos os níveis. Entendemos ser as diferenciações existentes inerentes ao próprio sistema capitalista em que insere-se, no mais julgamos ser uma experiência válida em sua plenitude.

EVOLUÇÃO RECENTE DA RIZICULTURA EM
MELEIRO E TURVO - SANTA CATARINA. 1994. 155 P.

Autor: *Orlando Oscar Rosar*

Orientador: João Otávio Paes de Barros Júnior

Analisa-se as transformações ocorridas na rizicultura dos municípios de Meleiro e Turvo durante a década de 80, com a implantação do Programa Nacional de Aproveitamento Racional de Várzeas. Desde o processo de colonização dos dois municípios, a atividade agrícola desenvolvida foi baseada no trabalho familiar, em propriedades que possuíam normalmente 25 hectares. Dentre as diversas atividades agrícolas da região, a cultura do arroz sempre se destacou como uma das culturas de maior valor comercial praticada pelos imigrantes italianos e seus descendentes. No início da década de 70, com a melhoria do sistema de transporte entre a região sul de Santa Catarina e o Estado do Rio Grande do Sul, os rizicultores dos dois municípios passaram a enfrentar dificuldades para comercializar a produção a nível local. Essas mudanças, provocadas pelas políticas públicas destinadas a agricultura, permitiram que durante a década de 80 os rizicultores dos dois municípios se colocassem frente aos engenhos beneficiadores como produtores de matéria-prima de qualidade capaz de suprir o abastecimento local. Destacou-se no estudo as cooperativas de irrigação e comercialização, envolvendo corretoras de mercadorias, como forma de organização dos produtores frente aos capitais que controlavam as estruturas de produção e comércio do arroz.

FABRICA DE ILUSÕES - O CASO DOS PEQUENOS PRODUTORES
DE FUMO DE SANTA CRUZ DO SUL/RS. 1995, 111pp.

Autora: *Rita Ines Oauli Prieb*

Orientadora: Norma Montalvo de Soler

O Município de Santa Cruz do Sul, RS, e o cenário onde se estabelece o sistema de integração agricultura industria. As peculiaridades de tal realidade levaram-nos a estudar a transnacionalização e a agroindustrialização, a industria do fumo Souza Cruz e a formação de Santa Cruz do Sul, como pano de fundo, para não distanciarmos da dinâmica geral do grande capital e de sua penetração no meio de Santa Cruz do Sul. A partir da abordagem geral do desenvolvimento daquela comunidade rural, este estudo define a interpretação. A atualidade pela qual passa a pequena produção fumageira subordinada indiretamente ao capital, neste caso, a pequena produção fumageira de Santa Cruz do Sul subordinada ao capital da Souza Cruz, enfatizando a estrutura e os mecanismos que o alimentam a integração e os principais problemas que enfrentam neste processo de agroindustrialização.

DIFERENCIAS DE RENDA E DE SALÁRIOS: UMA OBSERVAÇÃO .
DA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA. 1995, 122 PP.

Autora: Isabel Lausanne Carneiro Mota

Orientador: Clodoaldo Roque Dallajustina Bortoluzi

Neste trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica envolvendo as principais teorias da administração do trabalho, contando com um discreto estudo de caso envolvendo a Região Metropolitana de Fortaleza. O trabalho norteou-se pelo estudo dos diferenciais de salários, através de quatro variáveis: sexo, idade, grau de escolaridade e origem do indivíduo. A cada uma destas coube um estudo teórico e por fim uma análise econométrica envolvendo três tipos de regressões: uma entre a variável dependente salário e as variáveis independentes idade e escolaridade, nas formas linear e exponencial e outra da variável dependente com a variável qualitativa sexo, utilizando-se para isso variável binária interesse quanto a descrição teórica e análise econométrica foi tornar evidente o grau de significância entre a variável diferenciais de salários e cada uma das variáveis descritas. Entendemos que a origem do indivíduo, a idade e a escolaridade representaram fortes indicadores de diferenciação de salário. Sendo assim, damos por positiva a observação deste trabalho, que deixa, obviamente, indicadores para trabalhos futuros.

A CONTROVÉRSIA DAS INTERPRETAÇÕES E O MOVIMENTO DE
REPRODUÇÃO DA AGRO-PECUÁRIA BRASILEIRA
NA DÉCADA DE 1980. 1995. 130PP.

Autor: *João Claudino Tavares*

Orientadora: Maria Lúcia Gonçalves de Carvalho

A Controvérsia das interpretações e o movimento da reprodução da agro-pecuária brasileira na década de 1980 busca analisar o movimento de reprodução da agro-pecuária brasileira, procurando identificar e interpretar as especificidades e contradições desde a perspectiva do ciclo de valorização do capital. Analisa-se o movimento concreto experimentado pelo setor agro-pecuário brasileiro na década de 1990 a partir da teoria dos ciclos econômicos. Ao mesmo tempo confronta este movimento com as interpretações correntes. Não obstante, identifica-se aí que o processo no período foi marcado por uma crise, crise de valorização que não é percebida pelos autores porque fixam suas análises ora no ciclo do capital-mercadoria ou no ciclo do capital-produtivo mas não no ciclo do capital-dinheiro que explicita valorização última do capital.

PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS:
OS CENÁRIOS QUE NÃO ESTAVAM NO PLANO.

CAMPINA GRANDE, UFPB, 1996, 142PP.

Autor: *Francisco de Assis Povoas Pereira.*

Orientador: *Robério Ferreira dos Santos*

O objetivo deste trabalho foi apontar e discutir algumas situações — denominadas, cenários — que na combinação dos acontecimentos e no confronto da realidade regional, nacional e internacional, podem vir a se constituir em entraves para o alcance da proposta de desenvolvimento presente no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Estado do Tocantins, que se pretende socialmente justa na razão direta do crescimento econômico. Discute a formação do Estado, ressaltando o desenho fundiário como reflexo dos interesses da expansão do capital, numa região de fronteira agrícola fortemente influenciada por políticas federais. Apresenta o plano procurando destacar a sua orientação na trajetória desenvolvimentista centrada no setor agropecuário. E observando elementos que emolduram os cenários (o papel do Estado como principal ator no processo; a estrutura agrária; a Reforma Agrária; a tecnologia; a globalização, dentre outros) no âmbito da realidade do plano e de seu objetivo maior — desenvolvimento sustentado e socialmente equilibrado —, mostra que estes mesmo cenários podem se constituir em contra-pontos para eles mesmos.